DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASÍLIA, terça-feira, 11 de março de 1975 — ANO VIII - Nº 37

GDF está transformando o Gama com vários melhoramentos

Dentre as obras realizadas pelo Governo do Distrito Federal através da Novacap na cidade-satélite do Gama, destaca-se a do ginásio coberto, já com setenta por cento de sua estrutura concluídos. Após o término da parte restante será iniciado o acabamento compreendendo revestimentos, chapisco geral - em alguns lugares da parte externa — azulejo, cerâmica e taco.

Com a conclusão da última etapa - pintura - o ginásio será entregue à comunidade da cidade-satélite até o final de novembro.

O ginásio coberto do Gama, de forma retangular, com uma área útil de 30 x 50, com capacidade para mil e quinhentas pessoas, faz parte de um projeto do Governo do Distrito Federal de dotar as cidades-satélites de locais onde possam ser realizadas competições bem como a prática de esportes.

A área útil terá dois blocos separados, tendo cada um características próprias. O bloco "A" será constituído por dois banheiros, dois bares de 3 x 4,50, duas bilheterias além de uma entrada que dará acesso ao bar e ao ginásio.

No bloco "B" ficará a parte destinada a salas de sons, almoxarifados - em número de dois - um vestiário exclusivo para juíz. A maior atração desse bloco será seu palco, elevado a 1,20 m do piso do ginásio, tendo 780 6,20. No lado esquerdo desse bloco ficará a tribuna especial do ginásio, com quarenta cadeiras.

A quadra de esportes, de 14 x 28, estará situada no centro da área útil do ginásio. Nela poderão ser realizadas e praticadas várias modalidades de esporte, como futebol de salão, tênis, volibol e basquete.

O sistema de saída e entrada se processará através de duas portas que darão também acesso aos bares. Numa das partes laterais do ginásio ficará a cabine para imprensa dotada de cinco modernas repartições. Quanto à sua parte externa, o ginásio será coberto com estrutura metálica. Na construção foram utilizados 260 metros cúbicos de concreto, incluindo o do piso.

OUTRAS OBRAS

Já estão concluídos dois projetos da Novacap para construção de um "play-ground" e



O Governo do Distrito Federal está com várias frentes de trabalho no Gama, destacando-se a construção de prédios escolares, obras de infra-estrutura e de urbanização. Somente nos dois primeiros meses deste ano foram construídos, ali, doze abrigos nos pontos de ônibus, da série programada pela Administração Regional

feira permanente também para essa cidade-satélite.

O "play-ground" que ocupa uma área de 4.400 metros cúbicos, será construído na Praça 1 do Gama no Setor Oeste. Terá blocos para administração, alojamentos para vigia, sanitários. Sua parte de lazer será formada por caixas de areia, balanços, caracóis, labirintos e escorregadores.

Sua área será nivelada em vários platôs, que acomodarão diversos equipamentos, criando-se assim, escadas, pequenos arrimos, espaços em vários níveis. Serão também utilizados materiais práticos e de baixo custo, mas que possibilitem a criatividade, como manilhas, pneus velhos, troncos, dormentes. Um dos aspectos a ser bastante valorizado no "play-ground" será o verde, através do plantio de gramas e árvores ornamentais.

A feira permanente terá uma área de 35.000 metros quadrados e se localizará no Setor Norte em área especial. Nela serão construídos boxes para gêneros alimentícios em geral, blocos para sanitários, bar e administração, castelo-d'água e estacionamento. Terá também calçadas e área de circulação para pedestres e veículos, além de um local destinado à construção de um micromercado.

O sistema viário será composto de vias de serviços para abastecimento, entrada e saída de caminhões e acesso independente para pedestres.

ABRIGOS

No período de janeiro a fevereiro deste ano, mais doze abrigos foram construídos pelo Governo do Distrito Federal, através da Administração Regional do Gama, naquela cidade-satélite, com a colaboração da Secretaria de Serviços Públicos.

O administrador do Gama, Antônio Walmir Campelo Bezerra, disse que as obras, executadas em tempo recorde, fazem parte do programa aprovado pelo sr. Ivan Guanais de Oliveira, secretário do Governo, em que estão incluídos outros serviços de vulto e diversos melhoramentos para aquela cidade.

Para a construção dos novos abrigos, a Administração Regional forneceu mão-de-obra, brita e areia, enquanto a Secretaria de Serviços Públicos participou da obra, com cimento, ferro e cobertura.

Numa segunda etapa, a Administração Regional do Gama vai executar serviços nas áreas de acostamentos situados em frente aos abrigos recém-construídos.

Mostra de arte gaúcha

A mostra "Arte Gaúcha/74", aberta ontem na sala de exposições da Av. W/3 Sul, poderá ser visitada pelo público até o próximo dia 25. A promoção é da Fundação Cultural do DF, Programa de Ação Cultural do MEC e Instituto dos Arquitetos do Brasil, departamento do Rio Grande do Sul.

O objetivo da mostra itinerante, reunindo trabalhos de vinte e quatro artistas contemporâneos gaúchos, é o de difundir a arte plástica brasileira em todos os recantos do seu território.

AUDIOVISUAL

Durante trinta minutos a história das artes plásticas do Rio Grande do Sul será mostrada em audiovisual, especialmente preparada para acompanhar a mostra.

SAP vende mudas

Cerca de 250 mil mudas de essências florestais para reflorestamento, florestamento e sombreamento de fazendas, sítios e chácaras, estão à disposição dos interessados nos hortos da Secretaria de Agricultura. Para florestamento e reflorestamento existem 160 mil mudas de eucalipto, cinco mil mudas de "pinus caribaea" e 45 mil de cipreste, além de vinte mil mudas de essências ornamentais.

Os interessados deverão procurar o Departamento de Recursos Naturais, localizado no trecho 4, lotes 1000 a 1020 no Setor Indústria e Abastecimento, onde efetuarão o pagamento e receberão uma guia para retirar, em qualquer um dos hortos da SAP, a quantidade de mudas adquiridas. Os hortos estão situados em Sobradinho e em Taguatinga.

As mudas de eucalipto, estão custando Cr$ 0,10 por unidade, as de "pinus caribaea" - para formação de bosques - são vendidas a Cr$ 1,00 cada uma e as mudas de árvores para ornamentação de sítios e mansões poderão ser adquiridas ao preço de Cr$ 2,00.

Mobral do DF recebe estreita colaboração do governo local

Os professores da Fundação Educacional do Distrito Federal cedidos ao Movimento Brasileiro de Alfabetização receberão seus vencimentos baseados na jornada de vinte horas de trabalho. A medida foi em atendimento a solicitação da coordenadora do Mobral do DF, que pleiteou, junto à Secretaria de Educação, o benefício para os professores.

De acordo com a determinação do Secretário de Educação, a carga horária dos professores que exercem a função de secretários-executivos do Mobral em Brazlândia, Plano Piloto e Gama, foi modificada de 13,30 horas para 10 semanais.

GASOLINA

Em atendimento a outra solicitação feita pelo Mobral ao governo do Distrito Federal o Secretário de Educação e Cultura, Wladimir Murtinho, autorizou que fosse cedido àquele órgão 1.000 litros de gasolina, da cota da SEC, para a realização de trabalho ligado às escolas do Distrito Federal.

A Coordenação do Mobral-DF pretende com essa colaboração da Secretaria de Educação e Cultura executar um programa de visitas do Mobralteca (unidade volante de biblioteca) às cidades satélites de Sobradinho, Gama, Taguatinga, Planaltina, e Brazlândia. O referido trabalho tem por objetivo cumprir o programa de atividades culturais, que visa ao reforço do aprendizado aos alunos integrantes ou recém-saídos dos cursos de alfabetização funcional e de educação integrada.

Brasil de Hoje

A recuperação do solo do noroeste do Paraná

O Ministério do Interior e o Governo do Paraná desenvolvem programa especial para recuperar e preservar as condições produtivas do solo do noroeste paranaense, seriamente atingido pela erosão. A área considerada alcança 67 mil quilômetros quadrados, abrange 153 Municípios e abriga 3 milhões e 500 mil habitantes.

A atividade econômica da região concentra-se na agricultura, cujo aproveitamento se processou, ao longo dos anos e na quase maioria dos casos, sem dispor de técnica agronômica mais adequada. As matas foram derrubadas indiscriminadamente, para o cultivo das lavouras, provocando a erosão que hoje se observa nas zonas rurais.

A partir de 1971, o problema passou a merecer estudos cuidadosos e recebeu a cooperação técnica da Organização dos Estados Americanos. Resultaram desse esforço recomendações específicas, ora postas em prática pelo Governo do Paraná e pelo Ministério do Interior, através da Superintendência de Desenvolvimento do Sul e do Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

O citado programa inclui, também, vários projetos destinados a obras de prevenção e combate à erosão no perímetro urbano dos Municípios, além de medidas objetivando o uso apropriado da terra do noroeste paranaense.

Essa região, a despeito de representar apenas um terço do território do Estado, concentra metade da população estadual e gera 50 por cento da economia do Paraná, estimando-se, ainda, que dali saiam aproximadamente 12 por cento das exportações brasileiras.

Após a execução do programa e dos projetos referentes ao controle da erosão e ao aproveitamento racional do solo, o noroeste do Paraná disporá das condições básicas para marcar, plenamente, sua significativa presença na economia nacional.

Verifique se o seu carro está multado

Veículos particulares e oficiais do Distrito Federal foram notificados pela 1ª Companhia de Trânsito do 1º Batalhão de Trânsito da Polícia Militar do DF, quando circulavam no Plano Piloto e adjascências, nos dias 21, 22 e 23 de fevereiro último.

Os veículos multados, incluindo alguns procedentes de outros Estados, são os seguintes:

Placas: — AA — 2886 - 6839 - 8055 - 4277 - 1113 - 5283 - 8820 - 7856 - 4196 - 0421 - 2815 - 4240 - 7136 - 0709 -

PLACAS : — AB - 5263 - 0801 - 9543 - 1523 -1102 - 2816 - 7305 - 0006 - 6146 - 0312 - 7389 - 4576 - 2472.

PLACAS: — AC - 7843 - 7772 - 5247 - 6795 - 3615 - 5321 - 2842 - 7058 - 3569 - 7882 - 2654 - 6901 - 8912.

PLACAS: — AD - 8465 - 7932 - 6512 - 7435 - 7499 - 9418 - 4949 - 7432 - 3344 - 4985 - 3935 - 3271 - 2168 - 1290 - 0687 - 3314 - 7474 - 1326 - 5829 - 3315 - 8432.

PLACAS: — AE - 5735 - 5411 - 1705 - 9323 - 7081 - 8284 - 8584 - 9710 - 9865 - 7476 - 1913 - 6356 - 4531 - 4968 - 8613 - 0355 - 6351.

PLACAS — AF - 6885 - 5475 - 2292 - 1572 - 9786 - 4352 - 0166 - 8092 - 7696 - 1391 - 6537 - 9103 - 6105 - 9004 - 5075 - 5318 - 9526 - 7735 - 3404 - 3726 - 5015.

PLACAS: — AG - 9851 - 3847 - 8492 - 2309 - 0621 - 7501 - 5731 - 5412 - 2795 - 6831 - 4358 - 1340 - 9876 - 7547 - 6077 - 3823 - 7804 - 4402 - 0460 - 5489 - 0496 - 1557 - 0406 - 6816 - 6125 - 6488.

PLACAS: — AH - 8667 - 7230 - 5889 - 0288 - 0749 - 9820 - 7038 - 6030 - 2252 - 4079 - 7789 - 3430 - 5960 - 8297.

PLACAS: — AI - 5037 - 7880 - 1048 - 2608 - 2160 - 2719 - 7222.

PLACAS: — AJ - 1456 - 1208 - 0380 - 1089 - 3040 - 2870.

PLACAS: — CA - 0082 - 4759 - 1481 - 1517 - 1085.

PLACAS: — CM - 1549.

PLACAS: — OF - 3820 - 2014 - 6010 - 3671 - 4741 - 5820 - 6336 - 3940 - 0286 - 5443.

PLACAS: — TX - 0474 - 0654 - 3192 - 3204 - 2993 - 2644 - 2305 - 0628.

CARROS DE OUTROS ESTADOS.

PLACAS: — EH8330/GB - LH0587/GB - AC4574/MG - DI9515/GB - LA4542/GB - KC1601/MG - BB2350/GB - AF9638/GO - EH8339/GB - DJ2874/GB - EN0601/SP - EF0778/MG - EE8255/GB - AG9960/GO - CG0825/GO - BB1182/GO - LH0587/GB.

GDF - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO
EXPEDIENTE
"DISTRITO FEDERAL"
Orgão Oficial do Governo do Distrito Federal
Diretor
Antônio Castelo Branco
Redação e Administração
SBS - ED. BRASÍLIA -
12º ANDAR - FONE: 24-1303
Composição e Impressão
OFICINAS DO "CORREIO BRAZILIENSE"
SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS
FONE: 23-3450 - RAMAL 10.

Destaques

O Presidente Ernesto Geisel irá ao Estado da Guanabara no próximo dia 13 - dois dias antes da posse do Almirante Floriano Peixoto Faria Lima e da oficialização do novo Estado do Rio de Janeiro - para visitar o prédio da Petrobrás e, ainda, o Centro de Pesquisas daquela empresa, situado na Ilha do Fundão.

xxx

A noite de ontem, em sua residência oficial da Avenida das Nações, o Embaixador do Peru, Diplomata Gonzalo Fernandez Puyo, recebeu para coquetel, homenageando o Ministro Severo Fagundes Gomes, da Indústria e do Comércio, que, na qualidade de chefe da delegação brasileira, embarcará amanhã para Lima, a fim de participar da II Conferência-Geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - ONUDI - que terá lugar naquela Capital de 12 a 26 do corrente.

xxx

Hoje, 11 de março, quem está de aniversário é o General Reynaldo Mello de Almeida, Comandante do I Exército, sediado na Guanabara.

xxx

O Encarregado de Negócios da República das Filipinas em nosso País, Ministro Consuelo Arranz, fará realizar nesta quinta-feira, 13 de março, em sua residência oficial aqui no Distrito Federal, chá, homenageando os membros do Clube Internacional de Brasília. À oportunidade, os convidados do Ministro Arranz serão brindados, também, com a projeção de filme sobre as Filipinas. Esse encontro tem o seu início aprazado para às 15 horas.

xxx

O Clube Naval de Brasília completou neste domingo o seu primeiro aniversário. No entanto, as comemorações de tão grato acontecimento, só serão realizadas no próximo dia 22. O programa elaborado para aquela data, pela Comodoria do CNB, deixa antever evento realmente inesquecível aqui para a Capital da República.

FHDF tem novo presidente



O primeiro diretor-presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, médico Paulo Argolo da Cruz Rios, nomeado pelo governador Elmo Serejo Farias, de acordo com o novo estatuto da entidade, foi empossado na última sexta-feira, no Salão Nobre do Palácio do Buriti.

Após a abertura da solenidade pelo governador Elmo Serejo Farias, foi lida a ata de posse do novo dirigente da FHDF, tendo em seguida o sr. Paulo Argolo da Cruz Rios pronunciado algumas palavras para dizer dos motivos que o animaram a aceitar aquela árdua missão, mas, acentuou "espero compri-la contando com a ajuda da classe médica, a que tenho a honra de pertencer, da imprensa e do povo em geral.

O Chefe do Executivo do DF, antes de encerrar a solenidade, traçou um breve perfil do empossado, ressaltando suas qualidades profissionais e sua capacidade de trabalho, que o qualificam para o bom desempenho do cargo.

Concurso literário

Dez prêmios no valor total de cento e quarenta e dois mil cruzeiros serão conferidos pelo Governo do Distrito Federal, aos vencedores do Concurso Literário/75, promovido pela Fundação Cultural do DF, a realizar-se de 1º a 4 de abril próximos, dentro do IX Encontro Nacional de Escritores.

Os vencedores do concurso serão conhecidos durante a realização do encontro e os prêmios serão entregues na sessão de encerramento.

O prêmio Brasília de Literatura terá o valor de setenta mil cruzeiros e se destina a conjunto de obras; os demais são de valores iguais - oito mil cruzeiros.

Prêmios de ficção "Governo do Distrito Federal", para obra publicada, de ficção "Governo do Distrito Federal", para trabalho inédito; de poesia "Secretaria de Educação e Cultura", para obra publicada e outro para trabalho inédito: de crítica literária "Fundação Cultural do Distrito Federal", um para obra já publicada, outro para obra inédita; de literatura infanto-juvenil, "Fundação Educacional do Distrito Federal", um para obra já publicada e outro para trabalho inédito; e de memórias ou crônicas "Machado de Assis", para obra publicada.

Concessões notifica táxis

Por infrações a diversos itens do Regulamento para o serviço de táxi do Distrito Federal, foram notificados pelos Departamentos de Concessões e Permissões da Secretaria de Serviços Públicos, os seguintes veículos:

TX — 0028 - 0064 - 0184 - 0347 - 0356 - 0471 - 0645 - 0754 - 0756 - 0799 - 0810 — 0816 — 1002 — 1100 — 1202 — 1256 — 1479 — 1509 — 1538 — 1799 — 1803 — 2036 — 2251 — 2297 — 2313 2327 — 2354— 2430 — 2621 — 2622 — 2770 — 2891 — 2895 — 2907 — 2920 — 3026 — 3027 e 3513.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

Secretaria de Segurança Pública

DECRETO DE 04 DE MARÇO DE 1975.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, Inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1.960,
RESOLVE:
dispensar, a pedido, JOSÉ AILTON GUEDES DE MELO, Agente Auxiliar de Polícia "B", nível 15, matrícula nº 30.863, do Quadro de Pessoal Civil da SEP, da Função em Comissão Símbolo FC-13, de Chefe da Seção de Administração da Delegacia de Roubos e Furtos da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 04 de março de 1.975.
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 04 DE MARÇO DE 1975.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960.
RESOLVE:
designar ATHAYDE FELIX DOS SANTOS, Estafeta "A", nível 7 matrícula nº 32.265, do Quadro de Pessoal Civil da SEP, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-13, de Chefe da Seção de Administração da Delegacia de Roubos e Furtos da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal 04 de março de 1.975.
ELMO SEREJO FARIAS
AIMÊ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DESPACHO

PROCESSO Nº: 26.769/74
INTERESSADO: JOSE IDINEI COSTA-Mat. 32.691-SEP
ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE FREQUENCIA

Senhor Governador:

José Idinei Costa, Agente Auxiliar de Polícia "A", matrícula nº 32.691, do Quadro de Pessoal, da Secretaria de Segurança Pública, requer a Vossa Excelência revisão de sua frequência a fim de que seja abonada 1 (uma) falta a ele imposta, por lapso, da Divisão de Pessoal daquela Secretaria.
A falta ocorreu no mês de janeiro de 1972, quando o servidor exercia o cargo de Guarda de Vigilância, nível 8-A, matrícula nº 6.405, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.
A Coordenação do Sistema de Pessoal informa que houve erro do servidor ao assinar o ponto bem como do órgão competente de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública ao computar a frequência sem atentar que o mesmo havia, por engano, aposto a sua assinatura num domingo ao invés de assinar o dia útil.
Assim, submeto à consideração de Vossa Excelência a correção do engano cometido, opinando pela sua autorização nos termos do Parecer nº 18/72, da Douta Procuradoria Geral do Distrito Federal.
Brasília, 03 de março de 1975.
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
Brasília, 03 de março de 1975.
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

Órgãos vinculados ao Gabinete Civil

ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS - A.U.D.

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 017 DE 03 DE MARÇO DE 1975

O Superintendente da Administração das Unidades Desportivas do Distrito Federal, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso III, do Art. 2º do Decreto Nº 2.519 de 28 de dezembro de 1973, combinado com inciso III, do Artigo 8º do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2.520 da mesma data.

RESOLVE:
Designar, o servidor ANTONIO ALVES DE MOURA, Auxiliar de Administração II, EP-10, matrícula 026/AUD, para Encarregado das Unidades Externas da Administração das Unidades Dsportivas do Distrito Federal, a partir desta data.

Brasília, 03 de março de 1975.

TAQUEGI KORESSAWA
Superintendente

SECRETARIA DO GOVERNO

ATOS DO SECRETÁRIO

Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura.
PLANALTINA—DF, 14 DE FEVEREIRO DE 1975.
WALFREDO DE FREITAS

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 02/75—RA VI, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1975

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso I, parágrafo 1º. do Artigo 9º. das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº.2.819, de 31 de dezembro de 174,

RESOLVE:

Designar o Engenheiro Civil ANTONIO ODILON FERREIRA DE OLIVEIRA, Diretor da Divisão de Obras, desta AR, para Executor do Termo Aditivo ao Convênio celebrado em 07.10.71, entre o Distrito Federal e a NOVACAP, firmado em 20 de dezembro de 1974 e publicado no DF nº. 200, página 83, de 31 de dezembro de 1974.
Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua assinatura.
PLANALTINA—DF., 14 DE FEVEREIRO DE 1975
WALFREDO DE FREITAS.

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE FEVEREIRO DE 1.975

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso da delegação de competência estabelecida na alínea "b" Inciso II do Artigo 1º do Decreto nº. 2.755, de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:
DETERMINAR a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, previsto no artigo 1º do Decreto "N" nº 618 de 12 de junho de 1967, ao funcionário ANTONIO MARTINEZ JABER BARBOSA, matrícula nº 18.465, ocupante da Função em Comissão Símbolo FC-10, de Chefe da Seção de Transportes, da Divisão, de Administração Geral, desta Administração, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, na base de 75% dos seus vencimentos, no valor mensal de 1.010,00, a partir da publicação desta até 31.12/75.

BRASILIA, DF, 24 DE FEVEREIRO DE 1975.
WALFREDO DE FREITAS
(Republicado do DISTRITO FEDERAL Nº 36, de 07.03.75, página 13).

COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 01/75—RA VI, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1975.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso I, parágrafo 1º. do Artigo 9º, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº. 2.819, de 31 de dezembro de 1974,

RESOLVE:

Designar o Engenheiro Civil ANTONIO ODILON FERREIRA DE OLIVEIRA, Diretor da Divisão de Obras, desta AR, para Executor do Termo de Renovação do Convênio celebrado em 30.06.72, entre o Distrito Federal e a NOVACAP, firmado em 20 de dezembro de 1974 e publicado no DF nº. 200, página 87, de 31 de dezembro de 1974.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 148 DE 7 DE MARÇO DE 1975
O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10 da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e de conformidade com os dispositivos regimentais em vigor,
RESOLVE:
1. Ficam aprovadas as normas anexas, destinadas à Verificação de Desempenho para os fins de transposição e de transformação de cargos para as Categorias Funcionais do Grupo-Serviços Auxiliares, S.A. - 400.
2. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 7 de março de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretaria de Administração

NORMAS PARA TRANSPOSIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

GRUPO — S.A. — 400
(PORTARIA Nº 148 DE 7 DE MARÇO DE 1975)
1. DA VERIFICAÇÃO DE DESEMPENHO
1.1 - A Verificação de Desempenho para fins de transformação de cargos à Categoria Funcional de Agente Administrativo de transposição de cargos à Categoria Funcional de Datilógrafo constará basicamente de avaliação em curso intensivo e específico de treinamento, em se tratando de Agente Administrativo, e de Teste de Datilografia no caso de Datilógrafo.
1.2 - O processo seletivo a que se refere o item anterior será promovido pelo Centro de Seleção e Treinamento e obedecerá às normas contidas na presente Portaria.
2. DO CURSO DE TREINAMENTO
2.1 - A avaliação do servidor no curso de treinamento para transformação de cargos à Categoria Funcional de Agente Administrativo constará de 2 (dois) testes, cujos programas deverão ser divulgados com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.
2.2 - Em qualquer hipótese entre a aplicação do primeiro e o segundo teste deverá decorrer o prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da divulgação do programa referente a cada teste.
2.3 - A média final do servidor no curso de treinamento será representada pela média aritmética das notas obtidas nos dois testes aplicados.
3. DO TESTE DE DATILOGRAFIA
3.1 - No teste destinado à verificação de desempenho da clientela concorrente à transposição de cargos para a Categoria Funcional de Datilógrafo, exigir-se-á o mínimo de 120 (cento e vinte) toques líquidos, por minuto, a fim de que possa ser considerado o resultado como fator a ser ponderado, conforme escala abaixo:

TOQUES POR MINUTO	NOTA
120 toques	40 pontos
140 toques	50 pontos
160 toques	60 pontos
180 toques	70 pontos
200 toques	80 pontos
220 toques	90 pontos
240 toques	100 pontos

3.2. - Para o cálculo dos toques líquidos deve-se observar a seguinte fórmula:

TL = Tb - (Te x 10), sendo:
TL = Toques líquidos
Tb = Toques brutos
Te = Toques errados

OBS.: O tempo de duração do Teste de Datilografia não deverá ultrapassar de 10 (dez) minutos, nem ser inferior a 5 (cinco) minutos.

4. DA HABILITAÇÃO DO CURSO DE TREINAMENTO E NO TESTE DE DATILOGRAFIA
4.1 - Será considerado habilitado o candidato que obtiver média final ou nota igual ou superior a (sessenta) pontos.
4.2 - Será considerado inabilitado o servidor que obtiver média final ou nota inferior a 40 (quarenta) pontos.

5. DO NIVEL HIERÁRQUICO DE DESEMPENHO

5.1 - No caso em que o servidor obtiver média final ou nota igual ou superior a 40 (quarenta) pontos e inferior a 60 (sessenta) pontos, serão apurados pela Coordenação do Sistema de Pessoal, para fins de habilitação no processo seletivo, os seguintes dados funcionais:
a) - Desempenho de cargo efetivo a ser transformado ou transposto;
b) Ocupação do cargo a ser transfor-

mado ou transposto, em virtude de prova de acesso.
5.2 - Na apuração do desempenho do cargo efetivo será computado o tempo de efetivo exercício na série de classes ou classe singular a que pertencer o cargo a ser transformado ou transposto. O tempo apurado será convertido em anos, considerando-se o ano de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias (art. 78 da Lei nº 1.711, de 28/10/52).
5.3 - O tempo de efetivo exercício de que trata o item anterior somente será apurado no período compreendido entre 21/04/60 a 23/10/73 (data do Decreto nº 2.417, de 1973).
5.4 - Feita a conversão, os dias restantes até 182 (cento e oitenta e dois) não serão computados, arredondando-se para um ano, quando excederem esse número.
5.5 - No caso de exercício de cargo, função em comissão, cujas atribuições não sejam incompatíveis com as do cargo efetivo atualmente ocupado pelo servidor, considerar-se-á como desempenho do cargo efetivo o período em que o servidor ocupou o cargo ou função em comissão.
5.6 - Feita a conversão do tempo de serviço, o número de pontos atribuíveis ao DESEMPENHO DO CARGO EFETIVO será o produto do número de anos pelo multiplicador 3 (três).
5.7 - Será atribuído diretamente ao servidor 40 (quarenta) pontos quando este estiver ocupando o cargo em razão de habilitação em prova de acesso.
5.8 - O número de pontos obtidos na apuração do Nível Hierárquico de Desempenho será somado à média final ou nota obtida no curso de treinamento ou teste de datilografia, sendo considerado habilitado o candidato cujo somatório for igual ou superior a 60 (sessenta) pontos. Poderá ser dispensada observância à sequência das alíneas "a" e "b" do item 5.1, podendo, se for julgado conveniente, processar-se a apuração de forma alternada para obtenção dos pontos necessários à habilitação.

6. APURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1 - Os testes de datilografia serão corrigidos diretamente pelo CEST e os de verificação do aproveitamento no curso de treinamento para a Categoria Funcional de Agente Administrativo, terão seus resultados apurados pelo sistema de computação eletrônica, bem como os dados funcionais necessários à verificação do Nível Hierárquico de Desempenho, nas hipóteses previstas no item 5.1.
6.2 - Ultimados os trabalhos de apuração a que se refere o item anterior, será divulgada pela Coordenação do Sistema de Pessoal, com referência a cada Categoria Funcional, relação dos servidores considerados habilitados no processo seletivo, mencionando-se expressamente em que item se fundamenta a habilitação (4 ou 5).
6.3. - O servidor inabilitado poderá apresentar, uma única vez, pedido de reconsideração encaminhado ao titular da Coordenação do Sistema de Pessoal, observado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da divulgação dos resultados.
6.4 - Quando o pedido de reconsideração referir-se ao item 4, será remetido ao Centro de Seleção e Treinamento que o instruirá e o restituirá, com sua decisão, à Coordenação do Sistema de Pessoal.
6.5 - Julgados os pedidos de reconsideração a Coordenação do Sistema de Pessoal providenciará as alterações necessárias.

7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 - Concluído o processo seletivo, a Coordenação do Sistema de Pessoal elaborará a classificação dos habilitados, obedecidos os critérios estabelecidos no artigo 12 e parágrafo único do Decreto nº 2.373/73.
7.2 - Divulgada a classificação o servidor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para recorrer perante a Coordenação do Sistema de Pessoal, da classificação que lhe foi atribuída.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os dados enviados ao órgão responsável pelo sistema de computação eletrônica deverão representar fielmente as anotações constantes dos registros funcionais e os resultados da avaliação atribuída ao servidor no curso de treinamento ou teste de datilografia.
8.2 - Concluída a classificação deverá permanecer arquivada na Coordenação do Sistema de Pessoal e no Centro de Seleção e Treinamento, FICHA RESUMO de cada candidato, emitida pelo órgão responsável pela apuração eletrônica dos resultados, da qual constarão obrigatoriamente os seguintes elementos:
a) órgão;
b) Grupo e Categoria Funcional;
c) nome;
d) cargo ou emprego atual;
e) matrícula;
f) situação funcional de acordo com o parágrafo único do artigo 12 do Decreto nº 2.373, de 24 de setembro de 1973;
g) dados relativos ao Nível Hierárquico de Desempenho, nas situações abrangidas pelo item 5 da presente Portaria;
h) notas e média final referentes ao curso de treinamento ou nota do teste de datilografia.
8.3 - Os titulares do Centro de Seleção e Treinamento e da Coordenação do Sistema de Pessoal deverão manter, sob sua responsabilidade direta, os elementos referentes às fases do processo seletivo realizadas em cada área, a fim de que se possa verificar a qualquer tempo, a exatidão das informações constantes da Ficha Resumo.

Brasília, 7 de março de 1975

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 149 DE 7 DE MARÇO DE 1975

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, de conformidade com o que dispõe o artigo 10, da Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e tendo em vista suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

1. Poderão integrar, como clientela originária, a Categoria Funcional de Agente Administrativo de que trata a letra "a", "in fine", do artigo 5º do Decreto nº 2.417, de 23 de outubro de 1973, mediante transformação, os atuais cargos ou empregos, vagos e ocupados, a seguir enumerados, cujas atribuições guardam correlação com as indicadas no artigo 1º do supracitado Decreto nº 2.417/73:
1 - Auxiliar de Bibliotecário;
2 - Auxiliar de Contabilidade;
3 - Encarregado de Serviço;
4 - Estatístico de Nível Médio;
5 - Mecanógrafo;
6 - Tesoureiro.
2. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Brasília, 07 de março de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 7 DE MARÇO DE 1975

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250 de 8 de maio de 1973,

RESOLVE:

DESIGNAR JULIA MARIA FEITOSA, Escriturária, nível 10-B, matrícula nº 8.522, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, em seus impedimentos eventuais, ANTONIO DE PÁDUA MENDES VIEIRA, Secretário Datilógrafo, Símbolo FC-10, matrícula 18.286, do Gabinete desta Secretaria.
Brasília, 07 de março de 1975.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DESPACHOS

PROCESSO Nº. 51750/75
INTERESSADO: MEIRIEL DE ABREU SOUSA — Mat. 8.735 - SEC/FEDF
ASSUNTO : LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º., inciso I, do Decreto "E" nº. 339, de 12 de dezembro de 1967 e artigo 80, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo110, do Estatuto.

Brasília, 06 de março de 1975.
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração.

PROCESSO Nº: 900 75
INTERESSADO: EUDOX INÁCIO RAMOS Mat. 1.297 - SSP
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339, de 12 de dezembro de 1967 e artigo 80, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 28 de fevereiro de 1975.

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 30.464 74
INTERESSADO: ARLINDO RODRIGUES CAMPOS Mat. 11.665 SERP SEA
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo, 1º, inciso I, do Decreto "E", nº 339, de 12 de dezembro de 1967, e artigo 80, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 28 de fevereiro de 1975.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

Secretário de Administração.

Processo nº: 002228 75
Interessado: Almoxarifado Central-SEA
Assunto: Aquisição de material
Despacho: HOMOLOGO, com fundamento no artigo 34, do Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971, o resultado da Tomada de Preços nº 03 75 SEA, no valor de Cr$ 461.067,09 (Quatrocentos e sessenta e um mil, sessenta e sete e sete cruzeiros e nove centavos), de acordo com o parecer de fls. 208 e 209 da Comissão de Licitação.
Em 20 de fevereiro de 1975
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº 002230/75
Interessado: Almoxarifado Central - SEA
Assunto: Aquisição de material
Despacho: HOMOLOGO, com fundamento no artigo 34, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1.971, o resultado da Tomada de Preços nº 05/75-SEA, no valor de Cr$ 430.971,37 (Quatrocentos e trinta mil, novecentos e setenta e um cruzeiros e trinta e sete centavos), de acordo com o parecer de fls. 82 da Comissão de Licitação.
Em 20 de fevereiro de 1.975.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº: 01.023/75
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A — Reproduções Gráficas
DESPACHO: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da XEROX DO BRASIL S/A — Reproduções Gráficas, com a finalidade de locação de uma Máquina Copiadora Automática XEROX 720—A, instalada na Coordenação do Sistema de Material da Secretaria de Administração, referente ao período de 01.01.75 a 31.12.75, bem como autorizo a emissão do empenho por ESTIMATIVA no valor de Cr$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros).

Brasília, 30 de janeiro de 1975.

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 02 886/75
INTERESSADO: DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PROPRIOS — SEA
DESPACHO: Nos termos da alínea "a" inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1 971, dispenso a licitação a favor da empresa IRMÃOS MATSUNAGA LTDA, para aquisição de passes de ônibus para servidores da Secretaria de Administração, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de 16 447,20 (dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e sete cruzeiros e vinte centavos).

Brasília, 18 de fevereiro de 1 975.
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração.

Processo nº: 02.659/75
Interessado: Valdecy Ferreira Lima
DESPACHO: Nos termos da alínea "f", inciso I, artigo 3º do Decreto nº 1703, de 31.05.71, combinado com o inciso II, artigo 19 do Decreto "E" nº 340, de 12.12.67, alterado pelo Decreto nº 1718, de 16.06.71, dispenso a licitação no valor de 5.000,0 (cinco mil cruzeiros), a favor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para aplicação do adiantamento a ser concedido em nome do servidor Valdecy Ferreira Lima.
Brasília, 6 de fevereiro de 1 975

JOSÉ AFFONSO M. DE B MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº.: 01.545/75
Interessado: Centro de Seleção e Treinamento
DESPACHO: Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º. do Decreto nº. 1.703, de 31 de maio de 1971 dispenso a licitação a favor de LETICIA ALVES DE MACÊDO, para fazer face a despesas com o Curso de Datilografia para servidores da Secretaria de Finanças, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 2.800,00 (dois mil oitocentos cruzeiros).
Brasília, 30 de janeiro de 1975
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

Processo nº: 00.365/75
Interessado: COORD. DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS

DESPACHO: Nos termos da alínea "f", inciso I, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, combinado com o inciso II artigo 1º do Decreto "E" nº 340 de 12 de dezembro de 1967, alterado pelo Decreto nº 1 718, de 18 de junho de 1971, dispenso a licitação a favor da SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LTDA — TCB, para prestação do serviço, bem como autorizo a emissão do empenho por ESTIMATIVA no valor de Cr$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).

Brasília, 30 de janeiro de 1975.

JOSÉ AFFONSO M. DE B MENUSIER

Processo nº: 002231 75
Interessado: Almoxarifado Central - SEA
Assunto: Aquisição de material
Despacho: HOMOLOGO, com fundamento no artigo 34, do Decreto nº 1 703 de 31 de maio de 1971, o resultado da Tomada de Preços nº 06 75-SEA, no valor de Cr$ 31 963,72 (Trinta e um mil, novecentos e sessenta e três cruzeiros e setenta e dois centavos), de acordo com o parecer de fls. 45 e 46 da Comissão de Licitação.
Em 20 de fevereiro de 1975
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO 24 02 75
Nome: Francisco Alves dos Santos
Cargo: Trabalhador
Mat: 17.181
Cargo: Trabalhador
Nível: 01
remove da SAP, para a SEA.

ORDEM DE SERVIÇO 24 02 75
Processo nº: 03.501 75
Nome: Marcus Augusto Martin

Mat.01.440
Cargo: Oficial de Administração
Nível: 16-C
coloca à disposição da FEDF.
CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal
CSP-SEA

OSP - DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO
SEÇÃO DE PROCESSAMENTO DE VANTAGENS

SALÁRIO FAMÍLIA POR EXERCÍCIOS FINDOS - DÍVIDAS RECONHECIDAS

FL.01/75-SPV

PROCESSO	NOME	MATRÍCULA	VALOR
031765/74	João Bezerra do Nascimento	00752	350,00
200082/75	José Sebastião da Silva	01244	70,00
031690/74	Antonio Deci da Costa	01500	120,00
501412/73	Salustriano Francisco Freire	01814	1.565,50
030525/74	Izaias Cruz de Souza	02081	420,00
003100/75	Luiz Gonzaga Theodoro	02169	40,00
261151/75	Aldino Francisco das Chagas	02333	981,00
028576/75	Consuelo de Menezes G. Lima	03814	640,00
059194/74	Lourdes Pereira dos Reis	04132	740,00
062366/74	Eunice Pereira dos Santos	04932	700,00
108165/74	Sonia Maria da Costa Amaral	05564	120,00
108762/74	José Moura de Souza	05661	1.894,60
050957/75	Nilza Alves Teixeira Lima	07265	620,00
064618/74	Ruth Almada Cruz Gomes	08820	400,00
072161/74	Robério Sulz Gonçalves	08960	150,00
000976/75	Adilson de Farias	09161	2.070,00
052095/75	Rivaldo Felix de Amaro	09290	40,00
031312/74	José Feliciano Neto	09814	180,00
171447/75	Gerôncio Januário de Medeiros	10539	40,00
002162/75	Eulálio Alves Ximenes	10586	160,00
020345/75	Dagmar Gomes Beltran Sanchez	11146	1.190,00
029391/74	Izamar Tosta da Silva	11424	1.000,00
184458/74	Ariston da Cunha Lima	11626	150,00
108203/74	Maria Bezerra Silva	11677	640,00
240189/75	Nestor Rodrigues da Silva	11875	1.220,00
029869/74	João Martins Coelho	12058	425,00
030283/74	Antonio Ferreira do Amaral	12403	1.200,00
053027/75	Joel Guilherme de Medeiros	13287	40,00
015137/74	Paulo Valente Lima	13335	1.259,00
029177/74	José Firmínio de Araujo	13394	400,00
153978/73	Nancy Terezinha de Rezende	13421	1.350,00
071450/74	Hélio Dom Bosco Bonifácio	13802	1.000,00
002178/75	Antonio Alves de Queiróz	14137	1.150,00
000064/75	Aleixo Mendes de Carvalho	15067	330,00
002824/75	Oldemar Barreto Pereira	15978	240,00
073185/74	Ivan de Lima Pompeu	16051	2.230,00
001871/75	Leuton Rezende	16071	750,00
050582/75	Jucelino Ferreira de Souza	17404	400,00
201403/74	Ivolnei Machado	18066	150,00
	T O T A L Cr$....		27.320,40

No uso das atribuições conferidas pelo artigo 85-VIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.250, de 08 de maio de 1973, publicado no "Distrito Federal" nº 72, de 15 de maio de 1973, RECONHEÇO a dívida no valor de Cr$ 27.320,40 (Vinte e sete mil, trezentos e vinte cruzeiros e quarenta centavos), a favor dos funcionários relacionados nesta folha, nos termos do artigo 1º, do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, publicado no "Diário Oficial" de 16 de janeiro de 1968.

Obs: Republicado por ter saido com incorreção no "DF" Nº 34, de 05-03-75, página 8.

Brasília 6 de março de 1975.

WLADIMIR DA MOTTA RESENDE
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
ASSD - SEF

Luiz de Sousa Moura

SECRETARIA DE FINANÇAS

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO DO PESSOAL
ATOS DO CHEFE

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE Art. 93, 97 e 98 da Lei Número 1.711/52.

Maurício Antonio de Oliveira
Mat.: 14.975
Período: 09.02 a 14.02.75
Atestado: 493/75—SM
Mat. 14.975
Período: 18.02 a 04.03.75
Atestado: 0515/75—SM

Agostinho de Paula Silveira
Mat.: 15.730
Período: 25.02 a 25.03.75
Atestado: 0159/75—SM

Manoel Moisés dos Santos: Mat.: 00.695
Período: 01.02 a 21.02.75
Atestado: 501/75—SM

Myrtes Teixeira Mazzaro
Mat.: 05.413
Período: 21.02 a 28.02.75
Atestado: 500/75—SM
Aníbal Ferreira de Souza
Mat. 11.715
Período: 23.02 a 28.02.75
Atestado: 503/75—SM
Júlio Mineiro Sobrinho
Mat. 12.463
Período: 26.11.74 a 25.03.75
Atestado: 492/75—SM

Elzita Fragoso Ferreira
Mat. 12.571
Período: 05.02 a 01.03.75
Atestado: 0505/75—SM

Antonio Luiz de S. Melo
Mat.: 13.358
Período: 04.02 a 28.02.75
Atestado: 45575—SM

Osvaldo Ribeiro de Souza
Mat.: 14.053
Período: 16.02 a 30.03.75
Atestado: 487/75—SM

Rômulo Augusto de Araújo
Mat. 15.058
Período: 01.02 a 18.02.75
Atestado: 497/75—SM

Carlos Sávio Rocha
Mat.: 15.422
Período: 01.02 a 02.03.75
Atestado: 473/75—SM

João Florêncio dos Santos
Mat.: 15.574
Período: 12.02 a 12.03.75
Atestado: 490/75—SM

José Ozório da Rocha
Mat.: 17.373
Período: 14.02 a 28.02.75
Atestado: 476/75—SM

Murilo Murilo Maia Dias
Mat.: 11.532
Período: 06.02 a 07.03.75
Atestado: 468/75—SM

Florisvaldo Antonio Alves
Mat.: 14.190
Período: 13.02 a 14.03.75
Atestado: 477/75—SM
Luis Barbosa Soares
Mat.: 14.963
Período: 03.02 a 04.03.75
Atestado: 463/75—SM

Ivahyna Góes Vidal
Mat. 02.078
Período: 13.02 a 04.03.75
Atestado: 493/75—SM

LICENÇA "A GESTANTE" Art. 107 da. Lei 1.711/52

Dagma Vieira David
Mat. 13.977
Período: 04 meses a partir de 24.02.75
Atestado: 458/75—SM

Brasília, 28 de fevereiro de 1975
RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal - SA/SEF.

SALÁRIO FAMILIA CONCEDIDO

MATRICULA: 14.785
NOME: Olimpio Eugênio de Souza
DEPENDENTE: Anderson Eugênio de Souza, filho nasc. em 14.11.74. Conceder a partir de novembro de 1974 e o pagamento a partir de janeiro de 1975. O período anterior a ser requerido por exercícios findos.

MATRICULA: 14.551
NOME: Antonio Luiz Sabino
DEPENDENTE: Alzira Serafim de Assis, companheira, nasc. em 25.07.38. Conceder a partir de outubro de 1970 e o pagamento a partir de janeiro de 1975. O período anterior a ser requerido por exercícios findos.

MATRICULA: 15.867
NOME: Manoel Pereira dos Santos
DEPENDENTE: Maria do Socorro Rodrigues Pereira, Retificar, onde se lê: filha nasc. em 16.10.74, leia-se: Conceder o benefício a partir de outubro de 1973 e o pagamento a partir de janeiro de 1975. O período anterior a ser requerido por exercícios findos.

MATRICULA: 00.587
NOME: Raimundo G. de Oliveira
DEPENDENTE: Maria Eliete de Oliveira, filha nasc. em 30.05.54. Cancelar a partir de janeiro de 1975, por motivo de casamento conforme documentação apresentada.

MATRICULA: 11.606
NOME: Conceição A. de Oliveira
DEPENDENTE: Ilma Helena Severino, sobrinha, nasc. em 28.11.56. Cancelar a partir de janeiro de 1975, por motivo de casamento, conforme documentação apresentada.

MATRICULA: 13.330
NOME: Rute dos Santos Ribeiro
DEPENDENTE: Paulo Macilio dos Santos, TGR., nasc. em 04.01.56. Cancelar a partir de janeiro de 1974, por motivo do dependente ter completado 18 anos.

MATRICULA: 14.947
NOME: José Rodrigues Costa
DEPEDENTE: Maria de Fátima Vaz, nascida em 02.06.57. Cancelar o benefício a partir de dezembro de 1974, em virtude da dependente haver contraído matrimônio, conforme Certidão nº 2.937.

MATRICULA: 17.107
NOME: Berlarmino M. de Carvalho
DEPENDENTE: Maria José dos Santos, filha nasc. em 09.09.53. Cancelar a partir de janeiro de 1975, em virtude de casamento, conforme Certidão nº 10.893.

MATRICULA: 02.122
NOME: José Ferreira
DEPENDENTE: Celina Pereira da Costa Ribeiro, esposa, nasc. em 21.10,52, Conceder a partir de janeiro de 1975, por motivo de casamento conforme Cert. nº 13.338

MATRICULA: 02.216
NOME: Odorico H.C. Costandrade
DEPENDENTE: Juliana Souza Cintra de Carvalho Costandrade, filha nascida em 28.01.75

MATRICULA: 02.286
NOME: Vágner Alves de Carvalho
DEPENDENTE: Maria Alves Bueno, mãe nascida em 07.06.1902, Conceder a partir de setembro de 1973, por motivo do falecimento de seu pai, conforme documentação apresentada e o pagamento a partir de janeiro de 1975.
O período anterior a ser requerido por exercícios findos.

MATRICULA: 07.358
NOME: Enoque Alves
DEPENDENTE: Alexandre Gomes Alves, filho, nas. em 02.01.75
MATRICULA: 07.385
NOME: José Orides da Silva
DEPENDENTE: Imidia Augusta da Silva, mãe nasc. em 06.08.906, Conceder a partir de agosto de 1970, e o pagamento a partir de janeiro de 1975. O período anterior, deverá ser requerido pelo servidor por exercícios findos.

MATRICULA: 07.409
NOME: Fúlvio Vigini Machado
DEPENDENTE: Maria Cristina Rocha Machado, filha, nasc. em 16.01.48. Conceder a partir de fevereiro de 1973 e o pagamento a partir de janeiro de 1975. O período anterior a ser requerido por exercícos findos.

MATRICULA: 07.734
NOME: Seleimann K. Botelho
DEPENDENTE: Suleimann Gomes Kalil, filho, nasc. em 09.06.57. Conceder a partir de agosto de 1974 e o pagamento a partir de janeiro de 1975, em virtude do dependente não possuir rendimentos próprios, conforme documentação apresentada. O período anterior a ser requerido por exercícios findos.

MATRICULA: 07.809
NOME: Jésse Paes de Barros
DEPENDENTE: Ruth Helena Paes de Barros, filha, nasc.. em 07.11.74, Conceder a partir de novembro de 1974 e o pagamento aa partir de janeiro de 1975. O período anterior a ser requerido por exercícos findos.

Brasília, 27 de fevereiro de 1975
RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal SA/SEF.

DEPARTAMENTO DA RECEITA

ATOS DO DIRETOR

Processo nº.: 29677/74
Interessado: Antonio Marianc Jacobina Filho

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69 - SEF e tendo em vista os pareceres da Divisão de Tributos Imobiliários deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de ANTONIO MARIANO JACOBINA FILHO, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial

Urbano relativo ao exercício de 1975, incidente sobre o imóvel localizado no SRIA — QI 04 - Conjunto "U" - lote nº. 95, de acordo com o artigo 1º. da Lei nº. 5755/71.
Publique-se e restitua-se à Divisão de Tributos Imobiliários, para as devidas anotações e providências.
Brasília, 21 de fevereiro de 1975
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo nº.: 30033/74
Interessado: Jefferson Rodrigues Moreira

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69 — SEF e tendo em vista os pareceres da Divisão de Tributos Imobiliários deste Departamento, RECONHEÇO a ISENÇÃO, em favor de JEFFERSON RODRIGUES MOREIRA, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano relativo ao exercício de 1975, incidente sobre o imóvel localizado no SHCG/-norte - Quadra 712 - Bloco "L" - Aptº. 103, de acordo com o art. 1º. da Lei nº. 5755 de 03 de dezembro de 1971;
Publique-se e restitua-se à Divisão de Tributos Imobiliários, para as devidas anotações e providências.
Brasília, 18 de fevereiro de 1975
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo nº.: 000600/75
Interessado: ECOCIL
Empresa de Construções Civis Ltda.

Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69 — SEF e tendo em vista os pareceres da Divisão de Tributos Diversos deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor da ECOCIL — EMPRESA DE CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA., quanto ao pagamento da Taxa de Fiscalização de Obras, pela construção de 672 (seiscentas e setenta e duas) unidades residenciais para a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. — SHIS, na QNM 36/38 do Setor M—NORTE de Taguatinga-DF, de acordo com o art. 1º. incisos I e II, do Decreto nº. 983/69, que regulamentou o art. 120 do Decreto-Lei nº. 82/66.
Publique-se e restitua-se à Divisão de Tributos Diversos para as devidas anotações e providências posteriormente à Divisão de Fiscalização para os mesmos fins.
Brasília, 25 de fevereiro de 1975
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO Nº: 27745/74
INTERESSADO: CENTRO ESPIRITA "VOVO SABINA"
Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69 SEF e tendo em vista os pareceres da Divisão de Tributos Imobiliários, deste Departamento, RECONHEÇO A IMUNIDADE em favor do CENTRO ESPIRITA "VOVO SABINA", quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, relativo ao exercício de 1974, incidente sobre o imóvel localizado no EQ/NORTE 711/911, Lote "D", de acordo com o art. 19, III, "b", da Constituição Federal.
Publique-se e restitua-se à Divisão de Tributos Imobiliários, para as devidas anotações e providências.
Brasília-DF, 30 de janeiro de 1975
BENEDITO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo nº: 030034/74
Interessado: Osias de Melo Alves
Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69 SEF e tendo em vista os pareceres da Divisão de Tributos Imobiliários deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de OSIAS DE MELO ALVES, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano relativo ao exercício de 1 975, incidente sobre o imóvel localizado no SHCG/-NORTE- quadra 712- bloco "L"- apt. 101, de acordo com o art. 1º da Lei nº 5755, de 03.12.71.
Publique-se e restitua-se à Divisão de Tributos Imobiliários para as devidas anotações e providências.
Brasília, 06 de fevereiro de 1975
BENEDITO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo nº: 30079/74
Interessado: Wilson Alonso Rodrigues
Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69-SEF e tendo em vista os pareceres da Divisão de Tributos Imobiliários deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de WILSON ALONSO RODRIGUES, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano relativo ao exercício de 1 975, incidente sobre o imóvel localizado na SQ/Sul 412- bloco "R" ap. 309, de acordo com o art. 1º, da Lei nº 5755, de 03 de dezembro de 1971.
Publique--se e restitua-se à Divisão de Tributos Imobiliários, para as devidas anotações e providências.
Brasília: 18 de fevereiro de 1975
BENEDITO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo nº: 30863/74
Interessado, João de Jesus
Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20-08.69 SEF e tendo em vista os pareceres da Divisão de Tributos Imobiliários deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de JOÃO DE JESUS, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano relativo ao exercício de 1975, incidente sobre oimóvel localizado no SRIA- QI 10 conjunto "R"- Casa 35, de acordo com o art. 1º da Lei nº 5755, de 03 de dezembro de 1971.
Publique-se e restitua-se à Divisão de Tributos Imobiliários, para as devidas anotações e providências.
Brasília, 18 de fevereiro de 1975
BENEDITO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo nº: 31043/74
Interessado: Francisco de Assis Santos
Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69 SEF e tendo em vista os pareceres, da Divisão de Tributos Imobiliários deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor de FRANCISCO DE ASSIS SANTOS, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano relativo ao exercício de 1975, incidente sobre o imóvel localizado no SHCG/NORTE, Quadra 712- Bloco "Q" Casa 29, de acordo com o art. 1º da Lei nº 5755/71
Publique-se e restitua-se à Divisão de Tributos Imobiliários, para as devidas anotações e providências.
Brasília, 18 de fevereiro de 1975.
BENEDITO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departamento da Receita

Processo nº: 026884/74
Interessado: Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A
Nos termos da delegação de competência que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69 SEF e tendo em vista os pareceres da Divisão de Tributos Imobiliários deste Departamento, RECONHEÇO A ISENÇÃO, em favor do BANCO NACIONAL DE CREDITO COOPERATIVO S/A, quanto ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano relativo ao exercício de 1974, incidente sobre os seguintes imóveis: SQ/Sul 405- bloco P- ap.s 205 e 307, SQS 405- bloco I - ap. 208, SQS 406-bloco L - ap. 202, SQS 406- bloco P - ap. 101, SQS 405- bloco P - aps. 207, 304, 305 e 308, SQS 416 - bloco P - ap. 102, 301 - 304 - 305 - 306- e 307, SQS 405 - bloco P - aps. 102 - 302 e 303, SQS 405- bloco R- aps. 208 e 305, SQS 406 - bloco D. ap. 207, SQS 406- bloco L - aps. 105 e 301, e SQS 406- bloco P- aps. 208 e 302, de acordo com o art. 17, do Decreto - Lei nº 60, de 21.11.68, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 668 de 03.07.69, ratificado pelo Ato Complementar nº 63, de 04.09.69.
Publique-se e restitua-se à Divisão de Tributos Imobiliários, para as devidas anotações e providências.
Brasília, 06 de fevereiro de 1975
BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA
Diretor do Departameno da Receita

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

Recurso "ex officio" nº. 3/75
Recorrente: Departamento da Receita
Recorido: Olney Araújo Dutra

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A autoridade julgadora de Pimeira Instância, proferindo decisão parcialmente contrária aos interesses da Fazenda Pública, recorreu de ofício nos termos do art. 262 da Lei nº. 4.191/62.
Devidamente notificado, o autuado deixou transcorer **in albis** o prazo para oferecimento do recurso voluntário.
Recebo o recurso **ex officio.**
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se
Brasília, 24 de fevereiro de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SLVA RAMOS
Presidente.

Recurso Voluntário nº 249/74
Recorrente: Ruy Kopper
Recorrido: Departamento da Receita

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Ruy Kopper, irresignado com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 26.910/73, pertinentes a reclamação contra lançamento de IPTU, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 13 de fevereiro de 1974 (Registro do Protocolo Geral de fls. 22).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 2 de fevereiro de 1974 (Recibo de fls. 15), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois o recurso.
Audiência prévia da douta Represetação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.

Brasília, 24 de fevereiro de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 412/74
Recorrente: Orlando Vicente Antônio Taurissano.
Recorrido: Departamento da Receita

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Orlando Vicente Antônio Taurisano, irresignado com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 3.109/74, pertinente a reclamação contra lançamento de IPTU, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 30 de agosto de 1974 (Registro do Protocolo Geral de fls. 22).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 14 de agosto de 1974 (Recibo de fls. 10), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 24 de fevereiro de 1975.

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 414/74
RECORENTE: Manoel Marques da Cruz
Recorrido: Departamento da Receita

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Manoel Marques da Cruz, irresignado com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 17.448/74, pertinente a redamação contra lançamento, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 4 de setembro de 1974 (Registro do Protocolo Geral de fls. 18).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 22 de agosto de 1974 (Recibo de fls. 12), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257, da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda
Publique-se e Distribua-se.

Brasília, 24 de fevereiro de 1975

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 446/74
Recorrente: Ernesto Lêmmi Ribeiro
Recorrido: Departamento da Receita

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Ernesto Lêmmi Ribeiro, irresignado com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 20.151/74, partinente à reclamação contra lançamento de IPTU, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 26 de setembro de 1974 (registro do Protocolo Geral de fls. 14).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão, condenatória ocorreu em 14 de setembro de 1974 (Recibo de fls. 11), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.

Brasília, 24 de fevereiro de 1975

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 441/74
Recorrente: Wanderilo Tomé de Moura
Recorrido: Departamento da Receita

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Wanderilo Tomé de Moura, irresignado com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 19.503/74. pertinente à redamação contra lançamento de IPTU, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 22 de setembro de 1974 (Registro do Protocolo Geral de fls. 15).
Recurso tempestivo, eis que apesar de não constar a data do recebimento da intimação da decisão condenatória, observa-se que a mesma foi expedida em 10 de setembro de 1974 (doc. fls. 8), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno dese Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.

Brasília, 24 de fevereiro de 1975.
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente.

Recurso Voluntário nº. 459/74
Recorrente: Helion Moreira Silva
Recorrido: Departamento da Receita

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Helion Moreira Silva, irresignado com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº. 21.355/74,, pertinente a reclamação contra lançamento de IPTU, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 7 de outubro de 1975. (Registro do Protocolo Geral de fls. 14).

Recurso tempestivo, eis que a intimação de decisão condenatória ocorreu em 21 de setembro de 1974 (recibo de fls. 9) evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº. 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 25 de fevereiro de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº.. 508/74
Recorrente: Osório Marques de Oliveira
Recorrido: Departamento da Receita

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Osório Marques de Oliveira, irresignado com a decisão de Primeira Instância proferida no processo nº. 25.097/74, pertinente a reclamação contra lançamento do ITPU, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 3 de outubro de 1974 (Registro do Protocolo Geral de fls. 26).
Recurso tempestivo, eis que apesar de não constar a data do recebimento da intimação da sentença "a quo", foi esta prolatada em 27 de setembro de 1974 (doc. fls. 15—v), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº. 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 25 de fevereiro de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº. 520/74
Recorrente: Laureano F. P. Esteves
Recorrido: DEPARTAMENTO DA RECEITA

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A firma individual Laureano F. P. Esteves, irresignada com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº. 2.612/73, pertinente ao auto de infração nº. 24.928/73, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 26 de dezembro de 1973 (registro do Protocolo Geral de fls. 7).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 15 de dezembro de 1973 (Recibo de fls. 6), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº. 4.191/62, combinado com

os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 25 de fevereiro de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº. 9/75
Recorrente: Selen - Serviços Técnicos Profissionais Ltda.
Recorrido: Departamento da Receita

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

SELEN — Serviços Técnicos Profissionais Ltda., irresignada com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº. 29.563/74, pertinente ao auto de infração nº. 23.125, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 8 de janeiro de 1975 (Registro do Protocolo Geral de fls. 21).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 19 de dezembro de 1974 (Recibo de fls. 18), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº. 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 25 de fevereiro de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº. 12/75
Recorrente: Companhia de Telecomunicações de Brasília - COTELB
Recorrido: Departamento da Receita

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

Companhia de Telecomunicações de Brasília - COTELB, irresignada com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº. 19.754/74, pertinente a reclamação contra lançamento de IPTU, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 22 de novembro de 1974 (Registro do Protocolo Geral de fls. 26).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 8 de novembro de 1974 (Recibo de fls. 35), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº. 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 25 de fevereiro de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso **ex officio** nº 5/75
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: Salvatore Arena

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, recorreu de ofício nos termos do art. 202 da Lei nº 4.191/62.
Sigam os trâmites.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 1975.
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso **ex officio** nº 7/75
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: Aluízio Pereira Valle

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, recorreu de ofício nos termos do art. 262 da Lei nº 4.191/62.
Sigam os trâmites.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 21 de fevereiro de 1975.
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso **Ex officio** nº 509/74
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrida: Valéria dos Santos França

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, recorreu de ofício nos termos do art. 262 da Lei nº 4.191/62.
Sigam os Trâmites.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso **ex officio** nº 13/75
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: José Maria Teixeira de Almeida

A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, recorreu de ofício nos termos do art. 262 da Lei nº 4. 191/62.
Sigam os Trâmites.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 1975.
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso Voluntário nº 315/74
Recorrente: Alirio Pereira de Oliveira
Recorrido: Departamento da Receita
DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
A firma individual Alírio Pereira de Oliveira, irresignada com a sentença de Primeira Instância proferida no processo nº 41.316/73, pertinente ao auto de infração nº 27.568, ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 4 de junho de 1974 (Registro do Protocolo Geral de fls. 22).
Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 20 de maio de 1974 (Recibo de fls. 11) evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.
Recebo, pois, o recurso
Publique-se e Distribua-se.
Brasília, 25 de fevereiro de 1975
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso "ex offício" nº 506/74
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: José Augusto

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, recorreu de ofício nos termos do art. 262 da Lei n. 4.191 /62.
Sigam os trâmites.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.

Brasília, 07 de fevereiro de 1 975.

Ass. AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente.

Recurso Voluntário nº 361 /74
Recorrente: Brasília Manutenção de Veículos Ltda.
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz João Bispo dos Santos Júnior

ACÓRDÃO: Nº 04/75 (1.115)

EMENTA: IMPROCEDENCIA-AUSENCIA DE TIPICIDADE — AUTO DE INFRAÇÃO — Improcedente é o auto de infração que se funda em fato que não constitua infringência às normas de posturas.
INSCRIÇÃO PREMATURA EM DIVIDA ATIVA — NULIDADE — A inscrição prematura em Dívida Ativa é nula se efetuada antes de prolatada a decisão final no processo Administrativo Fiscal.
Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Volunário nº 381/74, em que é Recorrente Brasília Manutenção de Veículos Ltda, e Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à maioria de votos, rejeitar a aquisição de nulidade do Auto de Infração nº 05178/74; à unanimidade, conhecer do recurso para lhe dar provimento e ainda, declarar nula de pleno direito a inscrição de débito em Dívida Ativa, tudo nos termos das notas taquigráficas.Foi voto vencido na preliminar, o do Juiz Newton Egydio Rossi.
Sala das Sessões-Brasília-DF, em 18 de fevereiro de 1975.

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
JOÃO BISPO DOS SANTOS JÚNIOR
Redator

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS
Recurso Voluntário nº 447/74
Recorrente: Abílio Rodrigues da Silva
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Juiz Nelson Fernandes Eustáquio

ACORDÃO Nº 05/75 (1.116)

EMENTA — DILIGENCIA — ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS — Inexistindo nos autos, elementos essenciais à descisão do mérito, converte-se o julgamento em diligência, a fim de que a Primeira Instância presta as informações.
Vistos, relatados e discurtidos os autos do Recurso Voluntário nº 447/74, em que é Recorrente Abílio Rodrigues da Silva, e Recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília-DF, em 18 de fevereiro de 1975

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NELSON FERNANDES EUSTAQUIO
Redator

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

Rcurso "ex officio" nº 286/74
Recorrente: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Recorrido: José Alves de Melo
Relator: Juiz Nelson Fernandes Eustáquio
ACORDÃO Nº 06/75 (1117)

EMENTA- AUTO DE INFRAÇÃO — IMPROCEDENCIA — Improcedente é o auto lavrado dentro do prazo assinalado na notificação preliminar para que o infrator regularize a sua situação.

Vistos, relatados, e discutidos os autos do Recurso "ex officio" nº 286/74, em que é Recorrente Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e Recorrido José Alves de Melo, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas.
Sala das Sessões-Brasília-em 18 de fevereiro de 1975

AMAURY UBIRJARA DA SILVA RAMOS
Presidente
NELSON FERNANDES EUSTAQUIO.
Redator.

Recurso "ex-officio" nº 544/75
Recorrente: Secretaria de Saúde.
Recorrido: Brasília Lanches Ltda.

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, recorreu de ofício nos termos do art. 262 da Lei nº 4.191/62
Sigam os trâmites.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 1975.
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso "ex- officio" nº 001/75
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrida: Companhia de Cimento Portland Itaú

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, recorreu de ofício nos termos do art. 262, da Lei nº 4.191/62
Sigam os trâmites.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 1975.
AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente.

Recurso "ex officio" nº04/75
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: Marcelino Alves de Jesus

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE
A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, recorreu de ofício nos termos do art. 262 da Lei nº 4.191/62.
Sigam os trâmites.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 1975.

Recurso **ex officio** nº 529/74
Recorrente: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Recorrida: Kelma Calçados Ltda.

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, recorreu de ofício nos termos do art. 262 da Lei nº 4.191/62.
Sigam os trâmites.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 1975

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso **ex officio** nº 530/74
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: Irmgarde Luis e Micael Markus

DESPACHO DO JUIZ PRESIDENTE

A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, recorreu de ofício nos termos do art. 262 da Lei nº 4.191/62.
Sigam os trâmites.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 1975

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

Recurso **ex officio** nº 531/74
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: José J. de Souza

A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda Pública, recorreu de ofício nos termos do art. 262 da Lei nº 4.191/62.
Sigam os trâmites.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Publique-se e Distribua-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 1975.

AMAURY UBIRAJARA DA SILVA RAMOS
Presidente

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO D.F.

Às 15 h. do dia 18 de fevereiro de 1975, terça-feira, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais, sob a Presidência do Exmo Sr. Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos e presentes os juízes: Mauro Renan Bittencourt, João Bispo dos Santos Junior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares e Nelson Fernandes Eustáquio, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinária realizada dia 13 de fevereiro de 1 975. Foram lidos para conhecimento do Plenário os telegramas remetidos pelo Dr. Assú Guimarães, Primeiro Secretário da O.A.B., seção do DF e pelo Sr. Lourival Abadia Juvenal de Almeida, Juiz-Suplente deste Tribunal, representante da Federação do Comércio de Brasília, cumprimentando os Srs. Presidente e Vice Presidente deste Tribunal, Amaury Ubirajara da Silva Ramos e Walter Basniaki Linhares, respectivamente, pela recondução de S. Exas. aos referidos postos. Foram conferidos os acórdãos nºs: 04, 05 e 06/75, referentes aos Recursos: Voluntários nºs: 381 e 447/74 e **ex officio** nº 286/74, respectivamente. O Juiz Nelson Fernandes Eustáquio solicitou ao Sr. Presidente, uma

vez que se ausentará de Brasília nos próximos dias, seja convocado o Juiz-suplente para substituí-lo. Submetida a solicitação ao Plenário, foi unanimemente aprovada, determinando o Sr. Presidente, a seguir, fossem tomadas as providências necessárias para a convocação do referido Juiz suplente. Da pauta de julgamento do dia constou: **Para prosseguimento de votação**: REO—332/74, em que é recorrente Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, recorrida Organização Globo de Contabilidade e relator o Juiz Nelson Fernandes Eustáquio. Os autos estavam com vista ao Juiz Mauro Renan Bittencourt. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à maioria de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Walter Basniaki Linhares. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi. **Para início de votação**: RV — 351/74, em que é recorrente Serveng - Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz Walter Basniaki Linhares, Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão. A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Walter Basniaki Linhares. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi. RV—432/74, em que é recorrente José Feliciano Sobrinho, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe negar provimento nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Ausente à votação o Juiz Newton Egydio Rossi. O Sr. Presidente determinou o adiamento do julgamento do RV—30/73, em que é recorrente Corina Sílvia de Oliveira, recorrida Divisão de Tributos Imobiliários para o dia 25 do corrente, por solicitação do Juiz Relator, Mauro Renan Bittencourt e a anuência da douta Representação da Fazenda neste Tribunal A seguir, o sr. Presidente suspendeu a sessão por 10 (dez) minutos, para aguardar a chegada do Juiz Newton Egydio Rossi, relator do REO—469/74, incluído na pauta de julgamento desta sessão, em virtude da comunicação feita à casa pelo eminente Juiz, de que chegaria com certo atraso para participar da referida sessão, uma vez que hoje se realiza a eleição para a Presidência da Associação Comercial do Distrito Federal, onde comparecerá para votar. Decorrido o prazo, a sessão foi reaberta. Em virtude do não comparecimento do Juiz Newton Egydio Rossi, o Sr. Presidente adiou o julgamento do aludido recurso para a próxima sessão em que comparecer S. Exª. Nada mais havendo a ser deliberado, ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra para o dia 20 de fevereiro de 1 975, às 15 h. E, por nada mais constar, eu, Ronaldo Marcio do Valle Assistente da Junta, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juízes presentes à sessão ordinária do dia 20 de fevereiro de 1 975, data em que foi aprovada.

Certifico que a presente ata, foi assinada em sessão pelos Juízes: Amaury Ubirajara da Silva Ramos, Newton Egydio Rossi, Mauro Renan Bittencourt, João Bispo dos Santos Junior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso.

RONALDO MARCIO DO VALLE
Assistente

ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DF.

Às 15 h. do dia 25 de fevereiro de 1975, terça-feira, reuniu-se a Junta de Recursos Fiscais, sob a Presidência do Exmo. Sr. Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos e Presentes os Juízes: Newton Egydio Rossi, Mauro Renan Bittencourt, João Bispo dos Santos Junior, Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares e Nelson Fernandes Eustáquio, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso. Foi lida e aprovada a ata da sessão ordinária realizada dia 20 de fevereiro de 1975. Da pauta de julgamento do dia constou: **Para prosseguimento de votação**: RV—468/74 e RV—470/74 e RV—479/74- apensos) em que é recorrente Refrigerantes Brasília Ltda, recorrido Departamento da Receita e relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Os autos estavam com vista ao Juiz Mauro Renan Bittencourt. A votação foi novamente interrompida, face ao pedido de vista do Juiz Adolfo Lopes. **Para início de votação**: RV—30/73, em que é recorrente Corina Silvia de Oliveira, recorrida Divisão de Tributos Imobiliários, e relator o Juiz Mauro Renan Bittencourt. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do Recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Mauro Renan Bittencourt. RV-453/74, em que é recorrente Gaspar Camargos, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz Newton Egydio Rossi. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do Recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Newton Egydio Rossi. RV—456/74, em que é recorrente Antonio Mendes dos Santos, recorrido Serviço Autonomo de Limpeza Urbana e relator o Juiz Newton Egydio Rossi. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do Recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz Newton Egydio Rossi. RV—462/74, em que é recorrente José Divino de Oliveira, recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana e Relator o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: A Junta de Recursos Fiscais, acorda, à unanimidade de votos, conhecer do Recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Redator para o acórdão o Juiz João Bispo dos Santos Junior. Nada mais havendo a ser deliberado, ou quem desejasse usar da palavra, o Sr. Presidente encerrou a sessão, convocando outra para o dia 27 de fevereiro de 1975, às 15 h. E, por nada mais constar, eu, Ronaldo Marcio do Valle, Assistente da Junta, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, Sr. Representante da Fazenda e demais Juízes presentes à sessão ordinária do dia 27 de fevereiro de 1975, data em que foi aprovada.

Certifico que a presente ata, foi assinada em Sessão pelos Juízes: Amaury Ubirajara da Silva Ramos. Newton Egydio Rossi, Mauro Renan Bittencourt, João Bispo dos Santos Júnior Adolfo Lopes, Walter Basniaki Linhares e Nelson Fernandes Eustáquio, bem como o Sr. Representante da Fazenda, Procurador Darione Nunes Cardoso.

RONALDO MARCIO DO VALLE
Assistente

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 07 DE MARÇO DE 1975

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe é atribuída pelo artigo 6º do Decreto nº 2.461, de 11/12/73,

R E S O L V E:

Retificar a Portaria de 05 de fevereiro de 1975, publicada no "Distrito Federal" nº 24, de 14.02.75, que concedeu à SINOMAR FLORIANO REZENDE, motorista da Fundação Educacional do Distrito Federal, inscrição nº 93.464, servindo ao Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, gratificação de representação de Gabinete, no valor de Cr$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois cruzeiros).

ONDE SE LÊ:

conceder, nos termos do artigo 4º, inciso "D" e anexo II do parágrafo 1º, à SINOMAR FLORIANO REZENDE...

LEIA-SE:

conceder, nos termos do artigo 4º, inciso "d" e anexo II do parágrafo 1º do Decreto nº 2.461, de 11/12/73, à SINOMAR FLORIANO REZENDE...

Distrito Federal, 7 de março de 1975.

WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

A alta consideração do Exmº. Sr. Secretário de Educação e Cultura, ressaltando que o presente processo foi devidamente instruido às fls. 15. Em 22/01/75

EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS
Chefe do Gabinete
Respondendo

Face aos elementos constantes do presente processo, RECONHEÇO a dívida no valor de Cr$ 540,00 (quinhentos e quarenta cruzeiros), a favor do S/A CORREIO BRAZILIENSE, nos termos do item III, do Parágrafo único, do Artigo 1º, do Decreto nº 62 115 de 15 de janeiro de 1968. Publique-se e encaminhe-se à Secretaria de Finanças.
Em 22/01/75

WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

PROCESSO Nº: 052012/75-GDF
INTERESSADO: Secretaria de Educação e Cultura.
ASSUNTO: O.I. nº 078/75-SEC
Solicita autorizar a emissão de Nota de Empenho no valor de Cr$ 5.000,00, a favor de LOURIVALDO SOARES MARQUES.
Nos termos da alínea "a", incisoII, do artigo 3º, do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor de LOURIVALDO SOARES MARQUES, para fornecimento de periódicos e jornais bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho por Estimativa no valor de Cr$ 5.000,00 (Cinco Mil Cruzeiros)
Brasília, 31 de janeiro de 1975
WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

Nos termos da alínea "f", inciso I, do artigo 3º, do Decreto nº 1 703: de 31 de maio de 1971, combinado com o inciso II, do artigo 1º, do Decreto "c", nº 340, de 12 de dezembro de 1967, alterado pelo decreto nº 1718, de 16 de julho de 1971, dispenso a licitação a favor do DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL- DIN, para prestação de serviços, bem como autorizo a emissão de Nota de Empenho por Estimativa no valor de Cr$ 2 300,00 (dois mil e trezentos cruzeiros).
Brasília, 31 de janeiro de 1975
WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 057655/74 - GDF
INTERESSADO: S/A CORREIO BRAZILIENSE
ASSUNTO: Pagamento de Fatura nº 08-73/583, no valor de Cr$ 540,00

CONSELHO DE EDUCAÇÃO

G D F SEC
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
Mapa de frequência dos Conselheiros

Mês de . fevereiro . de 1.9.75

MEMBROS	MATRICULA	ORDEM DAS SESSÕES E DATA DA REALIZAÇÃO													
		04/02 Plen.	04/02 Com.	13/02 Plen.	13/02 Com.	18/02 Plen.	18/02 Com.	25/02 Plen.	25/02 Com.						
ANNA BERNARDES DA SILVEIRA ROCHA	6539	P	P	P	P	P	P	P	-						
CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA		-	-	-	-	P	P	P	P						
SERGIO FARIA	-	-	-			P	P	P	P						
ECILDA RAMOS DE SOUZA	2846	P	P	-	-	-	-	-	-						
EUDALDO SILVA LIMA	83308	P	P	P	P	P	P	P	P						
GILDO WILLADINO	3946	-	-	P	P	P	P	P	P						
JOSÉPHINA DESOUNET BAIOCCHI	-	P	P	P	P	P	P	P	P						
JOSÉ TEIXEIRA DA COSTA NAZARETH	-	-	-	P	P	P	P	P	P						
JÚLIO CÉSAR SANTOS	-	P	P	P	P	P	P	P	P						
PAULO VICENTE GUIMARÃES	-	P	P	P	P	P	P	-	-						
ROBERTO VERGÍLIO CORDENONSI	-	-	-	-	-	-	-	-	-						
STELLA DOS CHERUBINS GUIMARÃES TROIS	3571	-													
T O T A L															

OBSERVAÇÕES :

* Licenciada

Elaborado em ___/___/___ Visto em ___/___/___
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
Lúcio Gurgel Dias
Secretário Executivo
LGF/SEC
Conf.tvi

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 17 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias e de conformidade com o processo nº. 00377/74,

RESOLVE:

1) Criar a Comissão de Coordenação Executiva do IX Encontro Nacional de Escritores a ser realizado, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Cultural do Distrito Federal, no período compreendido entre 02 e 05 de abril do corrente ano;

2) Aprovar o Regimento Interno da Comissão de Coordenação Executiva que a este ato acompanha.

Distrito Federal, 17 de fevereiro de 1975

WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
Presidente da Fundação Cultural

INSTRUÇAO DE 17 DE JANEIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com parágrafo 2 do Art. 1°. do Regimento Interno da Comissão de Coordenação Executiva do IX ENCONTRO NACIONAL DE ESCRITORES, RESOLVE:
Designar, para integrarem a Comissão de Coordenação Executiva do IX ENCONTRO NACIONAL DE ESCRITORES, a realizar-se no período de 02 a 05 de abril do ano em curso, os servidores abaixo relacionados:
RUY PEREIRA DA SILVA, Diretor Executivo da Fundação Cultural do Distrito Federal, registro n°. 183-FCDF, para Presidente da Comissão; DIRCE ARAUJO JORGE DE ASSIS, Diretor Executivo-substituto - da Fundação Cultural do Distrito Federal, matrícula n°. 18.356-GDF, para Assessora do Presidente da Comissão de Coordenação Executiva; HERMENEGILDO JOSÉ DE MENEZES BASTOS, Assessor da Diretoria Executiva da FCDF, registro n°. 126-FCDF, para Coordenador Técnico; WALTER ALBUQUERQUE MELLO, Assessor da Diretoria Executiva da FCDF, matrícula n°. 6598-GDF, para Sub-Coordenador de Relações Públicas; JOÃO ANTONIO DE LIMA ESTEVES, Assessor da Diretoria Executiva da FCDF, registro n°. 146-FCDF, para Sub-coordenador de Divulgação; PAULO GALANTE, Assessor da Diretoria Executiva da FCDF, registro n°. 139-FCDF, para Coordenador de Apoio.
Distrito Federal, 17 de fevereiro de 1975
WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
Presidente da Fundação Cultural

INSTRUÇAO DE 29 DE JANEIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias e de conformidade com o Processo n°. 00089/75-FCDF,
RESOLVE:
Autorizar o afastamento do SERVIDOR JOÃO ANTONIO DE LIMA ESTEVES, Auxiliar Técnico de Administração, nível EP—11, registro n°. 143, da TEP/FCDF e Assessor da Diretoria Executiva, símbolo EC—04, da TEC, durante o período de 31 de janeiro a 03 de fevereiro do corrente ano, para na qualidade de representante desta Fundação Cultural, participar do FESTIVAL NACIONAL DE TEATRO INFANTIL, a realizar-se na cidade de Curitiba-PR, no referido período, sob o patrocínio da Fundação Teatro Guaíra, sem despesas de estada para esta Entidade.
Distrito Federal, 29 de janeiro de 1975
WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
Presidente da Fundação Cultural

INSTRUÇAO DE 29 DE JANEIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Processo n°. 00100/75-FCDF.
RESOLVE:
Autorizar HERMENEGILDO JOSÉ DE MENEZES BASTOS, Assessor de Administração, nível EP—13, Registro n°. 126, da TEP—FCDF, exercendo o Emprego em Comissão, símbolo EC-04, de Assessor da Diretoria Executiva, da Fundação Cultural do Distrito Federal, a viajar às cidades do Rio de Janeiro - GB e São Paulo -SP, no período de 01 a 04 de fevereiro do corrente ano, em objeto de serviço desta Entidade.
Distrito Federal, 29 de janeiro de 1975
WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
Presidente da Fundação Cultural

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇAO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução n°. 33/71—C.D.,
RESOLVE:
Dispensar MARIA MARTHA MOISÉS CANDIDO DE OLIVEIRA, Professora do Ensino Elementar, nível 13—B, matrícula n°. 8037, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, do Emprego em Comissão, símbolo EC—08, de Coordenadora Técnica do Centro de Coordenação Técnica, da Divisão de Ensino, do Departamento de Ensino de 1°. Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇAO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução n°. 33/71—C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução n°. 07/75 — C.D., de 17/02/75,
RESOLVE:
Designar MARIA MARTHA MOISÉS CANDIDO DE OLIVEIRA, Professora do Ensino Elementar, nível 13—B, matrícula n°. 8037, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—03, de Coordenador do Complexo Escolar "A", do Distrito Educacional de Taguatinga, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇAO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução n°. 33/71—C.D., e, tendo em vista o que consta da Resolução n°. 07/75—C.D., de 17/02/75,
RESOLVE:
Designar ANNA MARIA DANTAS ANTUNES VILLABOIM, Professora do Ensino Médio, Classe "E", inscrição n°. 82.992, contratada da FEDF, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—03, de Coordenador do Complexo Escolar A, do Distrito Educacional do Cruzeiro, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇAO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução n°. 33/71 — C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução n°. 07/75 — C.D., de 17/02/75,
RESOLVE:
Designar SYLVIA LEAL DE CARVALHO, Professora do Ensino Médio, Classe "A", inscrição n°. 93.177, contratada da FEDF, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—03, de Coordenador do Complexo Escolar B, do Distrito Educacional de Sobradinho, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇAO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução n°. 33/71 — C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução n°. 07/75 — C.D., de 17/02/75,
RESOLVE:
Designar LEILA CHALUB MARTINS, Professora do Ensino Elementar, inscrição n°. 82.610, contratada da FEDF, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—03, de Coordenador Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇAO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução n°. 33/71 — C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução n°. 07/75 — C.D., de 17/02/75,
RESOLVE:
Designar SYLVIA LEAL DE CARVALHO, Professora do Ensino Médio, Classe "A", inscrição n°. 93.177, contratada da FEDF, do Emprego em Comissão, símbolo EC—06, de Assessora do Departamento de Ensino de 1°. Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇAO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução n°. 33/71—C.D., de 17'02/75,
RESOLVE:
Designar ISAI LOPES DE MORAES, Professor do Ensino Médio, Classe "B", inscrição n°. 84.762, contratado da FEDF, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—03, de Coordenador de Complexo Escolar "B", do Distrito Educacional da Ceilândia, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇAO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "j", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução n° 33/71-C.D.,

R E S O L V E:

Dispensar da assinatura de ponto, no período de 24 a 28 de fevereiro de 1975, RAUL FEDERICO JOSÉ SPINZI MOLINAS, Diretor do Departamento de Arquitetura, Engenharia e Indústria, inscrição n° 70 159, a fim de que o mesmo possa viajar para Belo Horizonte - M.G., como representante da SEC/FEDF, no SEMINÁRIO SOBRE FORMAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO DE 1°. GRAU.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.

WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "j", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução n° 33/71-C.D.,

R E S O L V E:

Dispensar da assinatura de ponto, no período de 24 a 28 de fevereiro de 1975, IVONE FELIPPE, Professora do Ensino Médio, nível MGI 02.19 do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, à disposição da FEDF e exercendo o Emprego em Comissão de Diretora da Escola Parque o D.E. de 1°. Grau, da DCP-FEDF, a fim de que possa viajar para Beb Horizonte, MG, como representante da SEC/FEDF, no SEMINÁRIO SOBRE FORMAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO DE 1° . GRAU.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.

WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "j", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução n° 33/71-C.D.,

R E S O L V E:

Considerar dispensada da assinatura de ponto, no período de 3 a 7 de fevereiro de 1975, ROSA MARIA HILDEBRAND, Professora do Ensino Elementar, nível 13-B, matrícila n° 9580, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, em virtude de ter ministrado curso de atualização para professores de Jardim de Infância, a convite da Secretaria de Educação do Território do Amapá.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.

WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 21 DE FEVEREIRO DE 1975.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "j", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução n° 33/71-C.D.,

R E S O L V E:

Dispensar da assinatura de ponto, no período de 24 a 28 de fevereiro de 1975, INGEBORG STRAKE, Professora do Ensino Elementar, nível 13-B, matrícula n° 8.639, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a fim de que possa participar do Seminário de Intercâmbio de Experiências, SAN/MEC e DEF, a realizar-se no Centro de Recursos Humanos João Pinheiro, em Belo Horizonte-MG, no período acima citado.
Distrito Federal, 21 de fevereiro de 1975.

WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇAO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução n°. 33/71 — C.D.,
RESOLVE:
Dispensar LUCIA DA CONCEIÇAO GUARACIABA CALVOSO, Professora do Ensino Elementar, nível 13—B, matrícula 3048, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, do Emprego em Comissão, símbolo EC—08, de Coordenadora Técnica do Centro de Coordenação Técnica, da Divisão de Ensino do Departamento de Ensino de 1°. Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇAO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução n°. 33/71 — C.D., e tendo em vista o que consta da Resoluçãção n°. 07/75—C.D., de 17/02/75,
RESOLVE:
Designar LUCIA DA CONCEIÇÃO GUARACIABA CALVOSO, Professora do Ensino Elementar, nível 13—B, matrícula 3048, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—03, de Coordenador do Complexo Escolar "D", do Distrito

Educacional de Taguatinga, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975

WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975.
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº 33/71 C.D, e tendo em vista o que consta da Resolução nº 07/75 C.D. de 17/02/75,

RESOLVE:

Designar BENJAMIM DE SOUZA, MIRANDA, Professor do Ensino Médio, Classe "C", inscrição nº 83.088, contratado da FEDF, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-03, de Coordenador Administrativo do Distrito Educacional do Cruzeiro, da Diretoria Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº 33/71—C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução nº 07/75—C.D., de 17/02/75,

RESOLVE:

Designar CORDÉLIA MARRA, Professora do Ensino Elementar, inscrição nº 81.447, contratada da FEDF, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-03, de Coordenador do Complexo Escolar B, do Distrito Educacional do Gama, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.

WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº 33/71—C.D.,

RESOLVE:

Dispensar ANTONIA DEUSIMAR LIMA DE FARIAS, Professora do Ensino Elementar, inscrição nº 85.483, contratada da FEDF, do Emprego em Comissão, símbolo EC—08, de Coordenadora Técnica, do Centro de Coordenação Técnica, da Divisão de Ensino Supletivo, do Departamento de Ensino Complementar da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.

WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº 33/71—C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução nº 07/75—C.D., de 17/02/75,

RESOLVE:

Designar ANTONIA DEUSIMAR LIMA DE FARIAS, Professora do Ensino Elementar, inscrição nº 85.483, contratada da FEDF, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—03, de Coordenador do Complexo Escolar C, do Distrito Educacional do Gama, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal 19 de fevereiro de 1975

WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº 33/71—C.D.,

RESOLVE:

Dispensar MARILDA GUIMARÃES MUNDIM, Professora do Ensino Elementar, nível 13—B, matrícula 3354, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, do Emprego em Comissão, símbolo EC—08, de Coordenadora Técnica do Centro de Coordenação Técnica da Divisão de Ensino, do Departamento de Ensino de 1º Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975

WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº 33/71—C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução nº 07/75—C.D., de 17/02/75,

RESOLVE:

Designar MARILDA GUIMARÃES MUNDIM, Professora do Ensino Elementar, nível 13—B, matrícula 3354, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—03, de Coordenador do Complexo Escolar B, do Distrito Educacional do Guará, da Diretoria Geral de Pedagogia, da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975

WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional.

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº 33/71—C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução nº 07/75—C.D., de 17/02/75,

RESOLVE:

Designar MARCELO HOMEM DE FARIA, Professor do Ensino Médio, nível MG I.02.19, matrícula nº 7708, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—03, de Coordenador do Complexo Escolar A, do Distrito Federal do Núcleo Bandeirante, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.

WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº 33/71 CD, e tendo em vista o que consta da Resolução nº 07/75 CD, de 17/02/75.

RESOLVE:

Designar DEUSDEDITH JARDIM DA SILVA, Professora do Ensino Elementar, nível 13-B, matrícula nº 4824, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-03, de Coordenador do Complexo Escolar, A, do Distrito Educacional de Planaltina, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975.
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº 33/71 CD, e tendo em vista o que consta da Resolução nº 07/75 CD. de 17/02/75.

RESOLVE:

Designar DELFINA PIAS DE OLIVEIRA, Professora do Ensino Elementar, nível 13-B, matrícula 4820, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Emprego em Comissão símbolo EC-03, de Coordenador de Complexo escolar "E", do Distrito Educacional de Taguatinga, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975.
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº 33/71 CD, e tendo em vista o que consta da resolução nº 07/75 CD, de 17/02/75.

RESOLVE:

Designar CASSIMIRO DA MATA LIMA, Orientador do Ensino Médio, nível MGI 03.19, matrícula 3 800, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-03, de Coordenador do Complexo Escolar "C", do Distrito Educacional de Taguatinga, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "j", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº. 33/71 — C.D.,
RESOLVE:
Dispensar da assinatura de ponto, no período de 24 a 28 de fevereiro de 1975, LUCIA DE ALENCASTRO VALENTIM DE SOUZA, inscrição nº. 70.043, requisitada do MEC e exercendo o Emprego em Comissão de Coordenadora Técnica do Centro de Coordenação Técnica da Divisão de Ensino do D.E. de 1º. Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia, da FEDF, a fim de que a mesma possa viajar para Belo Horizonte - M. G., como representante da SEC/FEDF, no SEMINÁRIO SOBRE FORMAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO DE 1º. GRAU.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "j", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº. 33/71 — C.D.,
RESOLVE:
Dispensar da assinatura de ponto, no período de 17 a 21 de fevereiro de 1975, WADEL CLARIMUNDO GONÇALVES, Professor do Ensino Médio, Classe "B", inscrição nº. 85210, contratado da FEDF, a fim de que possa assessorar a Equipe de Preparação de Material Didático da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, no período acima citado.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "j", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº. 33/71 — C.D.,
RESOLVE:
Dispensar da assinatura de ponto, no período de 17 a 21 de fevereiro de 1975, LUCILIA BERLIM KREUTZ, Orientadora do Ensino Médio, nível MG1.03.19, do Quadro Permanente de Pessoal do Distrito Federal, à disposição da FEDF, a fim de que possa assessorar a Equipe de Preparação de Material Didático da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, no período acima citado.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº 33/71 C.D, e tendo em vista o que consta da Resolução nº 07/75 C.D, de 17/02/75,
RESOLVE:
Designar LYGIA MARTINS LOURENÇO, Professora do Ensino Médio, Classe "E", inscrição nº. 83.876, contratada da FEDF, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—03, de Coordenador do Complexo Escolar "C", do Distrito Educacional de Brasília, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº. 33/71 — C.D.,
RESOLVE:
Dispensar TOMASINA CANABRAVA, do Emprego em Comissão, símbolo EC—06, de Assessora da Diretoria Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº. 33/71 — C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução nº. 07/75 — C.D., de 17/02/75,
RESOLVE:
Designar TOMASINA CANABRAVA, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—03, de Coordenador do Complexo Escolar "B", do Distrito Educacional de Brasília, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "j", do artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº. 33/71 — C.D.,
RESOLVE:
Dispensar da assinatura de ponto, no período de 24 a 28 de fevereiro de 1975, PALMIRA PEREIRA FARIA, Professora do Ensino Médio, Classe "C", inscrição nº. 86.227, contratada da FEDF, exercendo o Emprego em Comissão, símbolo EC-08, de Coordenadora de Orientação Educacional e Vocacional, da Divisão de Ensino do Departamento de Ensino de 1º. Grau, da DGP/FEDF, a fim de que possa participar do SEMINÁRIO SOBRE FORMAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO DE 1º. GRAU, a ser realizado em Belo Horizonte - MG.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº. 33/71 — C.D.,
RESOLVE:
Dispensar MARIA CONCEIÇÃO OLIVEIRA, Professora do Ensino Médio, inscrição nº. 83.966, contratada da FEDF, do

Emprego em Comissão, símbolo EC—08, de Coordenadora Técnica, do Centro de Coordenação Técnica da Divisão de Ensino, do Departamento de Ensino de 2º. Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DAFUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº. 33/71 — C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução nº. 07/75-C.D., de 17/02/75,
RESOLVE:
Designar MARIA CONCEIÇÃO OLIVEIRA, Professora do Ensino Médio, inscrição nº. 83.966, contratada da FEDF, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—03, de Coordenador de Complexo Escolar "B", do Distrito Educacional de Taguatinga, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº. 33/71 — C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução nº. 07/75 — C.D., de 17/02/75,
RESOLVE:
Designar DINA ROCHA, Professora do Ensino Elementar, inscrição nº. 80.406, contratada da FEDF, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—03, de Coordenador do Complexo Escolar "A", do Distrito Educacional de Brazlândia, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975.
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº. 33/71-C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução nº. 07/75-C.D., de 17/02/75,
RESOLVE:
Designar RAIMUNDO NONATO PIRES DOS REIS EIRADO, Professor do Ensino Médio, Classe "C", inscrição nº. 85.139, contratado da FEDF, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC—03, de Coordenador Administrativo do Distrito Federal de Sobradinho, da Diretoria Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº. 33/71-C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução nº. 07/75-C.D., de 17/02/75,
RESOLVE:
Designar AFRANIO VIEIRA DE BRITO, Professor do Ensino Médio, Classe "C", inscrição nº. 82.929, contratado da FEDF, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-03 DE Coordenador Administrativo do Distrito Educacional de Planaltina, da Diretoria Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.
WLADIMIR MURTINHO,
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº. 33/71-C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução nº. 07/75-C.D. de 17/02/75,
RESOLVE:
Designar TEOTONIO CORREIA NUNES, Professor do Ensino Médio, Classe "E", inscrição nº. 84. 474, contratado da FEDF, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-03, de Coordenador Administrativo do Distrito Federal de Taguatinga, da Diretoria Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº. 33/71 — C.D.,
RESOLVE:
Dispensar SIZELMO SOUZA SILVEIRA, Professor do Ensino Médio, Classe "E", inscrição nº. 84.444, contratado da FEDF, do Emprego em Comissão, símbolo EC—08, de Coordenador Técnico do Centro de Coordenação Técnica, da Divisão de Ensino, do Departamento de Ensino de 2º. Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito federal,
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.
WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº. 33/71 — C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução nº. 07/75-C.D., de 17/02/75,
RESOLVE:
Designar SIZELMO SOUZA SILVEIRA, Professor do Ensino Médio, Classe "E", inscrição nº. 84.444, contratado da FEDF, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-03, de Coordenador Administrativo do Distrito Educacional de Brasília, da Diretoria Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.

WLADIMIR MURTINHO
PRESIDENTE DA Fundação Educacional

INSTRUÇÃO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a letra "h", do Artigo 18, do Regimento aprovado pela Resolução nº. 33/71 — C.D., e tendo em vista o que consta da Resolução nº. 07/75-C.D., de 17/02/75,
RESOLVE:
Designar LUCY SESSANA, Professora do Ensino Elementar, nível 13—B, matrícula 3055, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—03, de Coordenador de Complexo Escolar "A", do Distrito Educacional de Sobradinho, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975.

WLADIMIR MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe confere a letra "c", do item 1, da Instrução nº. 09, de 23.07.74, do Senhor Presidente da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº. 30.322/74 — FEDF,
RESOLVE:
Aplicar a pena disciplinar de advertência ao servidor SEVERINO DE ALMEIDA CAMPOS, Servente, inscrição 84.432, contratado da FEDF.
Distrito Federal, 14 de fevereiro de 1975
PEDRO RODRIGUES DE SOUSA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 18 DE FEVEREIRO DE 1975.

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação que lhe confere a letra "c", da Instrução nº. 09 de 23/07/74, do Senhor Presidente da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº. 30494/74 — FEDF,
RESOLVE:
Aplicar a pena disciplinar de advertência a EUDEMAR SALES RIBEIRO, Professora do Ensino Elementar, Classe "A", inscrição nº. 92.857, contratada da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 18 de fevereiro de 1975.
PEDRO RODRIGUES DE SOUSA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da de competência que lhe confere a letra "e", item 1, da Instrução nº. 09, de 23/07/74, do Senhor Presidente da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº. 32.065/74 — FEDF,
RESOLVE:
Dispensar MÁRCIA PEREIRA VERAS, Professora do Ensino Primário, matrícula nº. 70.144, requisitada do Rio Grande do Sul, do Emprego em Comissão, símbolo EC—09, de Chefe da Biblioteca das Entrequadras 104/304, da Seção de Orientação às Bibliotecas de Ensino Complementar, da Diretoria Geral de Pedagogia, da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975
PEDRO RODRIGUES DE SOUSA
Diretor Geral de Administração

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975.

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe confere a letra "e", item 1, da Instrução nº 09, de 23/07/74, do Senhor Presidente da FEDF,
RESOLVE:
Dispensar MARIA DEL MIRTINS DALLA COSTA DE OLIVEIRA, Professora do Ensino Elementar, nível 13—B, matrícula 3153, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, do Emprego em Comissão, símbolo EC—09, de Chefe do Laboratório de Aplicação de Ensino de 1º. Grau do Departamento de Ensino de 3º. Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito Federal, 19 de fevereiro de 1975
PEDRO RODRIGUES DE SOUSA
Diretor Geral de Administração

DIRETORIA GERAL DE PEDAGOGIA

ATOS DA DIRETORA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1975

A DIRETORA GERAL DE PEDAGOGIA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 103, do Regimento da Fundação Educacional do Distrito Federal, homologado pelo Decreto nº. 1942, de 24/02/72,
RESOLVE:
Delegar competência à Professora MARIA DEIZE DALLA COSTA HORTA para, observadas as disposições legais e regulamentares e ouvidos os órgãos competentes, tomar todas as providências necessárias à direção e coordenação do programa de apoio pedagógico, envolvendo as áreas de biblioteca, de meios audiovisuais e de promoções artísticas, cultural e científica da rede de ensino oficial.
Distrito Federal, 12 de fevereiro de 1975
JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI
Diretora Geral de Pedagogia

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 05 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1975
A DIRETORA GERAL DE PEDAGOGIA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 103, do Regimento da Fundação Educacional do Distrito Federal, homologado pelo Decreto nº. 1942, de 24/01/72,
RESOLVE:
Delegar competência à Professora MARIA DE LOURDES SEIXAS PRATA para, observadas as disposições legais e regulamentares e ouvidos os órgãos competentes, tomar todas as providências necessárias à direção e coordenação do programa de tecnologia educacional da rede de ensino oficial.
Distrito Federal, 12 de fevereiro de 1975
JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI
Diretora Geral de Pedagogia

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 06 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1975
A DIRETORA GERAL DE PEDAGOGIA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 103, do Regimento da Fundação Educacional do Distrito Federal, homologado pelo Decreto nº. 1942, de 24/01/72,
RESOLVE:
Delegar competência à Professora DAISY COLLET DE ARAUJO LIMA para, observadas as disposições legais e regulamentares e ouvidos os órgãos competentes, tomar todas as providências necessárias à direção e coordenação do programa de ensino especial da rede de ensino oficial.
Distrito Federal, 12 de fevereiro de 1975
JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI
Diretora Geral de Pedagogia

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 07 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1975

A DIRETORA GERAL DE PEDAGOGIA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 103 do Regimento da Fundação Educacional do Distrito Federal, homologado pelo Decreto nº. 1942, de 24/01/72,
RESOLVE:
Delegar competência ao Professor HEZIR ESPINDOLA GOMES MOREIRA para, observadas as disposições legais e regulamentares e ouvidos os órgãos competentes, tomar todas as providências necessárias à direção e coordenação do programa de educação física e desportos estudantis da rede de ensino oficial.
Distrito Federal, 12 de fevereiro de 1975
JOSEPHINA DESOUNET BAIOCHI
Diretora Geral de Pedagogia

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 08 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1975

A DIRETORA GERAL DE PEDAGOGIA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 105, do Regimento da Fundação Educacional do Distrito Federal, homologado pelo Decreto nº. 1942, de 24/01/72,
RESOLVE:
Delegar competência ao Professor MARIO ALVES DA SILVA para, observadas as disposições legais e regulamentares e ouvidos os órgãos competentes, tomar todas as providências necessárias à direção e coordenação do programa de assistência ao educando, envolvendo as áreas de saúde, de alimentação, de orientação educacional, de assistência social e de instituições escolares da rede de ensino oficial.
Distrito Federal, 12 de fevereiro de 1975
JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI
Diretora Geral de Pedagogia

NA ETERNA VIGILÂNCIA DAS ÁRVORES, REPOUSAM A PAZ, O AMOR E O PROGRESSO.

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 04 DE MARÇO DE 1975

O SECRETARIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 6°. do Decreto n°. 2.461, de 11 de dezembro de 1973,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do Artigo 1°., Inciso II, do Decreto n°. 2461, de 11 de dezembro de 1973, à servidora ALICE JULICA DE ARAÚJO, Auxiliar de Cozinha, Nível 05, matrícula n°. 6.130, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, lotada nesta Secretaria e em exercício neste Gabinete, a gratificação de representação de Gabinete, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento de seu cargo efetivo.

Brasília, em 04 de março de 1975.
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Secretário de Serviços Sociais.

PORTARIA DE 04 DE MARÇO DE 1975

O SECRETARIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 6°., do Decreto n°. 2.461, de 11de dezembro de 1973,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do Artigo 1°., Inciso II, do Decreto n°. 2461, de 11 de dezembro de 1973, ao servidor JULIO BARBOSA DE SOUZA, motorista, nível 10-B, matrícula n°. 11.450, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, lotado nesta Secretaria e em exercíco neste Gabinete, a gratificação de representação de gabinete, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento de seu cargo efetivo.

Brasília, em 04 de março de 1975

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Secretário de Serviços Sociais.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1975

O SECRETARIO DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 1° inciso I, do Decreto "E" n°. 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

autorizar o Engenheiro PAULO CÉSAR CUNTIN FILPO, Superintendente do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, matrícula n°. 1.892, a viajar com destino à cidade de São Paulo, em objeto de serviço, no período de 4 a 9 de março do corrente ano.

DISTRITO FEDERAL, 28 DE FEVEREIRO DE 1975

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1975

O SECRETARIO DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 28, inciso XI, do Regimento aprovado pelo Decreto n°. 2.111, de 28 de novembro de 1972,
RESOLVE:
Dispensar, a pedido, GERALDO GONÇALVES DE SOUZA, Assessor, Código DAS-102.1, matrícula n°. 18.061, de substituto eventual do Diretor da Divisão de Fiscalização de Concessões e Permissões do Departamento de Concessões e Permissões desta Secretaria.
Distrito Federal, 28 de fevereiro de 1975.
JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos.

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1975

O SECRETARIO DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 28, inciso XI, do Regimento aprovado pelo Decreto n°. 2.111, de 28 de novembro de 1972,
RESOLVE:
Designar o servidor RENATO ANTONIO MAIA: Chefe da Seção de Fiscalização de Transportes Coletivos, matrícula n°. 6.209, para substituir, em seus impedimentos eventuais o Diretor da Divisão de Fiscalização de Concessões e Permissões do Departamento de Concessões e Permissões desta Secretaria, símbolo FC-3.
Distrito Federal, 28 de fevereiro de 1975
JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1975

O SECRETARIO DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6°. do Decreto n°. 2.461, de 11 de dezembro de 1973,
RESOLVE:
CONCEDER, nos termos do artigo 1°. item II do Decreto n°. 2.461, de 11 de dezembro de 1973, Gratificação de Representação de Gabinete, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do símbolo FC-10, à servidora ZEURA PEREIRA DE SOUZA, Secretária-datilógrafa do Gabinete, símbolo-FC-10.
Distrito Federal, 28 de fevereiro de 1975
JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE FEVEREIRO DE 1975.

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência de que trata o item 1.2, da Portaria n°. 12, de 27 de maio de 1974, publicada no "DF" n°. 100, de 04 de julho de 1974, e tendo em vista a autorização do Excelentíssimo Senhor Governador, exarada às fls. 27 do processo n°. 43.630/73,
RESOLVE:
Cancelar, a partir de 25 de fevereiro de 1975, a prestação do serviço extraordinário especial vinculado ao tempo integral e dedicação exclusiva desta Secretaria, do servidor JOSÉ ARÃO DE ARAÚJO BAHIA, Mecânico Operador, nível 08-A, matrícula n°. 10.480, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, lotado no Departamento de Concessões e Permissões.
Distrito Federal, 25 de fevereiro de 1975.
WALDER THADEU MARINHO DE CARVALHO
Divisão de Administração Geral
Diretor

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ATOS DO SUPERINTENDENTE DE 5 DE FEVEREIRO DE 1975
Interessado: LUIZ PEREIRA DA SILVA
Assunto: Ordem de Serviço "SLU", de 5.2.75 - DECLARA VAGO, a partir de 3 de fevereiro corrente, 1 (um) emprego de Apontador Fiscal, EP-03, bloqueado pelo servidor LUIZ PEREIRA DA SILVA, matrícula n° 00.540-QPPDF, em virtude de sua remoção para a Secretaria de Serviços Públicos.
Interessado: JOÃO MACEDO DE JESUS
Assunto: Ordem de Serviço "SLU" de 5.2.75 - DECLARA VAGO, a partir de 4 de janeiro corrente, 1 (um) emprego de Contínuo, EP-02, bloquado pelo servidor JOÃO MACEDO DE JESUS, matrícula n° 02.617-QPPDF, em virtude de sua remoção para a Secretaria de Serviços Públicos.
Interessado: JOÃO VIGILATO DIAS
Assunto: Ordem de Serviço "SLU", de 5.2.75 - DESIGNA, a partir desta data, JOÃO VIGILATO DIAS, Inspetor de Limpeza, EP-12, da TEP/SLU, matrícula n° 02.636, para substituir em seus impedimentos eventuais o Encarregado de Limpeza ARI DOS SANTOS, matrícula n°.... 72.480 da TEC/SLU.
Interessado: JOSÉ GOMES DOS REIS
Assunto: Ordem de Serviço "SLU", de 5.2.75 - DESIGNA, a partir desta data, JOSÉ GOMES DOS REIS, Feitor, EP-04, matrícula n° 70.528 da TEP/SLU, para substituir em seus impedimentos eventuais o Encarregado de Limpeza- ULISSES DE SOUZA MORENO, matrícula n° 70.848 da TEC/SLU.
Interessado: MARTINS ARCANJO DE BRITO
Assunto: Ordem de Serviço "SLU" de 5.2.75 - DESIGNA, a partir desta data, MARTINS ARCANJO DE BRITO, Feitor, EP-04, matrícula n° 70.677 da TEP/SLU, para substituir em seus impedimentos eventuais o Encarregado de Limpeza OSVALDO NOGUEIRA DA SILVA, matrícula n° 01.806 da TEC/SLU.

Processo n° 140485/75
Interessado: JOSÉ CARLOS FERNANDES DA SILVA
Assunto: Ordem de Serviço "SLU" de 5.2.75 - 1. APROVEITA, a partir desta data, no emprego de APONTADOR FISCAL, EP-3, o servidor WILSON CARVALHO DOS SANTOS matrícula n° 73.245-SLU.
2. DECLARA VAGO 1(um) emprego de Trabalhador, EP-1, em razão do aproveitamento de que trata esta Ordem de Serviço.

Processo n° 140478/75
Interessado: Ordem de Serviço "SLU de 5.2.75 - 1. APROVEITA, a partir desta data, no emprego de FEITOR, EP-4, o servidor VIRGILIO JOSÉ MARQUES, matrícula n° 70.876-SLU.
2. DECLARA VAGO 1 (um) emprego de Trabalhador, EP-1, em razão do aproveitamento de que trata est Ordem de Serviço.

Processo n° 140480/75
Interessado: SEBASTIÃO DE PAULA DIAS
Assunto: Ordem de Serviço "SLU" de 5.2.75 - 1. APROVEITA, a partir desta data, no emprego de FEITOR, EP-4, o servidor SEBASTIÃO DE PAULA DIAS, matrícula n° 71.267-SLU
2. DECLARA VAGO 1 (um) emprego de Trabalhador, EP-1, em razão do aproveitamento de que trata esta Ordem de Serviço.

Processo n° 140482/75
Interessado: JOÃO ANTUNES SAUDE SOBRINHO
Assunto: Ordem de Serviço "SLU", de 5.2.75 - 1. APROVEITA, a partir desta data, no emprego de FEITOR, EP-4, o servidor JOÃO ANTUNES SAUDE SOBRINHO, matrícula n° 73.247-SLU.
2. DECLARA VAGO 1 (um) emprego de Trabalhador, EP-1, em razão do aproveitamento de que trata esta Ordem de Serviço.

Processo n° 140477/75
Interessado: JOSÉ DE SOUZA BENEVIDES
Assunto: Ordem de Serviço "SLU", de 5.2.75 - 1. APROVEITA, a partir desta data, no emprego de FEITOR. EP-4 o servidor JOSÉ DE SOUZA BENEVIDES, matrícula n° 70.501-SLU.
2. DECLARA VAGO 1 (um) emprego de Trabalhador, EP-1, em razão do aproveitamento de que trata esta Ordem de Serviço.
Processo n° 140478/75
Interessado: ENOQUE DOS REIS LIMA
Assunto: Ordem de Serviço "SLU", de 5.2.75 - 1. APROVEITA, a partir desta data, no emprego de FEITOR, EP-4, o servidor ENOQUE DOS REIS LIMA, matrícula n° 70.239-SLU.
2. DECLARA VAGO 1 (um) emprego de Trabalhador- EP-1. em razão do aproveitamento de que trata esta Ordem de Serviço.

Brasília, 5 de fevereiro de 1975
Paulo Cesar Cuntin Filpo
Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO DIRETOR

PROCESSO N°: 140202/75
Interessado: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 05.02.75 - Rescinde, a partir de 27 de janeiro do corrente ano, o contrato de trabalho com JOÃO AUGUSTO CORDEIRO, Desenhista, EP 9, matrícula 70.389, da TEP/SLU.

PROCESSO N°: 140205/75
Interessado: FRANCISCO DE ASSIS CANDÉIA SILVA
Assunto: Ordem de Serviço "DA" de 05.02.75 - Rescinede, por justa causa, a partir de 27 de janeiro do corrente an, o contrato de trabalho com FRANCISCO DE ASSIS CANDÉIA SILVA, MOTORISTA, "A", EP—7. matrícula n° 72.934 da TEP/SLU

PROCESSO N°: 140207/75
Interessado: JOÃO BATISTA DE REZENDE
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 05.02.75 - Rescinde, por justa causa, a partir de 27 de janeiro do corrente ano, o contrato de trabalho com JOÃO BATISTA DE REZENDE, Trabalhador, EP—1, matrícula 72.937, da TEP/SLU.

PROCESSO N°: 140547/75
Interessado: JOÃO FRANCISCO DA SILVA
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 05.02.75 - Rescinde, a pedido a partir de 27 de janeiro do corrente ano, o contrato de trabalho com JOÃO FRANCISCO DA SILVA, Trabalhador, EP—1, matrícula 72.460, da TEP/SLU.

PROCESSO N°: 140537/75

Interessado: ALONSO VITORINO DA SILVA
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 05.02.75 - Rescinde, a pedido, a partir de 27 de janeiro do corrente ano, o contrato de trabalho com ALONSO VITORINO DA SILVA, Trabalhador, EP—1, matrícula 73.325 da TEP/SLU.

PROCESSO N°: 140536/75
Interessado: RAIMUNDO DE SOUZA COSTA
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 05.02.75 - Rescinde, a pedido, a partir de 27 de janeiro do corrente ano, o contrato de trabalho com RAIMUNDO DE SOUZA COSTA, Trabalhador, EP—1, matrícula 73.069, da TEP/SLU.

PROCESSO N°: 140540/75
Interessado: ANTONIO CARLOS DA SILVA
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 05.02.75 - Rescince, a pedido, a partir de 27 de janeiro do corrente ano, o contrato de trabalho com ANTONIO CARLOS DA SILVA, Trabalhador, EP - 1, matrícula 72.327, da TEP/SLU.

PROCESSO N°: 140543/75
Interessado: GERALDO CHAVES VALADARES
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 05.02.75 - Rescinde, a pedido, a partir de 27 de janeiro do corrente ano, o contrato de trabalho com GERALDO CHAVES VALADARES, Trabalhador, EP - 1, matrícula 72.713, da TEP/SLU.

PROCESSO N°: 140544 75
Interessado: ROQUE MARQUES DE OLIVEIRA
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 05.02.75 - Rescinde, a pedido, a partir de 27 de janeiro do corrente ano,

o contrato de trabalho com ROQUE MARQUES DE OLIVEIRA. Apontador Fiscal, EP—3, matrícula 72.330 da TEP SLU.

PROCESSO Nº 140545 75
Interessado: CASSIANO CAETANO DE SOUZA
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 05.02.75 - Rescinde, a pedido, a partir de 27 de janeiro do corrente ano, o contrato de travalho com CASSIANO CAETANO DE SOUZA, Trabalhador EP - 1, matrícula 71.705, da TEP SLU.

PROCESSO Nº: 140546 75
Interessado: ENESMARDEM FERREIRA DE CASTRO
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 05.02.75 - Rescinde, a pedido, a partir de 27 de janeiro do corrente ano, o contrato de trabalho com ENESMARDEM FERREIRA DE CASTRO, Trabalhador, EP 1, matrícula 73.015 da TEP SLU.

PROCESSO Nº: 140312/75
Interessado: ANTONIO JOSÉ FILHO DE MOURA
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 05.02.75 - Rescinde, a pedido, a partir de 27 de janeiro do corrente ano, o contrato de trabalho com ANTONIO JOSÉ FILHO DE MOURA, Borracheiro, EP-3, matrícula 72.366 da TEP/SLU.

PROCESSO Nº 140054/75
Interessado: FELIX DA COSTA BRAZ
Assunto: Ordem de Serviço "DA" de 05.02.75 - Rescinde, a pedido, a partir de 27 de janeiro do corrente ano, o contrato de trabalho com FELIX DA COSTA BRAZ, Ferreiro, EP—5, da TEP/SLU.

PROCESSO Nº: 140548/75
Interessado: VALDIVINO DOS REIS
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 05 02.75 - Rescince, a pedido, a partir de 27 de janeiro do corrente ano, o contrato de trabalho com VALDIVINO DOS REIS, Trabalhador, EP-1, matrícula 72.972, da TEP/SLU.

Brasília, 05 de fevereiro de 1975.

MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração.

Proc. nº 140760/75
SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA
DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO
Face ao pronunciamento da Seção de Compras e Guarda de Material e no uso das atribuições que me são conferidas pela ORDEM DE SERVIÇO "SLU" nº 04/72, de 12 de fevereiro de 1972, aplico à firma MOVEIS DE AÇO FIEL S.A. a multa de Cr$ 411,20 (quatrocentos e onze cruzeiros e vinte centavos), pelo atrazo de 8 (oito dias na entrega do material cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 678/74 SLU, de acordo com as condições estabelecidas para a realização do Convite nº 184/74, de que participou.
Publique-se e encaminhe-se à Seção de Contabilidade deste SLU.
Brasília-21 de fevereiro de 1975
MARIO MARTO
Divisão de Administração
Diretor

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº. 071, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1975

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2090/72, e tendo em vista o que consta no processo nº. 071/75 — SCDP/SEP,
RESOLVE:
conceder à firma JOÃO FERNANDO DE SOUSA, estabelecida no Mercado Norte, Lojas nº.s 12 a 14, Taguatinga, Distrito Federal: AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR, no corrente ano, com "Snooker", no horário de 07:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.
A PRESENTE PORTARIA É VÁLIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1975
Distrito Federal, 14 de fevereiro de 1975
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON — CEL
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA Nº. 072, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1975

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2090/72, e tendo em vista o que consta no processo nº. 072/75 — SCDP/SEP,
RESOLVE:
conceder à firma GERALDO RODRIGUES DOS REIS, estabelecida na QI 08, Conjunto "A", Loja 16, Guará, Distrito Federal, AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR, no corrente ano, com "Snooker", no horário de 07:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.
A PRESENTE PORTARIA É VÁLIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1975

Distrito Federal, 14 de fevereiro de 1975
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON — CEL
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA Nº. 073, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1975

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2090/72, e tendo em vista o que consta no processo nº. 073/75 — SCDP/SEP,
RESOLVE:
conceder à firma FLORISVALDO RIBEIRO DA SILVA, estabelecida na Praça 03, Bloco "A", Lote 14, Setor Sul, Gama, Distrito Federal, AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR, no corrente ano, com "Snooker-mirim", no horário de 07:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.
A PRESENTE PORTARIA É VÁLIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1975
Distrito Federal, 14 de fevereiro de 1975
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON — CEL
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA Nº. 074, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1975

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2090/72, e tendo em vista o que consta no processo nº. 075/75 — SCDP/SEP,
RESOLVE:
conceder à firma MAURICIO BELARMINO DE OLIVEIRA, estabelecida na Avenida Central, Lote 1.325, Núcleo Bandeirante, Distrito Federal, AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR, no corrente ano, com "Snooker-mirim", no horário de 07:00 às 24:00 horas, enquanto observadas as normas legais e regulamentares em vigor.
A PRESENTE PORTARIA É VÁLIDA SOMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1975

Distrito Federal, 14 de fevereiro de 1975
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON — CEL
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 03 DE MARÇO DE 1975

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º., do Decreto nº 1.175, de 30 de outubro de 1969,

R E S O L V E:

Designar o Doutor WALDEMAR GAGNO, para compor Comissões Examinadoras de Trânsito do Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 03 de março de 1975

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 04 DE MARÇO DE 1975

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso VII, do regimento aprovado pelo Decreto nº 2.090, de 30 de outubro de 1972,

R E S O L V E:

Designar a Comissão composta pelos servidores BÁRULAS MIGUEL FERREIRA, Diretor da Divisão de Transportes, FRANCISCO GABRIEL DE ABREU, Chefe da Seção de Manutenção c Divisão de Transportes e OSMAR BARBOSA DE CARVALHO, Chefe do Almoxarifado da Divisão de Material, para sob a presidência do primeiro procederem o exame e recebimento dos veículos constantes das Notas de Empenho nºs 686, 687, 688 e 689/74-Difin.
Brasília/DF, 04 de março de 1975

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON - Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 20 DE FEVEREIRO DE 1975
O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.090/72,

RESOLVE:

designar HILDA MARIA DE JESUS GUTIERRES, Agente de Polícia "A", matrícula nº 32.015, para substituir a Secretária Datilógrafa, Símbolo FC-10, Luiza do Prado Rocha, por motivo de férias regulamentares a partir de 13 de fevereiro corrente.
Distrito Federal, 20 de fevereiro de 1.975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON-Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 1975
O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 1.175, de 30 de outubro de 1969,

RESOLVE:

designar o Bacharel JOSE RAIMUNDO PERDIGAO RODRIGUES DA CUNHA, Delegado de Polícia, PC-201.7, matrícula nº 33.332, para compor Comissões Examinadoras de Trânsito do Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 24 de fevereiro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 1975
O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 1.175, de 30 de outubro de 1969,

RESOLVE:

designar OTAVIO DE ABREU LEITE, para compor Comissão Examinadoras de Trânsito do Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 24 de fevereiro de 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 1975
O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, do Decreto nº 1.175, de 30 de outubro de 1969,

RESOLVE:

designar SERGIO FIALHO RIBEIRO, para compor Comissões Examinadoras de Trânsito do Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 24 de fevereiro de 1975
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 1975
O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.090, de 30 de outubro de 1972,

RESOLVE:

designar o Patrulheiro "B" ELIEZER BASILIO DE SOUZA, matrícula nº 31247, para substituir o Secretário da Comissão Permanente de Disciplina, Escrivão de Polícia "B" Adão Fernando Vitória de Aguiar, matrícula nº 30123, a partir de 05 de março próximo, por motivo de férias regulamentares.
DISTRITO FEDERAL, 27 DE FEVEREIRO DE 1975
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 1975.

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

I. Dispensar o Escrivão de Polícia B- ADÃO FERNANDO VITÓRIA DE AGUIAR, matrícula nº.30 123, das funções de Membro da Comissão de Processo Administrativo, instituída pela Portaria de 17 de janeiro de 1975, para apurar os fatos constantes do expediente protocolizado sob o nº. 127.977, por motivo de férias
Auxiliar de Necrópsia ABSOLON LUIZ DE OLIVEIRA, matrícula nº. 32 977, por motivo de férias regulamentares, a partir de 03 de março próximo;
II. Designar o Bel. IZAIAS DE OLIVEIRA, Delegado de Polícia, matrícula nº. 30 049, para exercer as funções de Membro da referida Comissão.

Distrito Federal, 27 de fevereiro de 1975.
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1975.

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.090, de 30 de outubro de 1972,
RESOLVE:
Designar ALCIDES UBALDO DO NASCIMENTO, Patrulheiro "B", matrícula nº. 31.123, para substituir o Chefe da Seção de Investigações Criminais do Serviço de Vigilância e Investigações Criminais, Símbolo FC—9, da 1ª. Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares a partir de 03 de março do corrente ano.

Distrito Federal, 28 de fevereiro de 1975
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON — Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1975.

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA O DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo

53 de Lei 4.878, de 3 de dezembro de 1975,

RESOLVE

Instaurar Processo Disciplinar, a ser promoido pela Comissão Permanente de Disciplina, para apurar os fatos constantes do expediente protocolizado sob o nº. 120.367/75—SEP, atribuídos ao Motorista Policial "A" LUIZ CORREIA DA SILVA, matrícula nº. 33 427.

DISTRITO FEDERAL, 28 DE FEVEREIRO DE 1975.

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1975.

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso VVII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.090, de 30 de outubro de 1972, e tendo em vista o que preceitua o parágrafo 1º. do artigo 153, do Regulamento do Códio Naconal de Trânsito e, ainda o que consta do Processo nº. 127.718/74—SEP,

RESOLVE:

designar os Médicos MILTON CELESTINO FERREIRA, JOSÉ FELIPE DOS SANTOS e JOSÉ MARIA RODRIGUES DE MORAES, para, sob a presidência do primeiro, comporem Junta Médica especial OFTALMOLOGICA, para examinar o Senhor JOSÉ PEREIRA DE ANDRADE, com vistas à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, categoria profissional.
Distrito Federal, 28 de fevereiro de 1975.
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.975

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso VII, do Regimento Aprovado pelo Decreto nº 2.090, de 30 de outubro de 1972, e tendo em vista o disposto no artigo 84, item I, do Decreto nº 59.310, de 27 de setembro de 1966,

R E S O L V E :

I — Dispensar SÉRGIO EIRAS MENDONÇA, de Membro da Comissão de Promoção da SEP—DF, em virtude do mesmo ter sido dispensado da Função de Diretor da Divisão de Pessoal;
II - *Em consequência designar* ARLINDO GOMES DE ARAUJO, atual Diretor da referida Divisão , para substituí-lo.
Distrito Federal, 28 de fevereiro de 1.975

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1.975

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso VII, do Regimento Aprovado pelo Decreto nº 2.090, de 30 de outubro de 1972, e tendo em vista o disposto nos artigos 119 e 120, item II, letra "A", do Decreto nº 59.310, de 27 de setembro de 1966,

R E S O L V E :

I — Dispensar SÉRGIO EIRAS MENDONÇA, de Membro da Comissão de Acesso da SEP—DF, em virtude do mesmo ter sido dispensado da Função de Diretor da Divisão de Pessoal;
II - Em consequência designar ARLINDO GOMES DE ARAUJO, *atual* Diretor da Divisão de Pessoal, para substituí-lo.

Distrito Federal, 28 de fevereiro de 1.975

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON Cel
Secretário de Segurança Pública do DF.

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 036/75-DETRAN-DF, DE 16 DE JANEIRO DE 1975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o inciso III, do artigo 127, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal e tendo em vista o que consta do processo nº 0921/75,

RESOLVE:
SUSPENDER de dirigir veículo automor a condutora NAIR DE ALMEIDA CUNHA, portadora da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 7137667, amador, expedida pelo DETRAN-DF, pelo prazo de 01 (hum) mês, de acordo com o artigo 199, inciso I, e parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo de placa nº MT-975 -DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO — Bel.
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 037/75 — DETRAN-DF, DE 20 DE JANEIRO DE 1975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o inciso III, do artigo 127, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal e tendo em vista o que consta do processo nº. 0038/75,
RESOLVE:
SUSPENDER de dirigir veículos automomotor o condutor CECIM SARKIS SIMAO — portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 148.689, profissional, expedida pelo DETRAN-GO , pelo prazo de 01 (hum) mês, de acordo com o artigo 199, inciso IV, e parágrafo 1º, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter sido surpreendido no dia 29/12/74, promovendo *competições esportivas com veículo na* via pública, sem autorização expressa da autoridade competente e sem as medidas acauteladoras da segurança pública, cometendo dessa forma, a infração capitulada no artigo 181, inciso XIX do mesmo diploma legal.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO — Bel.
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 041/75-DETRAN, DE 04 DE FEVEREIRO DE 1975.
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 127, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.090, de 30 de outubro de 1 972, do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal;
RESOLVE:
Constituir Comissão Examinadora Especial, composta dos seguintes membros: WALDEMAR GAGNO — Médico: TAIS BLASO-Major R/1, do Exército e RAIMUNDO ANTUNES CORREIA — Membro do Contrandife, para, sob a Presidência do primeiro, no dia 06 do corrente, às 07.30 horas, em Taguatinga-DF, proceder a exames de "PRATICA DE DIREÇÃO" dos candidatos: Maria Auxiliadora Rodrigues; Carlos Umberto Loiola e Regina Helena Vasconcelos Abreu, de acordo com o disposto no artigo 153, parágrafo II, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO —Bel.
Diretor do DETRAN/DF.

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
ORDEM DE SERVIÇO Nº 042/75 — DETRAN-DF, DE 22 DE JANEIRO DE 1975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsitoo (Decreto nº 62.127/68) combinado com o inciso III, do artigo 127, do Decrreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo Distrito Federal e tendo em vista o que consta do processo nº 00954/75

RESOLVE:
SUSPENDER de dirigir veículo automor o condutor RUYTER PACHECO DE OLIVEIRA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontúário nº 7020684, amador, expedida pelo DETRAN-DF, pelo prazo de 01 (hum) mês, de acordo com o artigo 199, inciso I, e parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo placa AE—6253—DF, a pessoa não habitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO —Bel.
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 043/75 DETRAN DF, DE 05 DE FEVEREIRO DE 1975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº. 62.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº. 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº. 11050/74-DETRAN-DF,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Ordem de Serviço nº. 545/74-DETRAN-DF, de 25/09/74, em que esta Direção suspendeu de dirigir veículo automotor, pelo prazo de 03 (três) meses, o condutor ROBERTO GONÇALVES DE LIMA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº. 0020275-Y-001, amador, expedida pelo DETRAN-DF.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO-Bel
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 044/75—DETRAN-DF, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº. 62.127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº. 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº. 14.739/74-DETRAN-DF.

RESOLVE:

REDUZIR para 01 (hum) mês, a suspensão de dirigir veículos automotores, aplicada ao condutor FRANCISCO MATEUS DA SILVA, pela Ordem de Serviço nº 009/75, deste Departamento.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 045/75-DETRAN, DE 05 DE FEVEREIRO DE 1975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 29, inciso VII, 30, inciso I e 135, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68) combinado com o artigo 127, inciso III, do Decreto nº 2.090, de 30 de outubro de 1962, do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

RESOLVE:

Designar os srs. DIRCEU FALCÃO DA MOTA - Tenente-Coronel do Exército; ANTONIO DE SOUSA SOBRINHO - Chefe da Seção de Exames Técnicos e Práticos e LOURIVAL BEMVENUTO DA SILVA - Tenente-Coronel do Corpo de Bombeiros, para, sob a Presidência do primeiro, propor a alteração das normas baixadas pelo artigo 56, da Resolução nº. 449/72-CONTRAN, no que se refere ao exame de Conhecimentos Técnicos de Veículos, bem como a padronização do sistema de exames de Prática de Direção, no que tange ao estacionamento (manobras de rua), e percursos a serem efetuados sem pre-determinação de locais.
Designar ainda, VALENTINO CICERO GOMES, Oficial de Administração 14-B, para secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Brasília-DF, 05 de fevereiro de 1975.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel.
Diretor do DETRAN/DF.

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 046/75-DETRAN, DE 05 DE FEVEREIRO DE 1975.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CREDENCIAR, a partir desta data, pelo prazo de um (01) ano, para fins de realização de exames OFTALMOLOGICOS e de SANIDADE FISICA E MENTAL, a CLINICA PSICO-MÉDICA DE BRASILIA, sito à Av. W/3, Quadra 515 - Bloco A, nº. 09-Sobreloja, face ao que preceitua o artigo 18 da Ordem de Serviço nº. 087/73-DETRAN, de 09 de abril de 1 973, tendo em vista satisfazer às exigências estipuladas na referida OS, que regulamenta o assunto.
02. MÉDICOS CREDENCIADOS:
OFTALMOLOGISTAS:
Dr. Claúdio Costa - Titular
Dr. Eduardo Menezes - Titular
Dr. José Mário D. Costa - Suplente

CLINICO:
Dr. Evane Soares - Titular

03. O termo de credenciamento deverá ser firmado pelos profissionais (médicos), responsáveis pela Direção Técnica da CLINICA PSICO-MÉDICA DE BRASÍLIA e arquivados na Divisão de Habilitação de Condutores deste Departamento.

04. Constituem competência, deveres e obrigações dos credenciados, cumprirem fielmente, o que estabelece a Resolução nº. 449/72-CONTRAN e a Ordem de Serviço nº. 087/73-DETRAN, de 09 de abril de 1973.

Brasília-DF, 05 de fevereiro de 1975.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel.
-Diretor do DETRAN/DF.

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 47/75

DETRAN-DF, 6 DE FEVEREIRO DE 1975.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Suspender o funcionamento da Auto Escola Automóvel Club por 30 (trinta) dias, com base no artigo 9., letra B, da Resolução nº. 390/68 - CONTRAN.

2 A Direção da Auto Escola mencionada, deverá apresentar seus veículos ao DETRAN, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para que sejam retiradas as respectivas placas de aprendizagem.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel.
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 054/75-DETRAN—DF, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº. 62 127/68), combinado com o artigo 127 inciso III, do Decreto nº. 2090, de 30de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do processo nº. 1207/75,
RESOLVE:
Tornar sem efeito a Ordem de Serviço nº. 496/74-DETRAN-DF, de 30/09/74, em que esta Direção suspendeu de dirigir veículo automotor, pelo prazo de 06 (seis) meses, o condutor, ISOLKES AZEVEDO, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº. 6916789, amador, expedida pelo DETRAN-DF.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO—Bel
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 055/75-DETRAN—DF, DE 28 DE JANEIRO DE 1975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito

(Decreto nº. 62 127 68), combinado com o inciso III, do artigo 127, do Decreto nº. 2090, de 30 de outubro de 1972 do Governo do Distrito Federal e tendo em vista o que consta do processo nº. 0955 75-DETRAN-DF.
RESOLVE:
SUSPENDER de dirigir veículo automotor o condutor JULIO JOAQUIM BARBOSA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº. 7242855, profissional, expedida pelo DETRAN DF, pelo prazo de 03 (três) meses de acordo com o artigo 199 inciso XIII e parágrafo 1º., do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por efetuar transporte remunerado em veículo não licenciado para esse fim, cometendo dessa forma, a infração capitulada no art. 181, inciso XXIX do mesmo diploma lega.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO Bel
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO NO: 056 75-DETRAN-DF, DE 28 DE JANEIRO DE 1975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº. 62 127 68), combinado com o inciso III, do artigo 127, do Decreto nº. 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal e tendo em vista o que consta do processo nº. 00966/75-DETRAN-DF,
RESOLVE:
SUSPENDER de dirigir veículo automotor o condutor BERNABEL TENORIO DE LIMA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº. 0008473-Y-001, amador, expedida pelo DETRAN-DF, pelo prazo de 03 (três) meses, de acordo com o artigo 199, inciso XIII e parágrafo 1º., do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por efetuar transporte remunerado em veículo não licenciado para esse fim, cometendo dessa forma, a infração capitulada no artigo 181, inciso XXIX do mesmo diploma legal.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO — Bel
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 058/75 - DETRAN-DF, DE 30 DE JANEIRO DE 1975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuicões que lhe confere o incisoI, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o inciso III, do artigo 127, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal e tendo em vista o que consta do processo nº 01030/75 - DETRAN-DF,

RESOLVE:

SUSPENDER de dirigir veículo automotor o condutor WALTER DE MELO PEREIRA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 0.040.820-GO-001, amador, expedida pelo DETRAn-GO, pelo prazo de 02 (dois) meses, de acordo com o artigo 199, inciso I, e parágrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter entregue a direção do veículo de placa nº MT-101-DF, a pessoa não habilitada, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso II, do mesmo diploma legal.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 059/75 - DETRAN-DF, DE 22 DE JANEIRO DE 1975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), combinado com o inciso III, do artigo 127, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal e tendo em vista o que consta do processo nº 00788/75—DETRAN—DF.
RESOLVE:
SUSPENDER de dirigir veículo automotor o condutor JOAO ANTONIO PEREIRA, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 0045447-Y--001, profissional, expedida pelo DETRAN-DF, pelo prazo de 01 (um) mês, de acordo com o artigo 199, inciso VI e paragrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter utilizado veículo de carga como transporte de passageiros sem autorização fornecida pela autoridade de trânsito, cometendo dessa forma a infração capitulada no artigo 181, inciso XXX-- f do mesmo diploma legal.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 061/75 - DETRAN-DF, DE 30 DE JANEIRO DE 1975

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 30 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62,127/68), combinado com o inciso III, do artigo 127, do Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972, do Governo do Distrito Federal e tendo em vista o que consta do processo nº 01031/75 - DETRAN-DF.

RESOLVE:

SUSPENDER de dirigir veículos automotor o condutor ADELINO FRANCISCO TAVARES, portador da Carteira Nacional de Habilitação, prontuário nº 0001368-Y-001, profissional, expedida pelo DETRAN-DF, pelo prazo de 01 (um) mês, de acordo com o artigo 199, inciso XI e paragrafo 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por ter sido encontrado dirigindo veículo de espécie para o qual não estava devidamente habilitado.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Bel
DIRETOR.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 063/75 DETRAN-DF, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Suspender o funcionáriomento da Auto Escola São Paulo por 30 (trinta) dias, com base no artigo 9º, letra, b, da Resolução nº 390/68 DETRAN
2. A Direção da Auto Escola mencionada, deverá apresentar seus veículos ao DETRAN, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para que sejam retiradas as respectivas placas de aprendizagem.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel.
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 065/75— DETRAN-DF, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Suspender o funcionamento da Auto Escola Piloto por 30 (trinta) dias, com base no artigo 9º, letra b, da Resolução nº 390/68 CONTRAN.
2- A Direção da Auto Escola mencionada, deverá apresentar seus veículos ao DETRAN, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para que sejam retiradas as respctivas placas de aprendizagem.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO Bel.
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 068/75 DETRAN-DF, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1975
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRAANSITO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Suspender o funcionamento da ÁGUIA AUTO ESCOLA por 30 (trinta) dias, com base no artigo 9º, letra b, da Resolução nº390/68 CONTRAN.
2- A Direção da Auto Escola mencionada, deverá apresentar seus veículos ao DETRAN, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para que sejam retiradas as respectivas placas de aprendizagem.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO- Bel.
Diretor

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 25, DE 04 DE MARÇO DE 1975

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, parágrafo 1º, do Regimento Interno, e tendo em vista o constante do Processo nº 253/75—STC,

RESOLVE:

Designar, nos termos do disposto no art. 73, parágrafo 2º, da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o art. 51 e 63, do Decreto-lei nº 274, de 28 de fevereiro de 1967 e o disposto no art. 33, item V, do Regulamento dos Serviços Auxiliates, aprovado pela Resolução nº 1, de 13 de novembro de 1973, o Chefe da Divisão de Controle de Autarquias e Fundações, ELZA DA SILVA GUIMARÃES, Técnico de Controle Externo "B", código TCDF—CE—011.4, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares desta Corte, para exercer, em substituição, o cargo em comissão de Inspetor Seccional, código TCDF—DAS—101.1, do mesmo Quadro de Pessoal, da 2ª Inspetoria Seccional de Controle Externo, da Inspetoria-Geral de Controle Externo, nas faltas e impedimentos eventuais do titular e, em consequência, fazer cessar os efeitos da Portaria nº 67, de 24 de julho de 1974, que designou Paulo Thielman para substituto eventual do cargo em comissão acima mencionado.

Brasília—DF, em 04 de março de 1975

JOSÉ WAMBERTO PINHEIRO DE ASSUNÇÃO
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 26, DE 04 DE MARÇO DE 1975

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, parágrafo 1º, do Regimento Interno, e tendo em vista o constante do Processo nº 253/75—STC,

RESOLVE:

Designar, nos termos do disposto no artigo 33, item VI, do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução nº 1, de 13 de novembro de 1973, MARLY VINHADELI PAPADÓPOLIS, Técnico de Controle Externo "A", código TEDF—CE—011.3, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares desta Corete, para exercer, em substituição, a fundação de Chefe da Divisão de Controle de Autarquias e Fundações, da 2ª Inspetoria Seccional de Controle Externo, da Inspetoria-Geral de Controle Externo, nas faltas e impedimentos eventuais do titular e, em consequência, fazer cessar os efeitos da Portaria Nº 69, de 24 de julho de 1974, que designou Aziz Conrado Heringer para substituto eventual da função acima mencionada.

Brasília—DF, em 04 de março de 1975

JOSÉ WAMBERTO PINHEIRO DE ASSUNÇÃO
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 27, DE 04 DE MARÇO DE 1975

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, parágrafo 1º, do Regimento Interno, e tendo em vista o constante do Processo nº 253/75—STC,

RESOLVE:

Designar, nos termos do disposto no art. 33, item VI, do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução nº 1, de 13 de novembro de 1973, DEUSIMAR LEITE ROLIM, Técinoc de Controle Externo "A", código TCDF—CE—012.3, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares desta Corte, para exercer, em substituição , a função de Chefe da Divisão de controle de Empresas Públicas, da 2ª Inspetoria Seccional de Controle Externo, da Inspetoria-Geral de Controle Externo, nas faltas e impedimentos eventuais do titular, e, em consequência, fazer cessar os efeitos da Portaria nº 68, de 24 de julho de 1974, que designou Marta Rerrigno Barbeitas para substituto eventual da fundação acima mencionada.

Brasília—DF, em 04 de março de 1975.

JOSÉ WAMBERTO PINHEIRO DE ASSUNÇÃO
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 28, DE 04 DE MARÇO DE 1975

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, parágrafo 1º, do Regimento Interno, e tendo em vista o constante do Processo nº 253/75—STC,

RESOLVE:

Designar, nos termos do disposto no argigo 33, do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução nº 1, de 13 de novembro de 1973, RAIMUNDO DE SOUZA VITOR, Agente Administrativo "D" , código TCDF- SA-801.5. do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares desta Corte, para exercer, em substituiçãoa função de Chefe da Divisão de Controle de Sociedades de Economia Mista, da 2ª Inspetoria Seccional de Controle Esterno, da Inspetoria-Geral de Controle Externo, nas faltas e impedimentos eventuais do titular e, em consequência, fazer cessar os efeitos da Portaria nº 80, de 09 de setembro de 1974, que designou Josias Cesalpino de Almeida para substituto eventual da função mencionada.

Brasília-DF, em 04 de março de 1975.

JOSE WAMBERTO PINHEIRO DE ASSUNÇÃO
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 24, de 04 de março de 1975

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 59, parágrafo 1º, do Regimento Interno, e tendo em vista o constante do Processo nº 258/75—STC,

RESOLVE:

Designar, a partir de 14 de fevereiro próximo passado, nos termos do disposto no art. 33, item III, do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução nº 1, de 13 de novembro de 1973, LUZIA FERREIRA DOS SANTOS MESSIAS, Auxiliar de Controle Externo "A", código TCDF—CE—012.1, do Quadro de Pessoal dos Serviços, Auxiliares desta Corete, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Seção financeira e de Contabilidade, o Serviço de Administração, da Diretoria-Geral de Administração, enquanto perdurar o impedimento do titular.

Brasília—DF, em 04 de março de 1975

JOSÉ WAMBERTO PINHEIRO DE ASSUNÇÃO
PRESIDENTE

CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA NCR DO BRASIL S/A, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PARA MÁQUINA DE CONTABILIDADE MARCA NCR, INSTALADA NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Aos 31 dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria de Administração, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER, brasileiro, casado, Técnico em Tributação, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 31.251/74, e, do outro, a firma NCR DO BRASIL S/A, doravante designada simplesmente CONTRATADA, estabelecida à CRS 505 - Bloco "C", loja 27 a 33, em Brasília, aqui representada pelo seu Diretor-Gerente, senhor RAIMUNDO GERALDO TEIXEIRA DE CARVALHO, brasileiro, casado, comerciário, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem firmar o presente instrumento, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviço de manutenção para a máquina de contabilidade marca NCR, modelo 6-8-030-695, de propriedade do DISTRITO FEDERAL, instalada na Secretaria de Administração. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor do presente instrumento é de Cr$ 5.149,00 (cinco mil, cento e quarenta e nove cruzeiros), pagável em 02 (duas) parcelas iguais, vencendo a primeira no mês de junho e a segunda, no mês de dezembro do corrente ano. CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA fica obrigada: a) - atender chamados, tantos quantos forem necessários, para corrigir eventuais irregularidades de funcionamento; b) - substituir peças gastas ou quebradas, por novas e originais de sua fabricação; c) - fazer 2 (duas) visitas periódicas para limpeza, lubrificação e revisão do equipamento. PARÁGRAFO ÚNICO - Coincidindo o chamado o chamado com o mês previsto para as inspeções regulares mencionadas nesta cláusula, esta poderá ser feita na mesma ocasião. CLÁUSULA QUARTA - A responsabilidade da CONTRATADA, decorrente deste contrato, limita-se à colocação do equipamento em bom estado de funcionamento, cessando no momento em que vier a ser consertado ou manipulado por pessoa estranha aos quadros da CONTRATADA, bem como nos casos de queda, inundação, incêndio ou roubo. CLÁUSULA QUINTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação, às expensas da CONTRATADA, expirando em 31 de dezembro de 1975, sendo que os seus efeitos retroagem ao dia 1º de janeiro de 1975. CLÁUSULA SEXTA - Os recursos para fazer face à execução deste contrato, são procedentes do ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL para o corrente exercício - LEI Nº 6.190, de 17 de dezembro de 1974, correndo à conta do Elemento 3.1.3.0 - SERVIÇOS DE TERCEIROS, conforme Nota de Empenho nº ... 12/75-SF-SEA, emitida pela Secretaria de Administração, no valor de Cr$ 5.149,00 (cinco mil, cento e quarenta e nove cruzeiros). CLÁUSULA SÉTIMA - O fornecimento de fitas, pertences e impressos em geral, será feito mediante o pagamento, pelo DISTRITO FEDERAL, ao preço corrente na época. CLÁUSULA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER; Pela CONTRATADA: (as.) RAIMUNDO GERALDO TEIXEIRA DE CARVALHO. Testemunhas: (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (as.) EUGÊNIO DA ROCHA FRAGOSO.

/jgd/.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 19, fls. 277/78 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 13/02/1975

VISTO
Em, 18/2/75

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º subprocurador-Geral do Distrito Federal

MARCOW ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

(GR. nº 176940 de 13.2.75
valor CR$ 110,00).

RENOVAÇÃO DO TERMO DE PERMISSÃO DE UTILIZAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO, DE IMÓVEL SITUADA NA AVENIDA W-3 - SUL - QUADRA 509 - ENTRE OS BLOCOS "A" E "B", DESTINADO A INSTALAÇÃO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, na forma abaixo.

Aos 05 dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1.974), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos (respondendo), conforme delegação de competência expressamente exarada no Processo nº 042.258/73, e, do outro, a CASA DO PEQUENO POLEGAR, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede na Capital Federal, neste ato representada pela senhora RUTH DE CASTRO PASSARINHO, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada nesta Capital, doravante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, resolvem firmar a presente renovação do TERMO DE PERMISSÃO entre si celebrado, em 10 (dez) de março de 1972, lavrado às fls. 46/48 do Livro nº 11, de Registro de Contratos e Convênios da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, publicado no órgão oficial "Distrito Federal" de 13 de abril do mesmo ano, com fulcro no artigo 24 da LEI nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, fica renovado o instrumento firmado entre o DISTRITO FEDERAL e a CASA DO PEQUENO POLEGAR, em 10 de março de 1972, objetivando a instalação de uma banca de jornais, revistas e similares, situada na Avenida W-3 - Sul - Quadra 509, entre os blocos "A" e "B". PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quaisquer benfeitorias, úteis ou necessárias, aderem de imediato ao imóvel, não assistindo à PERMISSIONÁRIA quaisquer direitos, quer de retenção, quer de indenização, seja a que título for. PARÁGRAFO SEGUNDO - Correrão por conta da PERMISSIONÁRIA os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. PARÁGRAFO TERCEIRO - A PERMISSIONÁRIA submeterá ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, para sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo neles sempre ser empregado material idêntico, ou, a sua falta comprovada, similar de boa qualidade até então existente no objeto consertado ou substituído. CLÁUSULA SEGUNDA - Obriga-se a PERMISSIONÁRIA a respeitar e a fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, as instruções que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar este ajuste, independentemente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO - As infrações aos preceitos do Regulamento para Ocupação e Exploração de Bancas de Jornais e Revistas e Áreas Cobertas Anexas, previstas no Capítulo IV do Decreto nº 2.385, de 28 de setembro de 1973, serão punidas na forma do Capítulo V do citado diploma legal. CLÁUSULA TERCEIRA - São de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA as despesas com energia elétrica, água, telefone e demais taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, bem como ficarão a seu cargo o asseio e conservação do próprio descrito na Cláusula Primeira deste ajuste. CLÁUSULA QUARTA - A PERMISSIONÁRIA pagará ao DISTRITO FEDERAL, a partir de 13 de abril de 1974, até 30 de junho de 1974, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 405,60 (quatrocentos e cinco cruzeiros e sessenta centavos), e a partir de 1º de julho de 1974, Cr$ 489,84 (quatrocentos e oitenta e nove cruzeiros e oitenta e quatro centavos) até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por ele designado. CLÁUSULA QUINTA - A PERMISSIONÁRIA recolherá, a título de caução, a importância de Cr$ 489,84 (quatrocentos e oitenta e nove cruzeiros e oitenta e quatro centavos), correspondente ao valor da Taxa de Ocupação mensal. CLÁUSULA SEXTA - O valor da Taxa de Ocupação, bem como a caução correspondente, serão reajustáveis na conformidade do critério estabelecido no artigo 59, da Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, e acompanharão as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. CLÁUSULA SÉTIMA - A PERMISSIONÁRIA será responsável por quaisquer danos ou riscos que porventura venham a ocorrer nas instalações existentes no imóvel em perfeito estado de conservação e se compromete a assim mantê-lo e devolvê-lo, na ocorrência das seguintes hipóteses: a) - rescisão; b) - término; c) - cassação da permissão. CLÁUSULA NONA - O imóvel mencionado na Cláusula Primeira não poderá ser cedido, salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA - O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo acordo de vontades. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Regulamento para Ocupação e Exploração de Bancas de Jornais e Revistas e Áreas cobertas anexas, aprovado pelo Decreto nº 2.385, de 28 de setembro de 1973, passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O prazo de duração do presente ajuste é de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir de 13 de abril de 1974. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente termo entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", às expensas da PERMISSIONÁRIA. CLÁUSULA DÉCIMA - QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento. E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; Pela PERMISSIONÁRIA: (as.) RUTH DE CASTRO PASSARINHO. Testemunhas: (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 16, fls. 182/84 da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 30/01/1975

VISTO
Em, 30/01/75

CARLOS PENNA
1º Subprocurador-Geral do DF
Substituto

JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe
Substituto

(G.R. nº 176679 de 30.01.75
valor CR$ 90,00).

TERMO DE OCUPAÇÃO DO GINÁSIO DE BRASÍLIA, CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A ASSOCIAÇÃO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE FESTA DE COLAÇÃO DE GRAU, NO DIA 25 DE JANEIRO DE 1.975.

Aos 24 dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Superintendência da Administração das Unidades Desportivas, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor TAQUEGI KORESSAWA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, autorizado pelo artigo 3º, inciso I, do Decreto nº 2.070, de 09 de outubro de 1972, e, do outro, a ASSOCIAÇÃO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL, estabelecida na Avenida W-4 - Quadra 704 - Bloco "A" - Lotes A, B e C, nesta Capital, aqui representada pelo senhor JOSÉ ESTÁQUIO RODRIGUES ALVES, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada simplesmente OCUPANTE, resolvem firmar o presente instrumento, com fulcro no artigo 24 da LEI Nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente termo tem por objeto a ocupação do Ginásio de Brasília, pela OCUPANTE, no dia 25 de janeiro de 1975, para realização de festa de colação de grau. PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam excluídos da utilização a que se refere esta cláusula, os bares e as Tribunas de Honra e de Imprensa. CLÁUSULA SEGUNDA - A OCUPANTE recolherá a Coletoria Central da Secretaria de Finanças do DISTRITO FEDERAL, importância equivalente a 10 (dez) salários-mínimos, para pagamento da Taxa de Ocupação. PARÁGRAFO ÚNICO - O recolhimento da importância mencionada nesta cláusula, será efetuado até 48 (quarenta e oito) horas após a publicação deste instrumento. CLÁUSULA TERCEIRA - Correrão por conta da OCUPANTE as despesas operacionais com porteiros, serventes, técnicos de som e iluminação, bem como quaisquer impostos e taxas que incidirem sobre este termo. CLÁUSULA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL não se responsabilizará por quaisquer acidentes com os participantes da festa. CLÁUSULA QUINTA - O não cumprimento, pela OCUPANTE, de qualquer das cláusulas deste termo, a obrigará ao pagamento de 20 (vinte) salários-mínimos locais, ao DISTRITO FEDERAL, a título de multa. CLÁUSULA SEXTA - Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL, decorrentes do presente ajuste, serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA SÉTIMA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", às expensas da OCUPANTE, expirando após o integral cumprimento, pela mesma, das obrigações ora contraídas. CLÁUSULA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) TAQUEGI KORESSAWA; Pela OCUPANTE: (as.) JOSÉ ESTÁQUIO RODRIGUES ALVES. Testemunhas: (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (as.) EUGÊNIO DA ROCHA FRAGOSO.

/jgd/.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 138/39 da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 29/01/1975

VISTO
Em, 30/01/75

CARLOS PENNA
1º Subprocurador-Geral do DF
Substituto

JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe
Substituto

(G.R. nº 176631 de 30.01.75
valor CR$ 70,00).

TERMO DE PERMISSÃO DE UTILIZAÇÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE IMÓVEL SITUADO NA QUADRA 11 DO CRUZEIRO VELHO, DESTINADO À INSTALAÇÃO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 04 dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 026601/74, e, do outro, a Senhora ANA DE SOUSA FERREIRA, brasileira, casada, jornaleira, portadora do CIC Nº 003117821, residente e domiciliada à QE 9 Conjunto "F" casa - 65 Guará I, nesta capital, doravante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, resolvem firmar o presente instrumento, com fulcro no artigo 24 da LEI Nº 4 545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL permite a utilização do próprio denominado BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, situada na Quadra 11 Cruzeiro Velho, destinado à venda de jornais, revistas e similares. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quaisquer benfeitorias, úteis ou necessárias, aderem de imediato ao imóvel, não assistindo à PERMISSIONÁRIA a quaisquer direitos, quer de retenção, quer de indenização, seja a que título for. PARÁGRAFO SEGUNDO - Correrão por conta da PERMISSIONÁRIA os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. PARÁGRAFO TERCEIRO - A PERMISSIONÁRIA submeterá ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, para sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo neles, sempre, ser empregado material idêntico, ou, à sua falta comprovada, similar de boa qualidade até então existente no objeto consertado ou substituído. CLÁUSULA SEGUNDA - Obriga-se a PERMISSIONÁRIA a respeitar e a fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, as instruções que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar este ajuste, independentemente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO - As infrações aos preceitos do Regulamento para ocupação e exploração de bancas de jornais e revistas e áreas cobertas anexas, previstas no Capítulo IV do Decreto nº 2 385, de 28 de setembro de 1973, serão punidas na forma do disposto no Capítulo V do citado diploma legal. CLÁUSULA TERCEIRA - São de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA as despesas com energia elétrica, água, telefone e demais taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, bem como, ficarão a seu cargo o asseio e conservação do próprio descrito na Cláusula Primeira deste instrumento. CLÁUSULA QUARTA - A PERMISSIONÁRIA pagará ao DISTRITO FEDERAL, a partir da data da publicação do presente instrumento, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$. ..... 63,90 (SESSENTA E TRÊS CRUZEIROS E NOVENTA CENTAVOS), até o 10º (DÉCIMO) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do DISTRITO FEDERAL, ou no estabelecimento bancário por ele designado. CLÁUSULA QUINTA - A PERMISSIONÁRIA recolherá, a título de caução, a importância de Cr$... 63,90 (SESSENTA E TRÊS CRUZEIROS E NOVENTA CENTAVOS). CLÁUSULA SEXTA - O valor da Taxa de Ocupação, bem como a caução correspondente, serão reajustáveis na conformidade do critério estabelecido no artigo 59, da Lei nº 4 380, de 21 de agosto de 1964, e acompanharão as alterações que

porventura venham a ocorrer na legislação citada. CLÁUSULA SÉTIMA - A PERMISSIONÁRIA será responsável por quaisquer danos ou riscos que porventura venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. CLÁUSULA OITAVA - A PERMISSIONÁRIA declara haver recebido o imóvel em perfeito estado de conservação e se compromete a assim mantê-lo e devolvê-lo, na ocorrência das seguintes hipóteses: a) rescisão; b) término; c) cassação da permissão. CLÁUSULA NONA - O imóvel mencionado na Cláusula Primeira não poderá ser cedido, salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA - O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo acordo de vontades. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Regulamento para Ocupação e Exploração de Bancas de Jornais e Revistas e Áreas Cobertas Anexas, aprovado pelo Decreto nº 2 385, de 28 de setembro de 1973, passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O prazo de duração do presente instrumento é de 24 (vinte e quatro) *meses, contado a partir da data de sua publicação no órgão oficial* "Distrito Federal", às expensas da PERMISSIONÁRIA. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; Pela PERMISSIONÁRIA: (as.) ANA DE SOUSA FERREIRA; Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 170/72 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 24 / 02 / 1975

VISTO

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do
Distrito Federal

(R.G. nº 176942 de 15.2.75
valor GR$ 130,00).

TERMO DE RESCISÃO DO INSTRUMENTO CELEBRADO EM 28 DE JANEIRO DE 1971, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E GRACIETE RIBEIRO DA SILVA, TENDO POR OBJETO A OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA EM FRENTE A QUADRA 11 CRUZEIRO VELHO, DESTINADA À INSTALAÇÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 04 dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 16535/74. e, do outro, a senhora GRACIETE RIBEIRO DA SILVA, brasileira, desquitada, jornaleira, residente e domiciliada nesta capital, resolvem firmar o presente ajuste, mediante as seguintes cláusulas. CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento, fica rescindido o TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA situada em frente à Quadra 11 Cruzeiro Velho, destinada à instalação, a título precário, de banca de jornais e revistas, celebrado entre o DISTRITO FEDERAL e a senhora GRACIETE RIBEIRO DA SILVA, em 28 de janeiro de 1971, lavrado às fls. 319/21 do Livro nº 8, de Registro de Contratos e Convênios da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, publicado no órgão oficial "Distrito Federal" de 3 fevereiro de 1971. CLÁUSULA SEGUNDA - A presente rescisão opera-se por mútuo acordo de vontades, recebendo o DISTRITO FEDERAL, neste ato, plena quitação. CLÁUSULA TERCEIRA - A senhora GRACIETE RIBEIRO DA SILVA, devolve ao DISTRITO FEDERAL a área mencionada na Cláusula Primeira, nada tendo a reclamar, a qualquer título, no presente ou no futuro. CLÁUSULA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL declara receber a referida área, nada tendo a reclamar quanto as obrigações assumidas pela senhora GRACIETE RIBEIRO DA SILVA. CLÁUSULA QUINTA - Este ajuste entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", às expensas da senhora GRACIETE RIBEIRO DA SILVA. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente ajuste. E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; Pela PARTE: (as.) GRACIETE RIBEIRO DA SILVA; Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 108/09 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA 24 / 02 / 1975

VISTO

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do
Distrito Federal

(G.R. nº 176941 de 16.2.75
valor CR$ 70,00).

TERMO DE TRANSAÇÃO

Aos 29 dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Secretário de Serviços Públicos, Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, conforme delegação de competência do Governador do Distrito Federal expressamente exarada no Processo Nº 27.174/72, e, do outro lado, o senhor JOÃO ADÃO BATISTA, brasileiro, desquitado, funcionário público, portador do CIC nº 000365601, residente e domiciliado à SHCES, 509 Bl. "H" Apto. 206 Cruzeiro Novo, nesta capital, resolvem firmar o presente Termo de Transação, tendo por objeto resolver em termos definitivos quaisquer pendências em relação ao acidente de tráfego do qual resultou a abalroação de um poste de iluminação pública instalado na Estrada Parque D. Bosco, em frente a QL 3/3, ocorrido no dia 26 de outubro de 1974, de acordo ocom as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O senhor JOÃO ADÃO BATISTA, aceita os termos desta Transação em todo o seu conteúdo, comprometendo-se a: a) não pleitear em Juízo quaisquer direitos referentes ao que foi objeto do presente Termo; b) aceitar o valor da indenização proposta pelo DISTRITO FEDERAL, no valor de Cr$. 3.349,75 (TRES MIL TREZENTOS E QUARENTA E NOVE CRUZEIROS E SETENTA E CINCO CENTAVOS) e a ressarcí-la integralmente. PARÁGRAFO ÚNICO - A importância mencionada nesta Cláusula será paga ao DISTRITO FEDERAL, pelo senhor JOÃO ADÃO BATISTA, em 15 (QUINZE) prestações mensais e sucessivas, representadas por 15 (QUINZE) Notas - Promissórias, sendo a primeira no valor de Cr$. 223,41 (DUZENTOS E VINTE E TRES CRUZEIROS E QUARENTA E UM CENTAVOS) e as 14 (QUATORZE) demais no valor de Cr$. 223,31 (DUZENTOS E VINTE E TRES CRUZEIROS E TRINTA E UM CENTAVOS), cada, vencendo a primeira no dia 30 de março de 1975 e a última 30 de maio de 1976, já estando incluídos os juros legais. CLÁUSULA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, aceita a presente composição em todos os seus termos e cláusulas, comprometendo-se a abrir mão de qualquer medida ou promoção no Judiciário em relação ao fato que deu origem a presente Transação. CLÁUSULA TERCEIRA - Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal que decorrerem do presente Termo serão inscritos em dívida ativa, e cobrados mediante execução nos termos do Código de processo Civil. CLÁUSULA QUARTA - Correrão por conta do senhor JOÃO ADÃO BATISTA, as despesas decorrentes da publicação do presente Termo no órgão oficial "Distrito Federal. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do lqual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; Pela PARTE: (as.) JOÃO ADÃO BATISTA; Testemunhas: (as.) EUGÊNIO DA ROCHA FRAGOSO, e (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS.

jos

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 150/51 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA 21 / 02 / 1975

VISTO

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do
Distrito Federal

(G.R. nº 176504 de 21.2.75
valor Cr$ 162,00)

TERMO DE TRANSAÇÃO

Aos 21 dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos conforme delegação de competência expressamente exarada no Processo nº 27.174/72, e, do outro lado, o senhor MÁRIO JORGE FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, comerciário, portador do CIC nº 066196811, residente e domiciliado à SQS-107 - Bloco "A" - Apt9 203 - nesta Capital, resolvem firmar o presente Termo de Transação, tendo por objeto resolver em termos definitivos quaisquer pendências em relação ao acidente de tráfego do qual resultou a abalroação de um poste de iluminação pública instalado na Avenida L-2 - Norte, próximo à entrada para UNB, ocorrido no dia 26 de outubro de 1974, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O senhor MÁRIO JORGE FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS, aceita os termos desté Termo de Transação em todo o seu conteudo, comprometendo-se a: a) - não pleitear em Juizo quaisquer direitos referentes ao que foi objeto do presente Termo; b) - aceitar o valor da indenização proposta pelo DISTRITO FEDERAL, no valor de Cr$ 4.769,94 (quatro mil, setecentos e sessenta e nove cruzeiros e noventa e quatro centavos), e a ressarci-la integralmente. PARÁGRAFO ÚNICO - A importância mencionada nesta Cláusula será paga ao DISTRITO FEDERAL, pelo senhor MÁRIO JORGE FRANCISCO DOS SANTOS, em 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, representadas por 10 (dez) Notas Promissórias, sendo a primeira no valor de Cr$ 477,03 (quatrocentos e setenta e sete cruzeiros e três centavos) e as 09 (nove) demais no valor de Cr$ 476,99 (quatrocentos e setenta e seis cruzeiros e noventa e nove centavos) cada, vencendo a primeira no dia 28 de fevereiro de 1975, e a última no dia 30 de novembro de 1975, já estando incluidos os juros legais. CLÁUSULA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, aceita a presente composição em todos os seus termos e cláusulas, comprometendo-se a abrir mão de qualquer medida ou promoção no Judiciário em relação ao fato que deu origem a presente Transação. CLÁUSULA TERCEIRA - Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal, que decorrerem do presente Termo serão inscritos em dívida ativa, e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA QUARTA - Correrão por conta do senhor MÁRIO JORGE FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS, as despesas decorrentes da [redacted] ção do presente Termo no órgão oficial "Distrito Federal" [redacted] QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; Pela PARTE: (as.) MÁRIO JORGE FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS. (a.c.s.)

/jgd/.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 21, fls. 34/35 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA 05 / 12 / 1974

VISTO

Em, 05/12/74

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do
Distrito Federal

MARCOS ANTÔNIO BARBOSA
Agente de Registro de
Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

(GR.nº 176530 de 06.03.75
valor CR$ 168,00).

[redacted]

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, TENDO POR OBJETO A CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO, MODIFICAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES, PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete do Governador, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Governador, Doutor ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, *com fundamento no item XII, do artigo 20, da* LEI Nº 3 751, de 13 de abril de 1960, e, do outro, a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominada simplesmente FUNDAÇÃO, aqui representada pelo seu Presidente, Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiro, casado, diplomata, residente e domiciliado nesta capital, resolvem firmar o presente convênio, mediante as seguintes cláusulas. CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL incumbe à FUNDAÇÃO de executar as obras de construção, ampliação, reconstrução, restauração, modificação e obras complementares de prédios escolares. PARÁGRAFO PRIMEIRO - As obras mencionadas nesta cláusula poderão ser executadas diretamente pela FUNDAÇÃO, se assim julgar conveniente ou, ainda, contratar com terceiros a sua execução, ou, mediante convênio com outras entidades do Distrito Federal. PARÁGRAFO SEGUNDO - As obras a que se refere esta cláusula serão indicadas - futuramente pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Educação e Cultura, fará a indicação dos locais onde serão realizadas as referidas obras, ficando a cargo da FUNDAÇÃO a elaboração dos projetos de arquitetura correspondentes, correndo por conta do presente convênio as despesas com o desenvolvimento dos mesmos. CLÁUSULA TERCEIRA - O valor do presente instrumento é de Cr$. 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício Lei nº 6 190, de 17 de dezembro de 1974, vinculado ao Projeto SEC-1.013, e correrão à conta do Elemento 4.0.0.0 - Despesas de Capital; 4.1.0.0 - Investimentos: 4.1.1.0 - Obras Públicas, conforme Nota de Empenho nº 17/75, - no valor de Cr$. 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS), emitida pela Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA QUARTA - A importância mencionada na cláusula anterior será entregue à FUNDAÇÃO pelo DISTRITO FEDERAL, respeitado o cronograma de desembolso da Secretaria de Finanças. CLÁUSULA QUINTA - A FUNDAÇÃO manterá o quantitativo recebido em conta-corrente no Banco Regional de Brasília S/A, vinculada aos fins estipulados no presente convênio, reservando-se o direito de condicionar o início dos serviços, bem como o seu andamento, ao prévio recolhimento dos recursos, na forma estipulada na cláusula anterior. CLÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL dará, sempre que solicitado, sua assistência à FUNDAÇÃO, e, poderá fiscalizar os serviços por intermédio de representantes credenciados. CLÁUSULA SÉTIMA - A supervisão dos serviços incumbirá à Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA OITAVA - A FUNDAÇÃO fica dispensada do recolhimento de caução para - garantia da boa execução dos serviços, nos termos do artigo 135, do Decreto-Lei nº 200/67. CLÁUSULA NONA - O prazo de vigência do presente convênio será de 12 (DOZE) meses, contado da data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", podendo ser prorrogado por concordância das partes. CLÁUSULA DÉCIMA - A FUNDAÇÃO tomará, logo após a publicação do presente convênio, as medidas necessárias ao planejamento dos serviços, devendo iniciá-los após o recolhimento dos recursos, na forma da Cláusula - Quarta do presente convênio, e de acordo com o plano de prioridade fornecido pelo DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os serviços previstos na Cláusula Primeira serão executados com observância das normas contidas no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Quaisquer alterações nos termos do presente convênio far-se-ão por mútuo acordo de vontades, mediante termo aditivo. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A FUNDAÇÃO prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Educação e Cultura, das importâncias que lhe forem entregues, uma vez terminada a execução - deste convênio. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, por estarem assim justos e de acordo, para - firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDE

RAL: (as.) ELMO SEREJO FARIAS; Pela FUNDAÇÃO: (as.) WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO; Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 232/33 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

VISTO
Em, 03/3/75
EMMANUEL F. MENDES LVRIO
1º Subprocurador-Geral do Distrito Federal
jos/

BRASÍLIA, 28 / 02 / 1975
MARCOS ANTÔNIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Cl-DF

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, *representado pelo seu Governador, o Excelentíssimo Senhor* ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, com fundamento no Ítem XII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e, do outro lado o Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiro, casado, diplomata, residente e domiciliado nesta Capital, representando, na qualidade de Presidente, a Fundação Educacional do Distrito Federal, doravante denominada simplesmente FUNDAÇÃO, resolvem firmar o presente Convênio, tendo por objeto regular a aquisição de equipamentos e material permanente, destinados *à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, na conformidade* das Cláusulas e condições que se seguem: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento o DISTRITO FEDERAL incumbe à Fundação a execução físico-financeira dos recursos destinados a aquisição de equipamento e material permanente destinados à rede oficial de ensino. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O material a ser adquirido será indicado pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA e destinar-se-á ao ensino de Pré-Primeiro Grau. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor do presente convênio é de CR$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), sendo os recursos procedentes do Orçamento do DF./SEC, para o corrente exercício, Lei nº 6.190, de 17 de dezembro de 1.974, vinculados ao projeto SEC - 1.013 e correrão à conta dos elementos 4.0.0.0 - Despesas de Capital; 4.1.0.0 - Investimentos: 4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações e 4.1.4.0 - Material Permanente, conforme Notas de Empenho nºs 018/75 e 019/75, nos valores de CR$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) e CR$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), respectivamente, emitidas pela Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA TERCEIRA - As importâncias mencionadas na cláusula anterior, serão entregues à Fundação pelo DISTRITO FEDERAL, respeitado o Cronograma de Desembolso da Secretaria de Finanças. CLÁUSULA QUARTA - A FUNDAÇÃO manterá o quantitativo recebido em conta-corrente no Banco Regional de Brasília S/A, vinculada aos fins estipulados no presente Convênio, ficando a aquisição dos materiais condicionada ao prévio recolhimento dos recursos, na forma estipulada na cláusula terceira do presente instrumento. CLÁUSULA QUINTA - O prazo de vigência do presente Convênio será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no Órgão Oficial "Distrito Federal", podendo ser prorrogado por concordância das partes. CLÁUSULA SEXTA A FUNDAÇÃO tomará, logo após a publicação do presente Convênio, as medidas necessárias ao planejamento de execução, devendo inicia-la após o recolhimento dos recursos na forma da cláusula terceira do presente Convênio, e de acordo com o plano de prioridade fornecido pelo DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA SÉTIMA *Quaisquer alterações nos termos do presente Convênio far-se-ão por mútuo* acordo de vontade, mediante Termos Aditivos. CLÁUSULA OITAVA - A FUNDAÇÃO prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Educação e Cultura, das importâncias que lhe forem entregues, uma vez terminada a execução deste Convênio. CLÁUSULA NONA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria- Geral do Distrito Federal, *da qual foram extraídas sete cópias datilografadas'* de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas.' abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) ELMO SEREJO. Pela FUNDAÇÃO: (as.) WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO. Testemunhas: (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS.

/jgd/.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 228/29 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

VISTO
Em, 03/3/75
EMMANUEL F. MENDES LVRIO
1º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

BRASÍLIA, 28 / 02 / 1975
MARCOS ANTÔNIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Cl-DF

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO *DISTRITO FEDERAL*, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1.975), no Gabinete do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, representado pelo seu Governador, o Excelentíssimo Senhor ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, com fundamento no Ítem XII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e, do outro lado o Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiro, casado, Diplomata, residente e domiciliado nesta Capital, representando, na qualidade de Presidente, a Fundação Educacional do Distrito Federal, doravante denominada simplesmente FUNDAÇÃO, resolvem firmar o presente Convênio, tendo por objeto regular a aquisição de equipamentos e material permanente, destinados à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, na conformidade das Cláusulas e condições que se seguem: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento o Distrito Federal incumbe à Fundação a execução físico-financeira dos recursos destinados a aquisição de equipamentos e material permanente destinados a rede oficial. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os materiais a serem adquiridos serão indicados pela Secretaria de Educação e Cultura e destinar-se-ão a rede oficial de ensino de 1º Grau. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor do presente convênio é de CR$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros), sendo os recursos procedentes do Orçamento do DF./SEC, para o corrente exercício, Lei nº 6.190 de 17 de dezembro de 1974, vinculados ao projeto SEC - 1.020 e correrão à conta dos elementos 4.0.0.0 - Despesas de Capital, 4.1.0.0 - Investimentos - 4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações e 4.1.4.0 - Material Permanente, conforme Notas de Empenho nºs 021/75 e 022/75 nos valores de CR$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) e CR$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros), respectivamente, emitidas pela Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA TERCEIRA - As importâncias mencionadas na cláusula anterior, serão entregues à Fundação pelo DISTRITO FEDERAL, respeitado o Cronograma de Desembolso da Secretaria de Finanças. CLÁUSULA QUARTA - A FUNDAÇÃO manterá o quantitativo recebido em conta-corrente no Banco Regional de Brasília S/A, vinculada aos fins estipulados no presente Convênio, ficando a aquisição dos materiais condicionada ao prévio recolhimento dos recursos, na forma estipulada na cláusula terceira do presente instrumento. CLÁUSULA QUINTA - O prazo de vigência do presente Convênio será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no Órgão Oficial "Distrito Federal", podendo ser prorrogado por concordância das partes. CLÁUSULA SEXTA - A FUNDAÇÃO tomará, logo após a publicação do presente Convênio, as medidas necessárias ao planejamento de execução, devendo inicia-la após o recolhimento dos recursos na forma da cláusula terceira do presente Convênio, e de acordo com o plano de prioridade fornecido pelo DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA SÉTIMA - Quaisquer alterações nos termos do presente Convênio far-se-ão por mútuo acordo de vontade, mediante Termos Aditivos. CLÁUSULA OITAVA - A FUNDAÇÃO prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Educação e Cultura, das importâncias que lhe forem entregues, uma vez terminada a execução deste Convênio. CLÁUSULA NONA - Fica eleito o Foro de Brasília-Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, da qual foram extraídas sete cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) ELMO SEREJO FARIAS; Pela FUNDAÇÃO: (as.) WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO. Testemunhas: (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS.

/jgd/.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 226/27 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

VISTO
Em, 03/3/75
EMMANUEL F. MENDES LVRIO
1º Subprocurador-Geral do DF

BRASÍLIA, 28 / 02 / 1975

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, TENDO POR OBJETO A CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO, MODIFICAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES, PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete do Governador, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Governador, Doutor ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, com fundamento no item XII, do artigo 20, da Lei nº 3 751, de 13 de abril de 1960, e, do outro, a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominada simplesmente FUNDAÇÃO, aqui representada pelo seu Presidente, Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiro, casado, diplomata, residente e domiciliado nesta capital, resolvem firmar o presente convênio, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL incumbe à FUNDAÇÃO a execução das obras de construção, ampliação, reconstrução, restauração, modificação e obras complementares de prédios escolares. PARÁGRAFO PRIMEIRO - As obras mencionadas nesta cláusula poderá ser executadas diretamente pela FUNDAÇÃO, se assim julgar conveniente ou, ainda, contratar com terceiros a sua execução, ou, mediante convênios com outras entidades do Distrito Federal. PARÁGRAFO SEGUNDO - As obras a que se refere esta cláusula serão indicadas futuramente pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Educação e Cultura, fará a indicação dos locais onde serão realizadas as referidas obras, ficando a cargo da FUNDAÇÃO a elaboração dos projetos de arquitetura correspondentes, correndo por conta do presente convênio as despesas para o desenvolvimento dos mesmos. CLÁUSULA TERCEIRA - O valor do presente convênio é de Cr$. 17.210.000,00 (DEZESSETE MILHÕES E DUZENTOS E DEZ MIL CRUZEIROS), recursos estes procedentes do ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL para o corrente exercício Lei nº 6.190, de 17 de dezembro de 1974, vinculado ao Projeto SEC-1 020, e correrão à conta do Elemento 4.0.0.0 - Despesas de Capital; 4.1.0.0 Investimentos; 4.1.1.0 Obras Públicas, conforme Nota de Empenho nº 20/75, no valor de Cr$. 17.210.000,00 (DEZESSETE MILHÕES E DUZENTOS E DEZ MIL CRUZEIROS), emitida pela Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA QUARTA - A importância mencionada na cláusula anterior, será entregue à FUNDAÇÃO pelo DISTRITO FEDERAL, respeitado o cronograma de desembolso da Secretaria de Finanças. CLÁUSULA QUINTA - A FUNDAÇÃO manterá o quantitativo recebido em conta corrente no Banco Regional de Brasília S/A, vinculada aos fins estipulados no presente convênio, reservando-se o direito de condicionar o início dos serviços, bem como o seu andamento, ao prévio recolhimento dos recursos, na forma estipulada na cláusula anterior. CLÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL dará, sempre que solicitado, sua assistência à FUNDAÇÃO, e, poderá fiscalizar os serviços por intermédio de representantes credenciados. CLÁUSULA SÉTIMA - A supervisão dos serviços incumbirá à Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA OITAVA - A FUNDAÇÃO fica dispensada do recolhimento de caução para garantia da boa execução dos serviços, nos termos do artigo 135, do Decreto-Lei nº 200/67. CLÁUSULA NONA - O prazo de vigência do presente convênio será de 12 (doze) meses, contado da data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", podendo ser prorrogado por concordância das partes. CLÁUSULA DÉCIMA - A FUNDAÇÃO tomará, logo após a publicação deste instrumento, as medidas necessárias ao planejamento dos serviços, devendo iniciá-los após o recolhimento dos recursos, na forma da Cláusula Quarta, e de acordo com o plano de prioridade fornecido pelo DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os serviços previstos na Cláusula Primeira serão executados com observância das normas contidas no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Quaisquer alterações nos termos do presente convênio far-seão por mútuo acordo de vontades, mediante termo aditivo. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A FUNDAÇÃO prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Educação e Cultura, das importâncias que lhe forem entregues, uma vez terminada a execução deste convênio. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) ELMO SEREJO FARIAS; Pela FUNDAÇÃO: (as.) WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO; Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 230/31 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

VISTO
Em, 03/3/75
EMMANUEL F. MENDES LVRIO
JOS/ 1º Subprocurador-Geral do DF

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, TENDO POR OBJETO A CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO, MODIFICAÇÃO E OBRAS COMPLEMENTARES, PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e cinco (1975), no Gabinete do Governador, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Governador, Doutor ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, com fundamento no item XII, do artigo 20, da LEI nº 3 751, de 13 de abril de 1960, e, do outro, a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, doravante denominada simplesmente *FUNDAÇÃO*, aqui representada pelo seu Presidente, Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiro, casado, diplomata, residente e domiciliado nesta capital, resolvem firmar o presente convênio, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL incumbe à FUNDAÇÃO a execução das obras de construção, ampliação, reconstrução, restauração, modificação e obras complementares de prédios escolares. PARÁGRAFO PRIMEIRO - As obras mencionadas nesta cláusula poderá ser executadas diretamente pela FUNDAÇÃO, se assim julgar conveniente ou, ainda, contratar com terceiros a sua execução, ou, mediante convênios com outras entidades do Distrito Federal. PARÁGRAFO SEGUNDO - As obras a que se refere esta cláusula serão indicadas futuramente pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Educação e Cultura, fará a indicação dos locais onde serão realizadas as referidas obras, ficando a cargo da FUNDAÇÃO a elaboração dos projetos de arquitetura correspondentes, correndo por conta do presente convênio as despesas para o desenvolvimento dos mesmos. CLÁUSULA TERCEIRA - O valor do presente convênio é de Cr$. 17.210.000,00 (DEZESSETE MILHÕES E DUZENTOS E DEZ MIL CRUZEIROS), recursos estes procedentes do ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL para o corrente exercício Lei nº 6.190, de 17 de dezembro de 1974, vinculado ao Projeto SEC-1 020, e correrão à conta do Elemento 4.0.0.0 - Despesas de Capital; 4.1.0.0 Investimentos; 4.1.1.0 Obras Públicas, conforme Nota de Empenho nº 20/75, no valor de Cr$. 17.210.000,00 (DEZESSETE MILHÕES E DUZENTOS E DEZ MIL CRUZEIROS), emitida pela Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA QUARTA - A importância mencionada na cláusula anterior, será entregue à FUNDAÇÃO pelo DISTRITO FEDERAL, respeitado o cronograma de desembolso da Secretaria de Finanças. CLÁUSULA QUINTA - A FUNDAÇÃO manterá o quantitativo recebido em conta corrente no Banco Regional de Brasília S/A, vinculada aos fins estipulados no presente convênio, reservando-se o direito de condicionar o início dos serviços, bem como o seu andamento, ao prévio recolhimento dos recursos, na forma estipulada na cláusula anterior. CLÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL dará, sempre que solicitado, sua assistência à FUNDAÇÃO, e, poderá fiscalizar os serviços por intermédio de representantes credenciados. CLÁUSULA SÉTIMA - A supervisão dos serviços incumbirá à Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA OITAVA - A FUNDAÇÃO fica dispensada do recolhimento de caução para garantia da boa execução dos serviços, nos termos do artigo 135, do Decreto-Lei nº 200/67. CLÁUSULA NONA - O prazo de vigência do presente convênio será de 12 (doze) meses, contado da data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", podendo ser prorrogado por concordância *das partes*. CLÁUSULA DÉCIMA - A *FUNDAÇÃO tomará, logo após a publica* - ção do presente convênio, as medidas necessárias ao planejamento dos serviços, devendo iniciá-los após o recolhimento dos recursos na forma da Cláusula Quarta do presente convênio, e de acordo com o plano de prioridade fornecido pelo DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os serviços previstos na Cláusula Primeira serão executados com observância das normas contidas no Decreto nº 73.140, de 9 de novembro de 1973. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Quaisquer alterações nos termos do presente convênio far-se-ão por mútuo acordo de vontade, *mediante termo aditivo*. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A FUNDAÇÃO prestará contas ao DISTRITO FEDERAL, através de sua Secretaria de Educação e Cultura das importâncias que lhe forem entregues, uma vez terminada a execução deste convênio. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e

validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1a. Subprocuradoria-geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal,que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) ELMO SEREJO FARIAS; Pela FUNDAÇÃO: (as.) WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO; Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 234/35 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

VISTO

BRASÍLIA, 28/04/1971

EMMANUEL FARIAS LYRIO
1º Subprocurador-Geral do DF

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Secção I/Reg. e arquivo de Contratos e Convênios

CONTRATO DE EMPREITADA QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL E A FIRMA ENGENHARIA MELMAN OSÓRIO S/A, NA FORMA ABAIXO.

A Fundação Educacional do Distrito Federal, com sede em Brasília - DF, neste ato designada simplesmente FUNDAÇÃO, e representada por seu Presidente, Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Cidade, e a firma de construção civil - Engenharia Melman Osório S/A, com sede nesta Cidade, no Edifício Nicola Caminha - S/Loja - SCS - Q 14 - Lotes 63/64,neste ato denominada EMPREITEIRA e representada por seu Procurador e Gerente da Filial de Brasília, Senhor MANOEL AUGUSTO DE ALMEIDA, brasileiro, casado, engenheiro-civil, residente e domiciliado nesta Cidade, pelo presente instrumento e em face do que consta do processo nº 26494/74-FEDF, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A EMPREITEIRA se obriga e se compromete a executar para a FUNDAÇÃO, sob o regime de empreitada por preço global, os serviços de exaução das obras para construção de um Pavilhão de Oficinas, do Colégio de Taguatinga Norte, situado em Área Especial, lotes 2/3 - Taguatinga - Distrito Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A construção se fará de acordo com o estipulado no presente contrato, ao qual se incorporam, para todos os efeitos, "Especificações", Pranchas" e "Desenhos", e, no que for aplicável, o "Caderno de Encargos da NOVACAP". Referidos documentos, em duas vias, estão rubricados em todas as suas folhas, pelos contratantes e ficam fazendo parte integrante deste contrato como se aqui estivessem transcritos em todos os seus termos, cláusulas e condições.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA:

A FUNDAÇÃO se obriga a pagar à EMPREITEIRA, pela execução das obras, o preço global de CR$ 489.00,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil cruzeiros), sendo que a forma de pagamento obedecerá ao disposto na cláusula oitava deste contrato, devendo ser descontada de cada fatura 5%(cinco por cento), como reforço de caução.

Parágrafo Primeiro:

A caução inicial exigida, assim como seu respectivo reforço, somente poderão ser levantados após o recebimento definitivo das obras, ou seja, 180 (cento e oitenta) dois após o recebimento provisório.

Parágrafo Segundo:

A soma das retenções relativas à caução e seu reforço não vencerá juros.

CLÁUSULA QUINTA:

O preço total da construção não sofrerá reajustamento de qualquer ordem, em hipótese alguma.

CLÁUSULA SEXTA:

Todas as despesas com a execução dos serviços correrão por conta da EMPREITEIRA, inclusive material, mão-de-obra especializada ou não, seguros em geral e responsabilidade civ l por quaisquer danos causados a terceiros,impostos, taxas e obrigações da Legislação Trabalhista, da Previdência Social bem como todos os demais encargos sociais.

CLÁUSULA SÉTIMA:

No caso de não serem satisfeitas pela EMPREITEIRA as obrigações concernentes ao pagamento de previdência social e F.G.T.S., relativas as rolhas de pagamento do pessoal empregado na obra, a FUNDAÇÃO reserva-se o direito de descontar do total a ser pago os valores necessários à liquidação das referidas obrigações.

CLÁUSULA OITAVA:

O preço global da construção,referido na cláusula quarta é de CR$ 489.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil cruzeiros) e o pagamento respectivo, ressalvado o disposto no parágrafo 1º desta cláusula, será efetuado pela FUNDAÇÃO, contra a apresentação dos respectivos faturamentos, em prestações, calculadas em percentagens sobre o referido preço, na forma a seguir especificada e que consta do Processo nº 32042/75-FEDF:

10% (dez pór cento) - Após instalado o canteiro, preparado o terreno, demarcada a obra e concluídas as fundações.	CR$	48.900,00
20% (vinte por cento)- Após depositadas na obra as peças,perfis e estruturas metálicas.	CR$	97.800,00
10% (dez por cento)- Após depositadas na obra as telhas tipo "Canalete".	CR$	48.900,00
20% (vinte por cento)- Após montadas as estruturas metálicas de elevação e concluídas a cobertura.	CR$	97.800,00
10% (dez por cento)- Após concluídas as paredes de tijolo à vista	CR$	48.900,00
10% (dez por cento)- Após colocadas as esquadrias de ferro.	CR$	48.900,00
10% (dez por cento)- Após concluídas e colocadas as redes de esgoto das pias e instalados os eletrodutos da rede elétrica.	CR$	48.900,00
10% (dez por cento)- Após a entrega e conclusão da obra.	CR$	48.900,00
TOTAL	CR$	489.000,00

Parágrafo Primeiro:

Para o recebimento das prestações, a que se refere esta Cláusula, fica a EMPREITEIRA obrigada à apresentação dos comprovantes dos recolhimentos devidos ao INPS, ao FGTS e ao PIS, bem como à prova de pagamento das folhas salariais do pessoal empregado na obra, vencidos até a data do pagamento.

Parágrafo Segundo:

No caso de não serem satisfeitas pela EMPREITEIRA, as obrigações descritas no parágrafo primeiro desta Cláusula, a FUNDAÇÃO poderá descontar das faturas os valores necessários à liquidação das mencionadas obrigações.

CLÁUSULA NONA:

Os serviços de execução das obras serão acompanhados e fiscalizados pelo DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E INDÚSTRIA, desta FUNDAÇÃO,a quem compete fazer o recebimento das obras, se estiverem de acordo com as especificações técnicas.

CLÁUSULA DÉCIMA:

No caso de não serem atendidas as reclamações formuladas pelo DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E INDÚSTRIA ficará rescindido, de pleno direito,o presente contrato, sem que caiba à FUNDAÇÃO pagar qualquer indenização, bastando, para tanto, uma simples NOTIFICAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA:

A interrupção temporária da obra, por determinação da FUNDAÇÃO em razão de não atendimento de requisitos ou detalhes técnicos preestabelecidos,acarretará a prorrogação do prazo para a conclusão dos serviços que tenham sido interrompidos.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA:

Fica estabelecida a multa de:

a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, aplicável a critério da FUNDAÇÃO, por dia que exceder ao prazo fixado neste contrato para a execução dos serviços, até o trigésimo dia, e que será abatida do preço global;

b) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atrazo, após o trigésimo dia,e que será também abatida do preço global;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor da obra não realizada, se a EMPREITEIRA se recusar a executá-la.

Parágrafo Único:

As multas estabelecidas nesta cláusula serão entendidas como independentes e cumulativas e serão descontadas do valor da primeira fatura a ser recebida pela EMPREITEIRA após a aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA:

As multas de que tratam a cláusula décima-segunda e seu parágrafo único não se aplicarão à EMPREITEIRA nos casos fortuitos ou de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA:

A EMPREITEIRA se obriga a responder pela qualidade, perfeição, solidez e segurança dos serviços objeto do presente contrato, de conformidade com o disposto no artigo 1.245, do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA:

A EMPREITEIRA designará,em caráter permanente, um engenheiro para dirigir a execução da obra, obrigando, outrossim, a substituí-lo ou retirá-lo da obra, assim como a qualquer empregado operário ou subordinado, no caso de solicitação da FUNDAÇÃO, sem que fique esta obrigada a declarar os motivo dessa resolução.

CLÁUSULA DÉCIMA -SEXTA:

A EMPREITEIRA não poderá subempreitar as obras contratadas, no todo ou em parte, sem a prévia anuência por escrito da FUNDAÇÃO, mantendo-se, caso dada a autorizacão. a responsabilidade direta da EMPREITEIRA.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA:

O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação ou notificação judicial, a critério da parte adimplente, no caso de ocorrer o descumprimento pela outra de quaisquer condições estipuladas, sem que caiba a esta o direito a indenização de qualquer espécie, ou ainda, nas seguintes hipóteses:

a) falência, concordata ou dissolução da EMPREITEIRA;

b) transferência do contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização da FUNDAÇÃO;

c) transcurso do prazo de 15 (quinze) dias, após o vencimento do prazo de construção, sem entrega da obra;

d) mútuo consentimento das partes contratantes; e

e) atingirem as multas por excesso de prazo, em qualquer momento, a 1,5% (hum e meio por cento) do preço global ajustado ou 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente às retenções já efetuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA:

Concluídas as obras, o seu recebimento dar-se-á a requerimento da EMPREITEIRA, desde que o DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E INDÚSTRIA certifique a inexistência de defeitos ou imperfeições de construção.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA:

Correrão por conta exclusiva da EMPREITEIRA as despesas oriundas do presente contrato,inclusive registro no Cartório e publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL".

CLÁUSULA VIGÉSIMA:

As partes elegem, com exclusão de qualquer outro, o Foro da Cidade de Brasília - Distrito Federal, para dirimir qualquer dúvida, porventura oriunda do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, de pleno acordo com todas cláusulas e condições estipuladas no presente contrato, assinam este instrumento particular em 6 (seis) vias de igual teor, para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo:

Brasília-DF., em 05 de março de 1 975.

WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO
Presidente da Fundação Educacional do Distrito Federal

MANOEL AUGUSTO DE ALMEIDA
Procurador e Gerente da Firma Engenharia Melman Osório S/A

TESTEMUNHAS:
1.
2.

Proc. 23863/74

TERMO DE ADITAMENTO AO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, NA FORMA ABAIXO:

A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, doravante designada simplesmente FUNDAÇÃO, representada neste ato pelo seu Presidente, Embaixador WLADIMIR MURTINHO,brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital Federal, e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, empresa pública, com sede em Brasília, Distrito Federal, doravante designada simplesmente NOVACAP, representada neste ato pelo seu Diretor-Superintendente, Engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital Federal, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, Estatutos Sociais vigentes e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração em suas 1019ª e 885ª sessões, realizadas em 04.02.75, resolvem firmar o presente termo de aditamento ao convênio firmado em 23.04.71, regulando a prestação de serviços, pela NOVACAP, através do seu sistema eletrônico de processamento de dados, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Clausula Primeira do instrumento principal, firmado em 23 de abril de 1971, passa a ter a seguinte redação:

A NOVACAP se obriga a executar para a FUNDAÇÃO, através do seu sistema eletrônico de processamento de dados:

a) os serviços decorrentes da emissão de folhas de pagamento, compreendendo: contra-cheques, folhas analíticas e sinté-

ticas, relação de descontos, cálculos de cédulas, resumo geral e por folhas, listagens alfabéticas e numéricas, relação de pessoal em folha;

b) O serviço de implantação e manutenção do cadastro de servidores da Fundação Educacional do Distrito Federal, conforme elenco de dados, também assinado pelas partes, que a este instrumento acompanha e do qual passa a fazer parte integrante;

c) correção de provas e análise dos resultados das provas, implantação e implementação do projeto de supervisão, compreendendo os seguintes serviços: acompanhamento do desempenho dos professores, alunos e unidades escolares, levantamento dos efetivos escolares, evolução dos fluxos e custos operacionais específicos do Ensino Supletivo, cujos elementos necessários à execução dos serviços serão fornecidos pelo Departamento de Ensino Complementar da FUNDAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA - A cláusula Segunda do instrumento principal, firmado em 23 de abril de 1971, passa a ter a seguinte redação:

A NOVACAP se obriga a reservar para a FUNDAÇÃO 80 (oitenta) horas mensais, destinadas à execução dos serviços mencionados na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA - As despesas com a execução dos serviços mencionados na Cláusula Primeira serão cobertas com recursos consignados no orçamento da FUNDAÇÃO - exercício de 1975 - dotação 31.3.00.11 - Locação de Máquinas de Escritório e, nos exercícios subsequentes, as despesas serão atendidas com recursos que forem consignados para esse fim.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal, firmado em 23 de abril de 1971 e de seu termo em 10 de abril de 1974.

CLÁUSULA QUINTA - O presente termo de aditamento será publicado no Órgão Oficial "Distrito Federal".

CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília para dirimir qualquer questão, oriunda do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro Foro que tenha ou venha ter qualquer das partes convenentes, por mais privilegiado que seja.

Estando de pleno acordo com todas as cláusulas e condições estipuladas, assinam este instrumento particular em 06 (seis) vias de igual teor, na presença das testemunhas infra-assinadas.

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 1975

Pela FUNDAÇÃO

WLADIMIR MURTINHO

Pela NOVACAP

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

TESTEMUNHAS:-

OLGA MARIA RODRIGUES RESENDE

MARIA ISABEL ROMERO MENON

TERMO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL E A SENHORA MARIA EDITH DA SILVA, TENDO POR OBJETO A LOJA Nº 05 DO BLOCO A, LOCALIZADA NA EQNM 18/20, CEILÂNDIA, DISTRITO FEDERAL.

Aos 22 dias do mês de janeiro de mil novecentos e setenta e cinco (1975), a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, doravante denominada simplesmente "LOCADORA", neste ato representada pelo seu Presidente, Major MARIVAL PEREIRA TAPIOCA, devidamente autorizado pela Resolução nº 06/74, do Conselho Deliberativo (Processo-FSSDF-nº 0124/75) e a Senhora MARIA EDITH DA SILVA, brasileira, casada, comerciária, CI. 95.347-DFSP-DF, residente e domiciliada nesta Capital, doravante denominada simplesmente "LOCATÁRIA", resolveram renovar o Contrato de Locação Urbana regido pelo Decreto-lei nº 04, de 07 de fevereiro de 1966, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A "LOCADORA" dá em locação à "LOCATÁRIA", a loja nº 05 do Bloco A, de sua propriedade, localizada na EQNM 18/20, Ceilândia, Distrito Federal, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar de 22 de janeiro de 1975 e a terminar em 21 de janeiro de 1976, ocasião em que a "LOCATÁRIA" devolverá o imóvel, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SEGUNDA

O aluguel mensal será de Cr$ 944,00 (novecentos e quarenta e quatro cruzeiros), pagável até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, na Tesouraria da "LOCADORA", ou em Banco por ela indicado.

CLÁUSULA TERCEIRA

Fica convencionada a multa de 20% (vinte por cento) se houver atraso superior a 30 (trinta) dias, nas liquidações mensais, acrescida dos juros de mora calculados na base de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA QUARTA

Correrão por conta da "LOCATÁRIA" todos os impostos e taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, inclusive as despesas com energia elétrica, telefone, água, esgoto, bem como as decorrentes da limpeza e conservação das áreas e dependências de uso coletivo.

CLÁUSULA QUINTA

A renovação da locação somente se fará por mútuo consentimento das partes, observando-se o índice de aumento do salário-mínimo ocorrido durante o último período de 12 (doze) meses deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA

A "LOCATÁRIA" declara receber o imóvel em perfeitas condições de ser ocupado, obrigando-se a mantê-lo e devolvê-lo no mesmo estado, ao término deste Contrato, facultando-se à "LOCADORA" vistoria sempre que o desejar.

CLÁUSULA SÉTIMA

Correrão por conta da "LOCATÁRIA" as despesas decorrentes de estragos resultantes do tempo e do uso do imóvel e, por conta da "LOCADORA" somente os consertos dos defeitos originados de vícios de construção, comprometendo-se a "LOCATÁRIA", para esse fim e efeito, a avisar à "LOCADORA", das ocorrências constatadas.

CLÁUSULA OITAVA

A "LOCATÁRIA" submeterá à "LOCADORA", para sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo sempre empregar material igual ou, à falta, similar de boa qualidade.

CLÁUSULA NONA

Fica expressamente proibida qualquer modificação no imóvel, salvo mediante autorização expressa e por escrito da "LOCADORA", a qual deverá ser aditada a este Contrato. As benfeitorias realizadas ficarão adendas ao imóvel, como parte integrante, sem que caiba à "LOCATÁRIA" qualquer direito de retenção ou de ressarcimento por perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA

A "LOCATÁRIA" obriga-se a manter as fachadas do imóvel no estado atual, obrigando-se ainda a mantê-lo em perfeitas condições de higiene.

Parágrafo único - A "LOCATÁRIA" se compromete ainda a manter em perfeitas condições de utilização as instalações sanitárias de uso comum, respondendo solidariamente com os demais locatários pelos danos verificados em tais instalações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O imóvel dado em locação será utilizado pela "LOCATÁRIA" para instalação de comércio, ficando vedada a sublocação, trespasse ou transferência deste Contrato, a qualquer título, salvo mediante autorização expressa e por escrito da "LOCADORA".

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A infração de qualquer das Cláusulas deste Contrato implicará em sua rescisão de pleno direito, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Na hipótese da Cláusula anterior, a "LOCADORA" poderá optar pelo prosseguimento da locação, ficando a "LOCATÁRIA" sujeita ao pagamento da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Optando a "LOCADORA" pela rescisão, ficará a "LOCATÁRIA", sujeita ao pagamento de perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A "LOCATÁRIA" obriga-se a entregar à "LOCADORA" toda e qualquer notificação que lhe for dirigida, referente ao imóvel locado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

A "LOCATÁRIA" indica como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as Cláusulas e condições deste Contrato, a Senhora AMÉLIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA e seu esposo Senhor SEBASTIÃO BORGES DA SILVA, brasileiros, ela, funcionária pública, ele, mestre de pintor, residentes e domiciliados nesta Capital, na 3ª Avenida, Bloco 95, Casa 05, Núcleo Bandeirante, que aceitam e assinam o mesmo, ficando ainda estipulado que a garantia constante desta Cláusula vigorará ainda que a locação seja prorrogada, até a efetiva entrega das chaves à "LOCADORA", abrangendo ainda a responsabilidade pelas despesas judiciais e honorários de advogado, no caso de ser intentada pela "LOCADORA" qualquer ação fundada no presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Fica eleito o foro do Distrito Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir as questões judiciais, decorrentes deste Contrato.

E por se acharem justos e contratados, firmou-se o presente termo, que vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

- MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
P/"LOCADORA"

MARIA EDITH DA SILVA
P/"LOCATÁRIA"
CPF. nº CI. 95.347-DFSP-DF

SEBASTIÃO BORGES DA SILVA
"FIADOR"

AMÉLIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
"CONJUGE DO FIADOR"

Testemunhas:

1.º _____ 2.º _____

FSSDF — 6001
200 BLS. — 11/74

Processo nº 1005/75

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A CAIXA BENEFICIENTE DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E DENTÁRIA DE EMERGÊNCIA, PELA PRIMEIRA, AOS SERVIDORES DA SEGUNDA.

A CAIXA BENEFICIENTE DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante designada simplesmente BENECAP, representada neste ato pelo seu Diretor, Senhor DJALMA TOLEDO COSTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL doravante designada simplesmente NOVACAP, representada neste ato pelo seu Diretor Superintendente, Engº JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972 e Estatutos Sociais vigentes, devidamente autorizado pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em suas 1019ª e 885ª sessões, realizadas em 04.02.75, resolvem firmar o presente convênio, na conformidade das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente convênio é a prestação de assistência médica e dentária, em caráter de emergência, aos servidores da NOVACAP pela BENECAP.

CLÁUSULA SEGUNDA - Fica a NOVACAP incumbida de ceder à BENECAP, as dependências necessárias ao funcionamento de 03 (três) Consultórios Médicos para as atividades relacionadas com clínica geral, um Consultório Dentário e uma sala de recepção no edifício sede da NOVACAP localizado no Setor Bancário Norte, em Brasília - Distrito Federal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Além das dependências acima descritas deverá a NOVACAP ceder à BENECAP, local apropriado para a instalação de postos de atendimento no Departamento de Parques e Jardins e na Divisão de Manutenção, que ficarão sob a responsabilidade de um atendente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O horário de funcionamento das unidades mencionadas nesta cláusula será de 08 às 12 horas e das 14 às 18 horas, de segunda a sexta feira.

CLÁUSULA TERCEIRA - Inclui-se aos objetos do presente convênio, os serviços profissionais de um médico que será membro efetivo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, Central da NOVACAP, sem alteração dos custos do acordo.

CLÁUSULA QUARTA - O equipamento necessário à montagem e instalação das unidades mencionadas na cláusula segunda, bem como sua manutenção, será de responsabilidade da NOVACAP.

CLÁUSULA QUINTA - O pessoal necessário ao bom funcionamento das Unidades, médicos, dentistas, atendentes, pessoal administrativo etc... será fornecido pela BENECAP, sendo de responsabilidade da mesma as despe-

sas salariais e encargos sociais decorrentes.

CLÁUSULA SEXTA - A NOVACAP pagará mensalmente à BENECAP as importâncias seguintes:

a) nos meses de janeiro e fevereiro, Cr$ ..... 39.608,39 (trinta e nove mil, seiscentos e oito cruzeiros e trinta e nove centavos);
b) de março a abril, Cr$ 46.809,91 (quarenta e seis mil, oitocentos e nove cruzeiros e noventa e hum centavos), totalizando Cr$ .... 172.836,60 (cento e setenta e dois mil, oitocentos e trinta e seis cruzeiros e sessenta centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO - As importâncias mencionadas nesta cláusula serão reajustáveis na mesma proporção do percentual do aumento do salário mínimo.

CLÁUSULA SÉTIMA - Os materiais empregados nos serviços odontológicos serão indenizados pelos servidores, em valor correspondente ao consumido.

CLÁUSULA OITAVA - As despesas com a execução do presente convênio serão cobertas com recursos consignados no orçamento da NOVACAP - exercício de 1975.

CLÁUSULA NONA - Com exceção dos médicos e dentistas, o pessoal administrativo cumprirá o horário normal da NOVACAP.

CLÁUSULA DÉCIMA - Somente os servidores da NOVACAP poderão ser atendidos nas unidades mencionadas no presente convênio, permitindo-se o atendimento aos dependentes dos mesmos, quando se tratar de associado da BENECAP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente convênio vigirá até 30 de abril de 1975, sendo que os seus efeitos retroagirão a 01.01.75.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente convênio será publicado no Órgão Oficial - "Distrito Federal".

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir qualquer dúvida relativa ao cumprimento do presente termo de convênio, renunciando as partes convenentes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e convenidas, mandaram datilografar o presente instrumento em 06 (seis) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme perante as duas testemunhas adiante nomeadas e assinadas, a tudo presentes, vai subscrito e assinado pelos contratantes, que se obrigam a cumpri-lo e fazê-lo cumprir, tão inteiro e fielmente como nele se contem.

Brasília - DF, 25 de fevereiro de 1.975

Pela NOVACAP

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

Pela BENECAP

DJALMA TOLEDO COSTA

TESTEMUNHAS:

ELIENE SOARES DE SOUZA

MARLENE DE GUSMÃO

TERMO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL E O SENHOR NIVALDO TAVARES, TENDO POR OBJETO A LOJA Nº 04 DO BLOCO A, LOCALIZADA NA EQNM 18/20, CEILÂNDIA, DISTRITO FEDERAL.

REGISTRADO NA ASSESSORIA JURÍDICA LIVRO Nº 1 DF. 24/02/75 FLS. 229

Aos 22 dias do mês de janeiro de mil novecentos e setenta e cinco (1 975), a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, doravante denominada simplesmente "LOCADORA", neste ato representada pelo seu Presidente, Major HARIVAL PEREIRA TAPIOCA, devidamente autorizado pela Resolução nº 06/74, do Conselho Deliberativo (Processo-FSSDF-nº 0124/75) e o Senhor NIVALDO TAVARES, brasileiro, solteiro, CPF. nº 021951271, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente "LOCATÁRIO", resolveram renovar o Contrato de Locação Urbana regido pelo Decreto-lei nº 04, de 07 de fevereiro de 1 966, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A "LOCADORA" dá em locação ao "LOCATÁRIO", a loja nº 04 do Bloco A, de sua propriedade, localizada na EQNM 18/20, Ceilândia, Distrito Federal, pelo prazo de 01 (um) ano, a contar de 22 de janeiro de 1 975 e a terminar em 21 de janeiro de 1976, ocasião em que o "LOCATÁRIO" devolverá o imóvel, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SEGUNDA

O aluguel mensal será de Cr$ 944,00 (novecentos e quarenta e quatro cruzeiros), pagável até o dia 10 (dez) do mês subseqüente ao vencido, na Tesouraria da "LOCADORA", ou em Banco por ela indicado.

CLÁUSULA TERCEIRA

Fica convencionada a multa de 20% (vinte por cento) se houver atraso superior a 30 (trinta) dias, nas liquidações mensais, acrescida dos juros de mora calculados na base de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA QUARTA

Correrão por conta do "LOCATÁRIO" todos os impostos e taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, inclusive as despesas com energia elétrica, telefone, água, esgoto, bem como as decorrentes da limpeza e conservação das áreas e dependências de uso coletivo.

CLÁUSULA QUINTA

A renovação da locação somente se fará por mútuo consentimento das partes, observando-se o índice de aumento do salário-mínimo ocorrido durante o último período de 12 (doze) meses deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA

O "LOCATÁRIO" declara receber o imóvel em perfeitas condições de ser ocupado, obrigando-se a mantê-lo e devolvê-lo no mesmo estado, ao término deste Contrato, facultando-se à "LOCADORA" vistoria sempre que o desejar.

CLÁUSULA SÉTIMA

Correrão por conta do "LOCATÁRIO" as despesas decorrentes de estragos resultantes do tempo e do uso do imóvel e, por conta da "LOCADORA" somente os consertos dos defeitos originados de vícios de construção, comprometendo-se o "LOCATÁRIO", para esse fim e efeito, a avisar à "LOCADORA", das ocorrências constatadas.

CLÁUSULA OITAVA

O "LOCATÁRIO" submeterá à "LOCADORA", para sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo sempre empregar material igual ou, à falta, similar de boa qualidade.

CLÁUSULA NONA

Fica expressamente proibida qualquer modificação no imóvel, salvo mediante autorização expressa e por escrito da "LOCADORA", a qual deverá ser aditada a este Contrato. As benfeitorias realizadas ficarão adendas ao imóvel, como parte integrante, sem que caiba ao "LOCATÁRIO" qualquer direito de retenção ou de ressarcimento por perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA

O "LOCATÁRIO" obriga-se a manter as fachadas do imóvel no estado atual, obrigando-se ainda a mantê-lo em perfeitas condições de higiene.

Parágrafo único - O "LOCATÁRIO" se compromete ainda a manter em perfeitas condições de utilização as instalações sanitárias de uso comum, respondendo solidariamente com os demais locatários pelos danos verificados em tais instalações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O imóvel dado em locação será utilizado pelo LOCATÁRIO" para instalação de comércio, ficando vedada a sublocação, trespasse ou transferência deste Contrato, a qualquer título, salvo mediante autorização expressa e por escrito da "LOCADORA".

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A infração de qualquer das Cláusulas deste Contrato implicará em sua rescisão de pleno direito, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Na hipótese da Cláusula anterior, a "LOCADORA" poderá optar pelo prosseguimento da locação, ficando o "LOCATÁRIO" sujeito ao pagamento da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Optando a "LOCADORA" pela rescisão, ficará o "LOCATÁRIO", sujeito ao pagamento de perdas e danos.

CLAUSULA DECIMA QUINTA

O "LOCATÁRIO" obriga-se a entregar à "LOCADORA" toda e qualquer notificação que lhe for dirigida, referente ao imóvel locado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

O "LOCATÁRIO" indica como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as Cláusulas e condições deste Contrato, o Senhor JOÃO DE OLIVEIRA e sua mulher MARIA ZENAIDE FERRAZ ROCHA DE OLIVEIRA, brasileiros, ele, funcionário público, ela, professora primária, residentes e domiciliados nesta Capital, à QNE. 25-Lote 11, em Taguatinga, que aceitam e assinam o mesmo, ficando ainda estipulado que a garantia constante desta Cláusula vigorará ainda que a locação seja prorrogada, até a efetiva entrega das chaves à "LOCADORA", abrangendo ainda a responsabilidade pelas despesas judiciais e honorários de advogado, no caso de ser intentada pela "LOCADORA" qualquer ação fundada no presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Fica eleito o foro do Distrito Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir as questões judiciais, decorrentes deste Contrato.

E por se acharem justos e contratados, firmou-se o presente termo, que vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

HARIVAL PEREIRA TAPIOCA
P/"LOCADORA"

NIVALDO TAVARES
P/"LOCATÁRIO"
CPF. nº 021951271

JOÃO DE OLIVEIRA
"FIADOR"

MARIA ZENAIDE FERRAZ ROCHA DE OLIVEIRA
"CONJUGE DO FIADOR"

Testemunhas:

1.

2.

TERMO DE ADITAMENTO AO CONVÊNIO Nº 079/70, FIRMADO EM 05.03.70, ENTRE A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, regulando a prestação de serviço pela Segunda para a Primeira, através do seu sistema eletrônico de processamento de dados, na forma que se segue:

A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB, daqui por diante denominada simplesmente CAESB, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra 13, nº 07/07, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, representada neste ato pelo seu Superintendente, Engenheiro FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília, Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, empresa pública, com sede no Setor Bancário Norte, Edifício NOVACAP, em Brasília, Distrito Federal, daqui por diante designada simplesmente NOVACAP e representada pelo seu Diretor-Superintendente, Engº JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, brasileiro, casado, residente e domiciliado, em Brasília, Distrito Federal, tendo em vista as autorizações da Diretoria e Conselho de Administração da CAESB, em suas 236a. e 260a. sessões, realizadas em 27.01.75 e 04.02.75 e da NOVACAP em suas 1.020a. e 987a. sessões realizadas 19.02.75, resolvem firmar o presente Aditivo ao Convênio nº 079/70, de 05 de março de 1970, na conformidade das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - O prazo de vigência estabelecido na cláusula oitava do convênio firmado em 05.03.70, fica prorrogado por mais dois anos, contado a partir de 17.03.75.

CLÁUSULA SEGUNDA: - Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento principal nº 079/70, de 05.03.70 e de seu termo de aditamento A-79/70 de 20.02.74, não expressamente alteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: - O presente Termo de Aditamento será publicado no órgão oficial "Distrito Federal".

E, por estarem assim justas e convenidas, mandaram datilografar o presente instrumento em 06 (seis) vias, de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante as duas testemunhas adiante nomeadas e assinadas, a tudo presentes, vai subscrito e assinado pelos convenentes, que se obrigam a cumprí-lo e fazê-lo cumprir, tão inteiro e fielmente como nele se contêm.

Brasília, DF., 27 de fevereiro de 1.975

Pela "CAESB"

FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA

Pela "NOVACAP"

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

TESTEMUNHAS:

ELIENE SOARES DE SOUZA

MARLENE DE GUSMÃO

EDITAIS E AVISOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O. - NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/75-CPL PARA EXECUÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, MEDIANTE APLICAÇÃO DE TABELA DE PREÇOS UNITÁRIOS, DE REDES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS NO SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS - ÁREAS OCTOGONAIS SUL, ÁREA EXTERNA, EM BRASILIA — DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das firmas empreiteiras regularmente registradas na Secretaria Executiva desta Comissão, para a Tomada de Preços em epígrafe, que será realizada às 15:00 horas do dia 20 de março de 1975, na sala de licitações, no 13º andar do Edifício da NOVACAP.

O Edital e demais elementos encontram-se à disposição dos interessados na Secretaria Executiva da CPL, no 8º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

Brasília, 05 de março de 1975

ENGº VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA
DA - Seção de Pessoal
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, da Secretaria de Serviços Públicos-GDF, pelo presente convoca o Sr. EVERTO DIAS SILVA, para comparecer à Seção de Pessoal deste SLU, localizada na Av. das Nações a margem do lago do D.F., no prazo de 8 (oito) dias a partir da publicação deste Edital, conforme decisão exarada no processo nº 144390/74, a fim de recolher aos cofres deste Órgão, a importância de Cr$ 298,17 (duzentos e noventa e oito cruzeiros e dezessete centavos), relativa a vencimento recebido em agosto/74.

Brasília, 26 de fevereiro de 1975

ABDORAL NASCIMENTO LOPES
Chefe da Seção de Pessoal
S.L.U.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
EDITAL Nº 08/75-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 11, do Decreto nº 2 373, de 24 de setembro de 1973, convoca os servidores ocupantes dos cargos a seguir relacionados, para o Treinamento Intensivo e Específico para transformação de cargos à Categoria Funcional de Agente Administrativo do Grupo Serviços Auxiliares, SA-400, estruturado através do Decreto nº 2 417, de 26 de outubro de 1973.

1. - DA CLIENTELA

1.1 - Poderão participar como clientela originária, ao processo seletivo para transformação de cargos à Categoria Funcional de Agente Administrativo, os ocupantes dos seguintes cargos ou empregos, inclusive os requisitados ou licenciados:

a) Cargos dos Quadros Provisório e Permanente de Pessoal do Distrito Federal e Quadro de Pessoal Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal:

- Almoxarife
- Apontador Fiscal
- Arquivista
- Armazenista
- Assessor de Administração
- Assistente de Administração
- Assistente Comercial
- Assistente de Seleção
- Auxiliar de Administração
- Auxiliar de Bibliotecário
- Auxiliar Técnico de Administração
- Auxiliar de Vendas
- Caixa
- Caixa Monitor
- Caixa Operador
- Escrevente Datilógrafo
- Escriturário
- Leiturista
- Inspetor Fiscal
- Oficial de Administração
- Praticante de Administração
- Recepcionista
- Mensageiro

b) Empregos da Tabela de Empregos Permanentes da AERB:

- Almoxarife
- Armazenista
- Auxiliar de Administração
- Encarregado de Serviço
- Praticante de Administração

c) Empregos da Tabela de Empregos Permanentes da AUD:

- Auxiliar de Administração
- Auxiliar Técnico de Administração
- Almoxarife

d) Empregos da Tabela de Empregos Permanentes do DEFER:

- Auxiliar Técnico de Administração
- Auxiliar de Administração
- Recepcionista

e) Empregos da Tabela de Empregos Permanentes do DER:

- Assessor de Administração
- Auxiliar de Administração
- Praticante de Administração
- Auxiliar Técnico de Administração
- Apontador Fiscal

f) Empregos da Tabela de Empregos Permanentes do SLU:

- Almoxarife
- Auxiliar de Administração
- Auxiliar Técnico de Administração
- Armazenista
- Apontador Fiscal
- Auxiliar de Contabilidade
- Caixa
- Estatístico de Nível Médio
- Mecanógrafo
- Praticante de Administração

g) Empregos da Tabela de Empregos Permanentes do DETUR:

- Auxiliar Técnico de Administração
- Auxiliar de Administração
- Praticante de Administração
- Almoxarife
- Armazenista

2. - DA INSCRIÇÃO

2.1 - Todos os servidores a que se refere o item 1, deverão comparecer, de 8h30min às 11h00 e de 14h30min às 17h00, no período de 14 a 31 de março de 1975, a fim de se inscreverem para o Curso de Treinamento em um dos seguintes locais:

- Saguão do Touring Club do Brasil
- Térreo do Anexo do Palácio do Buriti
- Sedes das Administrações Regionais

2.2 - No ato da inscrição deverá o servidor, apresentar:

- Prova de Identidade
- Identificação Funcional compreendendo: carteira

funcional ou contracheque ou declaração funcional.

2.2.1 - Conferidos os documentos a que se refere o item anterior, será entregue aos servidores cartão de Identificação, no qual deverá constar obrigatoriamente sua assinatura.

2.3 - A relação nominal dos servidores que poderão participar desse processo seletivo, fornecida e amplamente divulgada pela Coordenação do Sistema de Pessoal, será afixada nos locais de inscrição.

2.4 - O servidor, cujo nome não estiver incluído na relação fornecida pela Coordenação do Sistema de Pessoal e for ocupante de cargo ou emprego relacionado no item 1 do presente Edital, deverá apresentar declaração fornecida pela referida Coordenação ou pelos órgãos de pessoal dos órgãos relativamente autônomos e DER.

2.5 - Os servidores que não desejarem submeter-se ao Treinamento Intensivo e Específico poderão participar dos testes de verificação de desempenho a que se refere o item 5 do presente Edital, devendo, contudo, obrigatoriamente, assinar Termo de Desistência, do Treinamento, conforme modelo fornecido pelo CEST.

2.5.1 - Os interessados deverão dirigir-se à sede do Centro de Seleção e Treinamento - Setor de Garagens Oficiais - Área Especial nº 1, sala 28, obedecendo o mesmo horário e período previsto no item 2.1.

3. - DO TREINAMENTO

3.1 - O Treinamento será realizado no período de 7 de abril a 28 de maio, num total de 78 horas de atividades para cada turma, sendo 62 horas para estudo de texto e 16 horas de exercícios e testes.

3.2 - As aulas serão ministradas nos seguintes locais:

- CEST (Centro de Seleção e Treinamento)	36 turmas
- CEUB (Centro de Ensino Unificado de Brasília)	24 turmas
- Administração Regional - Taguatinga	03 turmas
- Administração Regional - Gama	02 turmas
- Administração Regional - Sobradinho	03 turmas
- Administração Regional - Planaltina	01 turma
- Administração Regional - Brazlândia	01 turma
- Administração do Setor de Indústria e Abastecimento e Guará	01 turma
- Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante	01 turma

4. - DO CURRÍCULO

4.1 - Constarão do Treinamento as seguintes disciplinas:

1a. etapa: de 07.04 a 02.05.75

Disciplinas	nº de horas
Administração de Pessoal (legislação referente ao novo Plano de Classificação de Cargos e a Seção VIII da Constituição Federal: "Dos Funcionários Públicos"	18
- Administração Financeira e Orçamentária	

2a. etapa: de 05 a 28.05.75

Disciplinas	nº de horas
1) Organização da Administração Federal	12
2) Organização Administrativa do DF	12
3) Administração de Material	12

4.2 - Os programas de cada disciplina do Treinamento estão discriminados no Anexo I deste Edital.

5. - DA REALIZAÇÃO DOS TESTES

5.1 - O 1º teste de verificação de desempenho relativo às disciplinas da 1a. etapa será realizado no dia 04.05.75, às 9h.

5.2 - O 2º teste de verificação de desempenho relativo às disciplinas da 2a. etapa será realizado no dia 01.06.75, às 9h.

5.3 - O local da aplicação dos testes será oportunamente divulgado.

5.4 - Os servidores deverão comparecer ao local dos testes munidos do cartão de identificação.

5.5 - Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para qualquer das provas de desempenho.

6. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 - A Portaria nº 148/75-SEA, de 07 de março de 1975, do Exmo. Sr. Secretário de Administração estabelece as normas reguladoras do processo seletivo a que se refere este Edital.

6.2 - Todos os avisos referentes ao processo seletivo serão divulgados através do "DISTRITO FEDERAL" e da imprensa local.

6.3 - A correção dos testes será efetuada pelo sistema de computação eletrônica, devendo o participante perfurar o cartão de acordo com as instruções recebidas durante o treinamento.

6.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Centro de Seleção e Treinamento.

Brasília, 10 de março de 1975.

JOSÉ ANTÔNIO AROCHA DA CUNHA
Diretor

ANEXO I

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Programa a ser desenvolvido no Treinamento para transformação de cargos à categoria funcional de Agente Administrativo do Grupo Serviços Auxiliares.

Duração: 18 horas-aula
Período: 07.04 a 02.05.75

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

- cargos públicos;
- cargos em comissão;
- concurso público;
- remuneração;
- acumulação de cargos;
- estabilidade;
- disponibilidade;
- aposentadoria;
- mandato eletivo
- demissão;
- reintegração;
- serviço de caráter temporário;
- contrato para função de natureza especializada;
- danos causados a terceiros;
- admissão de servidores para os Tribunais, Senado, Câmara dos Deputados, Assembléias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais;
- litígios entre servidores e União.

LEGISLAÇÃO REFERENTE AO NOVO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS.

1º - Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5920 de 19.09.73 - Cargos de Provimento em Comissão - Cargos de Provimento Efetivo - Grupos e escala de níveis - Ascensão e Progressão Funcionais - Competência para expedir normas relativas à elaboração e execução do novo Plano.

2º - Conceitos de: Cargo, Classe, Categoria Funcional e Grupo. Transformação e Transposição de Cargos vagos ou ocupados. Provimento de cargos vagos. Critérios seletivos para inclusão no novo Plano: primeira e segunda etapa. Quadros

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

Suplementares. Pessoal regido pela Legislação Trabalhista.

3º - Decreto-Lei nº 1360/74

Implantação gradualista do novo Plano de Classificação de Cargos. Época de aplicação da escala gradualista. Conceito de retribuição. Gratificações e Indenizações permitidas após a inclusão no novo Plano. Retorno do servidor ao órgão de origem. Competência da SEA.. Aposentados.

Decreto nº 2771/74

Conceito de Lotação. Distribuição por classes: percentuais, aspectos qualitativos e quantitativos. Ajustamento de lotação aos novos critérios. Quadros Suplementares. Critérios para requisição. Formas de prestação de serviços proibidas após a implantação do novo Plano.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Programa a ser desenvolvido no Treinamento para transformação de cargos à Categoria Funcional de Agente Administrativo do Grupo Serviços Auxiliares.

Duração: 18 horas-aula

Período: 07.04 a 02.05.75

I - Conceituação básica do Orçamento Público. Princípios constitucionais e legais

II - Receitas: Correntes (tributária, patrimonial, industrial, diversas) e de Capital

III- Despesas: Correntes e de Capital

IV - Exercício Financeiro. Restos a Pagar

V - Créditos adicionais: Suplementares, Especiais e Extraordinários; autorização e abertura, vigência.

VI - Despesa: Empenho, liquidação e pagamento. Nota de Empenho

VII- Despesa: Adiantamentos.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Programa a ser desenvolvido no Treinamento para transformação de cargos à categoria funcional de Agente Administrativo do Grupo Serviços Auxiliares.

Duração: 12 horas-aula
Período: 2a etapa: 05.05 a 28.05.75

1 - ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Artigos 4 a 13 do Decreto-Lei 200 de 27.02.70
- Da Administração Federal
- Dos Princípios Fundamentais
- Do Planejamento
- Da Coordenação
- Da Descentralização
- Da Delegação de Competência
- Do Controle

2 - DA SUPERVISÃO MINISTERIAL

(Artigos 19 a 22)

3 - DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

(Artigos 32 a 34)

4 - DOS MINISTÉRIOS E RESPECTIVAS ÁREAS DE COMPETÊNCIA

(Art. 39)

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO D.F.

Programa a ser desenvolvido no Treinamento para transformação de cargos à categoria funcional de Agente Administrativo do Grupo Serviços Auxiliares.

Duração: 12 horas-aula
Período: 2a. etapa: 05 a 28.05.75

Lei 3.751 de 13.04.1960
Lei 3.754 de 14.04.1960
Lei 4.545 de 10.12.1964

Estrutura e competências básicas do(a):
- Gabinete do Governador
- Procuradoria Geral
- Secretaria do Governo
- Secretaria de Administração
- Secretaria de Finanças
- Secretaria de Educação e Cultura
- Secretaria de Saúde
- Secretaria de Serviços Sociais
- Secretaria de Viação e Obras
- Secretaria de Agricultura e Produção
- Secretaria de Serviços Públicos
- Secretaria de Segurança Pública

Administrações Regionais
- Das Administrações Regionais
- Estrutura das Administrações Regionais

Órgãos em Regime Especial
- Autarquias
- Empresas Públicas
- Sociedades de Economia Mista
- Fundações

Constituição: Capítulo IV
Artigo 17 § 1º e 2º

Decretos do DF "N" 428
" " " "N" 456
" " " "N" 488

ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

Programa a ser desenvolvido no Treinamento para transformação de cargos à categoria funcional de Agente Administrativo do Grupo Serviços Auxiliares.

Duração: 12 horas-aula
Período: 2a etapa: 05.05 a 28.05.75

1 - Licitação
- Conceito
- Modalidades - Concorrência
Tomada de Preços
Convite
- Dispensa
- Publicidade
- Edital de Concorrência
- Edital de Tomada de Preços
- Convite

Exigências para habilitação

Regimes de execução de obras ou serviços

Critérios de julgamento e adjudicação

Penalidades

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 1,00